

**IDENTIFICANDO OS IMPACTOS DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DAS
AÇÕES COLETIVAS NA CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE**

KÍSSILA NEVES SOARES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES
MAIO – 2013

**IDENTIFICANDO OS IMPACTOS DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DAS
AÇÕES COLETIVAS NA CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE**

KÍSSILA NEVES SOARES

**Dissertação apresentada ao Centro de
Ciências do Homem, da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
como parte das exigências para obtenção de
título de Mestre em Políticas Sociais.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES
MAIO – 2013**

**IDENTIFICANDO OS IMPACTOS DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DAS
AÇÕES COLETIVAS NA CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE**

KÍSSILA NEVES SOARES

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção de um título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovado em: 16/05/2013

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Marco Antonio Sampaio Malagodi (Doutor em Psicologia Social)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Maria do Socorro Bezerra de Lima (Doutora em Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Paulo Marcelo de Souza (Doutor em Economia Aplicada)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski (Doutor em Planejamento Regional)
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro
Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir acordar cada dia com novos sonhos e me sustentar nas dificuldades.

À minha querida e amada família, por acreditar em mim. À minha mãe, por seu carinho, seu cuidado e sua força sempre me incentivando. A meu pai, por transmitir alegria, segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Aos meus irmãos e a Tamiris, obrigada pela fraternidade que existe entre nós, contribuindo para meu sucesso e meu crescimento como pessoa. A Eduarda que com seu sorriso e seu abraço me fortalece.

Ao meu marido Jhonatas, pessoa com quem amo partilhar a vida. Obrigada pelo carinho, pela paciência, por sua capacidade de me trazer paz na correria do dia a dia, por me segurar quando eu quero desistir, por acreditar em mim e me ensinar a ser melhor todos os dias, tornando os dias ruins mais suaves e a caminhada mais feliz.

Às minhas avós (*in memoriam*), obrigada pelas bênçãos e orações, por tantos momentos de alegria, cada sorriso, cada ensinamento, cada história contada, mas acima de tudo, pelo exemplo de vida que nos deixaram. Ao meu vô Mário, com sua sabedoria infinita, ensinando-me diariamente o verdadeiro sentido da vida. Ao meu avô Djalma pela alegria de viver.

Aos meus companheiros de labuta diária, Diego Belo, Felipe Medeiros, Felipe Duarte, Cynara e Vinícius Leite, minha imensurável gratidão por dividirem comigo os conhecimentos, as risadas até os momentos desesperadores.

Às minhas amigas Clarice Pessanha, Marcela Aguiar, Laís dos Santos, Larissa Pedra, Carine Lavrador, Naiana Bertoli, Natalia Silveira e Evelyn Campos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido na vida. Minha profunda gratidão.

Ao Professor Marcos A. Pedlowski, guia de caminhada ao longo da graduação e do mestrado. Minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua presença.

A todos os líderes e assentados, com quem partilhei o que era o início desse trabalho, as conversas, as experiências vividas em cada assentamento. Em cada ida ao campo, foram fundamentais para construção deste trabalho.

A todos aqueles que, de alguma forma, estiveram e estão próximos de mim, fazendo a vida valer cada vez mais a pena.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: AS MUDANÇAS ENFRENTADAS PELO CAMPESINATO	13
1.1 - A estrutura agrária na transição do Feudalismo para o Capitalismo 13	
1.1 – As diferentes vertentes teóricas acerca do destino do campesinato dentro do capitalismo: desaparecimento, persistência ou transformação? 15	
CAPÍTULO 2 – O PROBLEMA DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA E A REFORMA AGRÁRIA COMO MINIMIZADORA DA DESIGUALDADE SOCIAL	18
2.1 – A Reforma Agrária no contexto internacional.....	18
2.2 – Os impasses da Reforma Agrária no Brasil.....	20
2.3 – O processo de Reforma Agrária: a realidade da estrutura agrária no norte fluminense	25
CAPÍTULO 3 – A CONFIGURAÇÃO AGRÁRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA.....	28
3.1 – A construção do território no espaço agrário: definições e perspectivas.....	28
3.2.1 - Os impactos da dispersão espacial sobre a consolidação dos assentamentos.....	30
3.3 – Território e identidade: o acampamento e o assentamento como espaços de construção da subjetividade	32
3.3.1 – O acampamento e o MST: origem da construção de uma identidade coletiva	34
3.3.2 - A construção da identidade coletiva nos assentamentos no Brasil	37
CAPÍTULO 4 – O PAPEL DOS ATORES E DAS REDES SOCIAIS NAS PRINCIPAIS FORMAS DE ORGANIZAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	39
4.1 – O capital social e as relações de poder como questão fundamental nas organizações coletivas	39
4.2 – As ações coletivas e as redes sociais como instrumentos de unificação dos assentamentos rurais.....	42

4.3 – As dinâmicas organizativas no interior dos assentamentos de reforma agrária	44
4.3.2 – O impacto local dos assentamentos na organização política e produtiva.....	46
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DE PESQUISA.....	51
5.1 – Áreas de estudo.....	51
5.2 – Estratégias de coleta de dados	53
5.3 – Processo de amostragem	54
5.4 – Procedimentos Analíticos.....	55
5.4.1 – Questionário	56
5.4.2 – Entrevistas.....	57
CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	58
6.1 – O perfil demográfico e socioeconômico dos assentamentos Ilha Grande, Che Guevara, Dandara dos Palmares e Francisco Julião.....	59
6.2 – Principais características sociopolíticas e organização interna dos assentamentos.....	68
6.3 – Sistemas de produção e de interação entre os assentamentos do norte fluminense	77
7. CONCLUSÃO	103
9. ANEXOS	114
9.1 – Questionário.....	114
9.2 – Roteiro de entrevista	121
9.3 – Fotos dos assentamentos estudados.....	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização e identificação dos assentamentos estudados.....	52
Figura 2 - Distribuição da amostra por assentamento em relação ao total.....	56
Figura 3 - Número de pessoas por lote	61
Figura 4 - Nível de escolaridade dos assentados.....	62
Figura 5 - Origem espacial dos assentados	63
Figura 6 - Atividade principal dos assentados	66
Figura 7 - Renda mensal dos assentados por salário mínimo (R\$680,00).....	67
Figura 8 – Participação no acampamento	68
Figura 9 - Ações coletivas no acampamento.....	69
Figura 10 – Motivos para participação do processo de Reforma Agrária	70
Figura 11 – Participação em grupos coletivos antes de se tornar um assentado..	71
Figura 12 - Grupos coletivos existente nos assentamentos estudados.....	72
Figura 13 – Principais problemas dos assentamentos	74
Figura 14 - Tipologia de ações coletivas existentes nos assentamentos	75
Figura 15 - Interação dentro dos assentamentos	75
Figura 16 - Ações que colaborariam com a coletividade dentro dos assentamentos	77
Figura 17 - Sistema de trabalho dentro do lote dos assentados	78
Figura 18 - Quantidade de culturas plantadas nos assentamentos.....	79
Figura 19 - Acesso a créditos.....	83
Figura 20 – Grau de satisfação com a produção.....	84
Figura 21 – Satisfação com o seu lote	86
Figura 22 - Tipo de apoio governamental dentro dos assentamentos.....	87
Figura 23 – Presença de grupos externos nos assentamentos.....	88
Figura 24 Realização de contatos com assentados de outras áreas na região Norte Fluminense e a finalidade de visitar outros assentamentos (%)......	95
Figura 25 - Canais coletivos de comercialização com outros.....	96
Figura 26 – Conhecimento sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .	97
Figura 27 – Facilitadores para a participação coletiva entre os assentamentos da região	98
28 – Dificultadores para participação coletiva entre os assentamentos da região	98
Figura 29 – Os principais assentamentos que mantêm uma relação econômica e social	101

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1 - Amostra das famílias selecionadas para pesquisa.....	55
Tabela 2 - Idade e sexo.....	60
Tabela 3 – Atividades profissionais anterior da chegada ao assentamento	65
Tabela 4 - Variedades de culturas plantadas nos assentamentos	80
Tabela 5 - Distância do ponto de entrada dos assentamentos em relação à rodovia mais próxima (Km).....	89
Tabela 6 - Distância linear entre assentamentos e com o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes (Km).....	91
Tabela 7 - Mecanismos de comercialização existentes e os esforços em curso para diminuir as distâncias.....	93

IDENTIFICANDO OS IMPACTOS DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DAS AÇÕES COLETIVAS NA CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE

KÍSSILA NEVES SOARES

RESUMO

Os assentamentos de reforma agrária, criados pelo governo federal, normalmente decorrem da luta dos excluídos para alterar o quadro da estrutura agrária vigente. Apesar desses assentamentos não alterarem profundamente o quadro de concentração de terras existente no Brasil, vêm se constituindo em instrumentos de desenvolvimento regional ao causar mudanças na estrutura agrária nos locais onde estão instalados. Por outro lado, a falta de uma política pública, coordenada pelo Estado, favorece a criação de assentamentos sob o prisma de uma lógica apenas reativa, produzindo unidades espacialmente dispersas, muitas vezes sem infraestrutura, e com uma oferta limitada de apoio financeiro, técnico e de assistência social. Além disso, os assentamentos não são unidades internamente uniformes. Assim, um amplo processo de reforma agrária deverá propor atuações específicas para ampliar um setor de produtores rurais independentes e inseridos no mercado. Esta pesquisa analisou os atores sociais, as ações coletivas e as diversas maneiras de organizações existentes dentro de assentamentos de reforma agrária (como: associações, cooperativa e feiras), o nível de participação política e as estruturas produtivas existentes. Fez-se uma análise acerca da origem sociogeográfica dos assentados, das formas de integração inter- e intra-assentamentos, das redes sociais das quais os assentados participam, bem como do nível de evolução socioeconômica após a sua inserção dentro dos assentamentos. Para tanto, a coleta de dados ocorreu em quatro assentamentos (Francisco Julião, Che Guevara, Ilha Grande e Dandara dos Palmares), utilizando um arcabouço metodológico envolvendo diferentes instrumentos de coleta de dados, permitindo o encaminhamento de uma análise de natureza quali-quantitativa dos dados. Os resultados encontrados apontam que as principais barreiras para o desenvolvimento desses assentamentos é mais de ordem política do que espacial. Como a ausência de políticas estruturantes, por parte do Estado, em seus diferentes níveis de organização, para apoiar o processo de desenvolvimento dentro das áreas reformadas.

Palavras-chave: assentamento, Estado, espacial, desenvolvimento, Norte Fluminense, reforma agrária

IDENTIFICANDO OS IMPACTOS DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DAS AÇÕES COLETIVAS NA CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE

KÍSSILA NEVES SOARES

ABSTRACT

Land reform settlements created by the federal government usually result from the struggle of the landless to change the framework of existing agrarian structure. Despite the fact that these settlements do not modify deeply the existing land concentration in Brazil, they tend to become tools for regional development by causing changes in the agrarian structure in the locations where they are installed. On the other hand, the lack of a coordinated State policy towards land reform results in the creation of settlements following a reactive logic that contributes to spatial dispersion and a limited supply of financial support, technical assistance and social services. Moreover, settlements are not uniform units internally and, thus, a broad agrarian reform process should propose specific actions to expand a sector of independent farmers to allow a smoother entry in the market. This research examined social actors, collective action efforts; the different types of social organizations that exist within the settlements (e.g., associations, cooperative, and fairs); the level of political participation and the existing productive structures. In addition, I made an analysis of farmers' spatial origins, their forms of socioeconomic integration inter- an intra-settlements, the social networks in which settlers were involved, and their level of socioeconomic development after the insertion on the settlements. Data collection occurred in four land reform settlements (Francisco Julião, Che Guevara, Ilha Grande and Dandara dos Palmares). The methodological framework involved the use of different survey instruments to collect data and to allow a quali-quantitative form of analysis. Results show that the main barriers to the development of land reform settlements are of a political nature which is stressed by the absence of spatial and structural policies by the state, at its different levels of organization, to support the development process within the reformed areas.

Keywords: settlement, state, spatial, development, North Fluminense, land reform

INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de reforma agrária revela-se de forma dialética como uma possível solução e um desdobramento de problemas e de conflitos existentes na sociedade brasileira. Assim, a demanda pela reforma agrária está ligada à busca de soluções para problemas existentes desde a formação da sociedade brasileira (Buainain & Pires, 2003; Miralha, 2006; Heredia et al., 2001; Fernandes, 2001; Sorj, 1980). Um dos principais problemas que ainda aguarda solução é a alta concentração da propriedade da terra, que tem como uma de suas consequências à marginalização, a maioria da população que assim se vê privada do acesso à propriedade (FERNANDES, 2001). Em função disso, em diversos períodos da história brasileira ocorreram pressões realizadas por diferentes setores sociais para a democratização da propriedade da terra. Melo (2010) sugere que, para muitos estudiosos a história da reforma agrária, no Brasil, é uma narrativa marcada por oportunidades perdidas.

Os primeiros esforços para a realização da reforma agrária ocorreram na década de 1960. Foram materializados no Plano Trienal do governo do presidente João Goulart, quando o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de revisão das relações sociais de produção e de distribuição da riqueza, a partir da modificação da estrutura agrária. Entretanto, esse passo inicial foi interrompido e essencialmente paralisado pelo regime militar, instalado pelo golpe de Estado de 1964. A partir do golpe, a velha oligarquia rural, que permeia o poder político por meio de vários deputados, senadores, governadores e da burguesia industrial, decidiu manter inalterada a estrutura fundiária brasileira. Para Sorj (1980), foram as forças sociais vencedoras no golpe de 1964 que orientaram o sentido e as formas de modernização conservadora da agricultura brasileira.

O instrumento legal para orientar esse processo de modernização conservadora foi o Estatuto da Terra, que foi um conjunto de leis criado pela elite política dominante para desestruturar a organização camponesa, e criar obstáculo para a realização da reforma agrária (SORJ, 1980). Dessa forma, a “modernização conservadora” e a expansão do modo de produção capitalista no campo ampliaram as desigualdades, elevando o preço das terras agrícolas, destruindo a

propriedade agrícola familiar, consolidando cada vez mais o latifúndio (BERGAMASCO E NORDER, 2003).

A queda do regime militar, em 1985, possibilitou uma retomada da discussão em torno da reforma agrária e trouxe essa questão para o centro do debate político. A promulgação da Constituição de 1988, que introduziu as políticas públicas como novos instrumentos para gestão social, também é fruto da mobilização de diversos setores da sociedade que viam, na reforma agrária, um importante instrumento de democratização da sociedade brasileira. No entanto, apesar de terem passado mais de vinte e cinco anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o processo de reforma ainda encontra sérias dificuldades para a sua materialização (MIRALHA, 2006).

Por outro lado, Heredia et. al (2002) argumentam que, apesar dos assentamentos de reforma agrária que foram criados pelo governo federal não alterarem profundamente o quadro de concentração da propriedade da terra existente no Brasil, os mesmos são instrumentos eficientes para a realização de mudanças sociais e econômicas nas regiões onde são instalados. Num cenário em que se destacam a crise de importantes setores da grande agricultura e as dificuldades na reprodução da agricultura familiar, as diversas manchas de assentamentos existentes em diferentes partes do território brasileiro representam uma importante alternativa de trabalho e de acesso à terra. Em função disso, Leite e Ávila (2007) argumentam que, quando vistos em sua totalidade, os assentamentos vêm afetando o conjunto de condições sociais, econômicas e políticas com demandas diferentes.

Entretanto, a falta de uma política pública coordenada pelo Estado favorece o estabelecimento de uma lógica de intervenções pontuais em situações de conflito. Assim sendo, os assentamentos são criados sob o prisma dessa lógica, produzindo unidades espacialmente dispersas, muitas vezes sem nenhuma infraestrutura, e com uma oferta limitada de apoio financeiro, técnico e de assistência social. Além disso, Giuliani e Castro (1996) afirmam que os assentamentos não são unidades internamente uniformes, pois se constituem em realidades complexas, que adquirem especificidade a partir não somente de seu

processo de constituição (organização do movimento e luta), mas também em decorrência de uma série de componentes socioculturais das famílias, além de refletir o contexto regional em que estão inseridos, em periferias urbanas com condições de vida e trabalho precários. Em função dessa realidade, Giuliani e Castro argumentam em favor do estabelecimento de linhas específicas de atuação para os órgãos que executam a reforma agrária, a partir das origens e das formas de diferenciação dos grupos que aspiram à terra.

A presente dissertação teve como objetivo principal verificar se as ações coletivas e as configurações espaciais dos assentados rurais explicam possíveis diferenças no nível de organização, na realização de ações coletivas, na adoção de sistemas agrícolas e no êxito socioeconômico do assentamento. De forma adicional, também buscou avaliar dois aspectos da dinâmica dos assentamentos rurais de reforma agrária do norte fluminense:

- 1) *a função das ações coletivas* que controlam a dinâmica organizativa dos assentamentos rurais, identificando as relações sociais, as redes sociais e os perfis dos atores sociais envolvidos, e
- 2) *os mecanismos organizativos* utilizados pelos assentados para minimizar a distância espacial e os entraves existentes em todo este processo.

Além disso, através dos referenciais teóricos apresentados, este trabalho foi orientado partindo de duas questões de pesquisa:

- 1) Até que ponto as ações coletivas dos assentados se reflete no nível de organização, nos sistemas de produção e de comercialização implementados dentro dos assentamentos de Reforma Agrária?
- 2) Em que medida a existência de estratégias de organização coletiva contribui para minimizar os efeitos da dispersão espacial dos assentamentos rurais na região Norte Fluminense?

No sentido de facilitar a análise dos fundamentos teóricos e a discussão dos dados, esta dissertação foi dividida em sete capítulos. O Capítulo 1 traz uma revisão teórica sob diferentes perspectivas (Vieira, 2003; Oliveira, 2007; Kautsky, 1980; Martins, 1981; Guedes, 2007) com o objetivo de permitir a compreensão do

processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas consequências sobre o mundo rural. Nesse capítulo foi analisada a estrutura agrária a partir de uma perspectiva histórica, especificamente no período de transição do Feudalismo para o Capitalismo, quando surgiram novas formas, novos padrões mais urbanizados e industrializados (OLIVEIRA, 2007). Outro aspecto analisado foram as diferentes vertentes teóricas acerca do destino da agricultura camponesa dentro da economia capitalista (Lênin, 1982; Kautsky, 1980; Abramovay, 2007, Mendras, 1978 e Chayanov, 1974). Além disso, uma discussão sobre as principais definições de camponês e agricultor familiar é abordada.

O Capítulo 2 apresenta uma discussão acerca dos problemas da concentração de terra e o possível papel da reforma agrária para minimizar a desigualdade social. São discutidas as experiências internacionais da reforma agrária e a importância de sua efetividade, bem como os seus principais impasses no Brasil. Há uma análise da realidade da estrutura agrária na região Norte Fluminense.

O Capítulo 3 faz uma análise sobre o papel da configuração agrária no processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais, abordando os diferentes conceitos de território. Desse modo, a formação e a dinâmica territorial dos assentamentos rurais do Norte Fluminense que, em sua maioria, estão dispersos entre grandes latifúndios são analisadas. Além disso, este capítulo traz uma abordagem sobre a questão território e identidade, considerando o acampamento e o assentamento como espaços de construção da subjetividade.

O Capítulo 4 analisa o papel de diferentes atores e redes sociais sobre as formas de organização nos assentamentos rurais. Nesse contexto, é analisado o conceito de capital social com o objetivo de orientar a análise das organizações coletivas existentes nos assentamentos que foram incluídos no presente estudo. A partir da consideração de que as ações coletivas e redes sociais são instrumentos de fortalecimento entre os assentados, buscou-se analisar o papel das ações coletivas e das diversas maneiras de organizações existentes dentro de assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense.

O Capítulo 5 apresenta a metodologia utilizada na coleta e na análise dos dados. Há uma descrição das áreas estudadas: os Assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, no município de Campos dos Goytacazes, o Assentamento Dandara dos Palmares, no município de São Francisco de Itabapoana, e o Assentamento Francisco Julião, no município de Cardoso Moreira. Além disso, são apresentadas as estratégias de coleta de dados e os procedimentos analíticos utilizados.

O Capítulo 6 aborda os resultados da pesquisa. Inicialmente, é feita uma caracterização da população dos quatro assentamentos estudados. Num segundo momento faz-se a análise das variáveis que refletem a dinâmica política na interface acampamento – assentamento. Na terceira parte, é feita a análise dos sistemas de produção e da interação entre os assentamentos existentes no Norte Fluminense. Na quarta e última etapa desse capítulo, há uma análise sobre a questão da distância na geração de dificuldades de organização de ações coletivas entre os diferentes assentamentos. Por fim, as principais conclusões da pesquisa são apresentadas.

CAPÍTULO 1 – ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: AS MUDANÇAS ENFRENTADAS PELO CAMPESINATO

O objetivo deste capítulo é permitir a compreensão de como as transformações que ocorreram no funcionamento da economia mundial afetaram as relações de produção no campo. Para tanto, são utilizadas diferentes correntes teóricas que buscaram analisar esta realidade. É feito um esforço para entender o processo de desenvolvimento do Capitalismo, visto seus impactos nas relações sociais de produção na agricultura que, em última instância, implicaram profundas redefinições em toda a estrutura socioeconômica e política do campo.

1.1 - A estrutura agrária na transição do Feudalismo para o Capitalismo

O modo feudal de produção tinha como estrutura básica a propriedade do senhor sobre a terra (feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo (servidão). Porém, a principal diferença entre a servidão e o escravismo era que o servo não poderia ser vendido fora da sua terra (OLIVEIRA, 2007). Huberman (1981) diferenciou o sistema de servidão no Feudalismo e no Escravismo, afirmando que o servo tinha certos direitos que o escravo nunca teve. Segundo Huberman, a agricultura no Feudalismo obedecia a uma lógica própria, na qual as terras eram divididas em duas partes: o domínio, que era a parte das terras onde os servos trabalhavam para o senhor; e as parcelas que eram divididas e concedidas aos camponeses, ficando estes obrigados a entregar tributos exigidos sobre a produção de sua parcela e prestar dias de trabalho pessoal para a exploração do domínio direto do senhor. Para Kautsky, a produção parcelaria foi uma característica importante da agricultura feudal (OLIVEIRA, 2007).

A transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu na medida em que a indústria urbana cresceu e aumentou a procura de dinheiro por parte do camponês. Em função dessa transição, um antagonismo foi criado entre a propriedade parcelaria e a propriedade individual. Nesse sentido, Kautsky (1980) explica que, com surgimento do mercado e suas exigências instáveis, uma desigualdade entre companheiros da aldeia foi gerada. Em função dessa diferenciação, o sistema familiar camponês começou a romper-se.

O cenário do campo foi alterado profundamente quando a indústria urbana e o comércio promoveram a dissolução da pequena indústria camponesa. Assim, com a necessidade de comprar as coisas dispensáveis e indispensáveis, tornou-se fundamental o acesso ao dinheiro, gerando um processo no qual o camponês não conseguia mais se manter sem o mesmo. Oliveira (2007) afirma que o senhor feudal passou a exigir dos camponeses a renda em dinheiro em substituição à renda em produto. Assim, a necessidade do dinheiro aumentou e, com isso, os camponeses envolveram-se mais com a produção para o mercado. Essa transformação da agricultura feudal em agricultura capitalista deu lugar às novas formas, novos padrões e valores, que transformaram a estrutura da sociedade e, conseqüentemente, as relações de trabalho e de produção (OLIVEIRA, 2007).

O fim das relações feudais implicou uma transformação que não se ateu ao plano da produção, mas englobou o processo de circulação de mercadorias e, portanto, incluiu também a troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. De acordo com Martins (1981), esse processo decorre do fato de que o Capitalismo não é, em essência, um modo de produção de mercadorias, mas um modo de produção de mais-valia. Nesse caso, a mercadoria sai do processo produtivo contendo e aprisionando a mais-valia. Assim, é no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, apropriando-se da mais-valia, que objetivamente é o trabalho social não pago aos trabalhadores.

Por outro lado, Oliveira (2007) esclarece que a primeira etapa do desenvolvimento do Capitalismo não foi necessariamente aquela em que predominaram relações especificamente capitalistas de produção, mas, sim, uma etapa de produção de mercadorias. Após esse primeiro momento, o Capitalismo ganhou uma dimensão mundial, ou seja, disseminou-se por lugares diferentes e momentos distintos. Desse modo, a formação econômico-social capitalista é fruto desse processo, marcado por momentos contraditórios, mas articulados.

Do ponto de vista das relações produtivas no Capitalismo, Guedes (2007) afirma que são estabelecidas entre os homens no processo de produção social, e que se dão independentemente da vontade individual. Além disso, Oliveira (2007) argumenta que as relações de produção capitalista ocorrem na separação dos

trabalhadores dos meios de produção, quando estes devem aparecer no mercado como estando livres de quase toda a propriedade, exceto a da sua própria força de trabalho. Portanto, essa relação de compra e venda contém o ato implícito de que um trabalha (vende a força de trabalho) e o outro compra e paga, por meio do salário, essa força de trabalho. Enquanto isso, Martins (1981) afirma que no Capitalismo só é pessoa aquele que troca e que, portanto, tem o que trocar e com a liberdade para fazê-lo. Assim, para Martins, a condição específica dessa sociedade surge da mediação das relações de troca: uma pessoa somente existe por intermédio de outra.

Em função dessas características do Capitalismo, é possível entender, apesar de contraditoriamente, a persistência dos camponeses pela via de que as relações “não capitalistas” são um dos produtos do seu próprio desenvolvimento. Assim, a ampliação do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, gerou relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se deu, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2007).

1.1 – As diferentes vertentes teóricas acerca do destino do campesinato dentro do capitalismo: desaparecimento, persistência ou transformação?

A luta pela terra enfrentou grandes entraves, e talvez o maior e mais severo deles tenha sido a marginalização ou a exclusão dos camponeses do acesso à terra a partir da modernização das relações de produção no campo. Em função disso, diferentes autores procuraram entender as mudanças que o modo de produção capitalista trouxe ao mundo rural.

Uma primeira perspectiva seria que o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou prisioneiro de um processo de proletarianização, que está presente nas formulações de Vlademir Lenin e Karl Kautsky que previram, ainda que por diferentes perspectivas, o campesinato como sendo fadado a um inevitável desaparecimento. Enquanto Lênin (1982) trabalhou na perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo atuaria sobre a

agricultura de modo a criar uma divisão entre camponeses ricos e camponeses pobres, Kautsky (1980) entendia que havia uma superioridade da produção capitalista sobre a camponesa, que implicaria uma expropriação do campesinato. Para Lenin, o camponês seria extinto, tanto pela dinâmica da diferenciação social dos produtores, em produtores proprietários burgueses e agricultores assalariados. Para Kautsky, o desaparecimento do campesinato dar-se-ia pela sua incapacidade de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas capitalistas.

No entanto, as premissas de Lenin e de Kautsky encontraram opositores que discordam da tese do desaparecimento do campesinato. Uma premissa básica dos defensores da manutenção do campesinato é de que, na medida em que as relações capitalistas se territorializaram no campo, contraditoriamente proporcionam a manutenção de relações não capitalistas, permitindo assim a permanência de um modo de produção camponês. Essas premissas constituem o fundamento da teoria da recriação camponesa, formulada por Nikolay Chayanov (1974), no estudo do campesinato, por meio da organização da sua unidade produtiva e de consumo o sítio camponês. Além disso, para esse autor, a unidade camponesa seria aquela onde não há relação capitalista em seu interior, pois o salário é uma categoria capitalista e sua aplicação no estudo da unidade familiar camponesa teria resultados irrelevantes. Assim, Chayanov acreditava que a tendência do capitalismo, da época, se caracterizava pela integração vertical e não horizontal da agricultura (VIEIRA, 2003). Seguidor das ideias de Chayanov, Shanin (2005) desenvolve uma argumentação crítica em relação às concepções generalizantes que consideram os camponeses como pertencentes a uma sociedade, possuidores de uma economia e com uma organização social e política própria. Admitindo que não haja um modelo típico de camponês, Shanin procura compreendê-lo a partir do estabelecimento rural familiar, ou seja, a unidade de produção familiar como um ponto comum para definir o camponês. No restante, suas características não são homogêneas, modificando-se no tempo e no espaço.

Também na linha da persistência do modo de produção camponês dentro Capitalismo, Martins (1981) explica que o campesinato é constituído com a

expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Argumenta que o campesinato, na sua relação com o capital, possui contradições diferentes daquelas enfrentadas pelos operários. Oliveira (2007), porém, argumenta que o camponês não é uma figura do passado, mas do presente da história capitalista brasileira.

Em outra vertente, temos os que defendem a figura do “agricultor familiar”. O conceito de agricultura familiar emergiu no Brasil, na década de 1990. Schneider (2003) comenta que a agricultura familiar, por ser um conceito amplo, engloba diversas categorias de unidades produtivas rurais como assentados, meeiros, posseiros, parceiros, arrendatários, que podem ser qualificados como pequenos produtores. Schneider afirma ainda que a agricultura familiar ganhou legitimidade tanto política quanto social, por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996 pelo governo FHC.

Segundo Marafon e Ribeiro (2006), a agricultura familiar brasileira se divide em três categorias: os consolidados, em transição ou os periféricos. Os dois primeiros grupos seriam os produtores rurais familiares que têm facilidade de acesso ao crédito e buscam assistência técnica com maior frequência. O padrão de rendimento e produtividade dessas categorias as coloca mais próximos de uma empresa rural familiar, sendo distinguidas apenas pela maior ou menor produtividade. O terceiro grupo é o que mais se aproxima do camponês tradicional, cujo acesso ao crédito e o emprego de tecnologias na produção são muito baixos ou inexistentes.

CAPÍTULO 2 – O PROBLEMA DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA E A REFORMA AGRÁRIA COMO MINIMIZADORA DA DESIGUALDADE SOCIAL

Segundo Oliveira (2007), a concentração da terra aumenta o poder de extração da mais-valia social sem participar do processo produtivo. De forma similar, Martins (1981) sugere que também as relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital. Nesse sentido, tanto a produção familiar de tipo camponês quanto a propriedade capitalista da terra são relações que, apesar de não parecerem integrantes do processo de expansão do Capitalismo, são partes essenciais de sua consolidação. Assim, a questão da reforma agrária surge no interior do Capitalismo, como mecanismo solucionador dos problemas sociais e econômicos advindos da concentração das terras que os caracterizaram desde o período feudal.

2.1 – A Reforma Agrária no contexto internacional

A reforma Agrária está normalmente relacionada diretamente às lutas e às revoltas. Também relaciona-se às ações de governos que atuam com o objetivo de modificar a estrutura agrária de alguma sociedade. Entretanto, para a implantação da reforma agrária, há necessidade de duas políticas fundamentais: a política fundiária e a política agrícola (OLIVEIRA, 2007). Para Oliveira, a política fundiária se refere ao conjunto de princípios que diferentes sociedades definiram com aceitável e/ou justo para o processo de apropriação privada da terra. Além disso, a política fundiária também inclui o conjunto de leis que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra, as leis especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder, e programas de financiamentos para a aquisição da terra. Por outro lado, a política agrícola refere-se ao conjunto de ações que um governo procura implantar, tais como a assistência técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. A junção da política fundiária com a agrícola forma os dois pilares da reforma agrária.

Oliveira (2007) ressalta que existe uma importante diferença entre reforma e revolução agrária. De acordo com Oliveira, enquanto a reforma agrária provoca

alterações na estrutura fundiária sem alterar o status quo vigente, a revolução agrária implica a transformação da estrutura agrária, realizada simultaneamente com a mudança da estrutura social existente, visando à construção de modelo de sociedade. As revoluções agrárias resultaram em transformações sociais em várias partes do mundo, como a transição do Feudalismo para o Capitalismo na Europa, a Revolução Bolchevique na Rússia e a Revolução Mexicana.

Na Ásia, a reforma agrária também teve origem com as lutas camponesas. No Japão, o período Meiji corresponde à constituição de um exército nacional e à primeira fase de reforma agrária no país (1871), onde os títulos das terras que pertenciam a senhores feudais foram transferidos aos servos (FILLIPI, 2006). Após a Segunda Guerra Mundial, a lei da reforma agrária transferiu as terras para os camponeses-rendeiros – que representavam 70% dos camponeses que detinham 46% das terras no país – e aos camponeses sem terra. Na Índia, a reforma agrária iniciada na década 1950, foi dirigida e coordenada em grande parte pelo governo central e pela Comissão de Planificação. As principais características foram a reforma do sistema de posse por meio da fixação de um limite máximo para as taxas de arrendamento, o melhoramento da segurança da posse e da concessão do direito de compra para os rendeiros e a concentração das explorações fragmentadas (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Laranjeira (1983), vários países do Oriente Médio realizaram reformas agrárias de diferentes formas e modelos desde a década de 1950. As reformas agrárias realizadas em alguns países foram do tipo associativo, e incentivaram a constituição de cooperativas como instrumento de administração das grandes unidades agrícolas, ou através da formação de associações de pequenos camponeses, visando melhorar a aquisição de bens e de insumos e da venda de suas produções.

Na América Central, os camponeses historicamente viveram um processo de expropriação de suas terras, o que resultou numa forte concentração de terra nas mãos das elites agrárias, que usam suas propriedades para produzir algodão, café, banana e carne bovina para o mercado mundial (OLIVEIRA, 2007). Na América do Sul, vários executaram políticas de reforma agrária visando

principalmente reduzir as possibilidades de uma experiência de revoluções socialistas. De acordo com Leite e Ávila (2007), se forem comparados os casos da Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai e Peru, percebe-se que ainda existe uma alta concentração de terra.

Segundo Guimarães (2004), a retomada da luta pela reforma agrária na América Latina faz parte de uma nova conjuntura política do continente, que é marcada pelas vitórias eleitorais sucessivas de forças críticas ao neoliberalismo na Venezuela, na Argentina, no Brasil, no Chile e, agora, no Uruguai. Guimarães afirma que os governos desses países estão submetidos ao desafio de transitar para outro paradigma de Estado alternativo ao neoliberal, dominante no continente no período anterior. Assim, a luta pela reforma agrária é parte constitutiva desse esforço e afeta diretamente 127 milhões de pessoas que ainda vivem no campo.

2.2 – Os impasses da Reforma Agrária no Brasil

A concentração da propriedade da terra tem raízes na formação histórica do Brasil que remonta ao processo de colonização portuguesa e suas leis coloniais que introduziram graves distorções na distribuição das terras (MIRALHA, 2006). O processo de formação do espaço agrário colonial também contribuiu para uma forte hierarquização social advinda principalmente do uso de mão de obra escrava. Em outras palavras, a forma de ocupação e de distribuição da terra levou à existência de um imenso contingente de trabalhadores rurais desprovidos de terra (MOREIRA, 1990). Além disso, a distribuição espacial dos latifúndios também contribuiu para agravar o padrão excludente no acesso qualitativo à terra, visto que as melhores terras acabaram nas mãos das elites, restando aos camponeses aquelas de qualidade inferior e/ou localizadas em áreas ecologicamente frágeis (HEREDIA et al., 2001).

Assim sendo, a estrutura socioeconômica vigente na sociedade brasileira está diretamente ligada ao padrão de formação e de manutenção de uma estrutura agrária altamente excludente (FERNANDES, 2001). Além disso, o fato é que o modelo desenvolvimentista da agricultura brasileira tem se apoiado na manutenção da grande propriedade e na monocultura agroexportadora. Esse modelo

reforçou ainda mais a concentração de terra e da renda do meio rural, marginalizando mais de dois terços da população rural. Em função das características do desenvolvimento adotado e no quadro de distribuição de terras é que graves problemas agrários persistem no Brasil (BUAINAIN E PIRES, 2003).

Segundo Buainain e Pires (2003), a Lei de Terras promulgada em 1850, com a qual se estabeleceu a propriedade privada das terras brasileiras, acabou servindo como um mecanismo adicional na manutenção dos nossos padrões de concentração fundiária, ao ampliar o poder político e econômico das elites agrárias. Em função disso, o discurso de legitimação da concentração da terra residual foi mantido incólume até o final da Segunda Guerra Mundial, quando, por pressões oriundas do processo de redemocratização do Estado brasileiro, a questão da distribuição desigual da terra começou a ganhar espaço no cenário político nacional.

De acordo com Buainain (2003), foi no período pós-guerra que a reforma agrária passou a ser vista não apenas como um instrumento de agitação política comunista, mas também como uma possível ferramenta para a dinamização da agricultura brasileira. Na década de 1940, após a ditadura de Vargas, foram criadas as Ligas Camponesas cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente a realidade política no Brasil (CAMARGO, 1977). Assim, foi a partir da ação das Ligas Camponesas que a luta pela reforma agrária ganhou dimensão nacional sob a liderança de Francisco Julião, advogado e deputado do Partido Socialista.

Durante o governo do presidente João Goulart, que chegou ao poder em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros, ocorreram vários embates parlamentares sobre a reforma agrária. O avanço da luta camponesa promovido pelas Ligas Camponesas deixou as elites latifundiárias brasileiras em uma posição de confronto. O governo de João Goulart conseguiu aprovar, no Congresso Nacional, o Estatuto do Trabalhador Rural, que passava a permitir a implantação do sindicalismo rural. Com a aprovação dessa lei, muitas Ligas se transformaram em sindicatos de Trabalhadores rurais. Mas como a lei só permitia uma organização nacional, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi criada em seguida (OLIVEIRA, 2007).

A deposição de João Goulart pelo golpe militar marcou o início de um novo período de reação do Estado brasileiro contra as demandas por reforma agrária. Segundo Miralha (2006), a partir de 1964 os movimentos sociais e os demais setores da sociedade que lutavam pela reestruturação agrária sofreram um duro revés em função do golpe de Estado, pois os militares aturaram para desmobilizar as organizações sociais e os sindicatos que atuavam tanto em áreas urbanas como rurais.

Entre as primeiras medidas tomadas pelo regime militar, estava a promulgação do “Estatuto da Terra”, cujo objetivo manifesto era modernizar a agricultura brasileira a partir de uma redefinição da estrutura fundiária, por meio da desapropriação de terras. Pimentel (2009) afirma que o Estatuto da Terra foi criado não com o objetivo de democratizar o acesso à terra, mas para dar um amplo apoio à “modernização” dos latifúndios, o que ocorreu com o repasse de grandes volumes de recursos financeiros para os grandes proprietários rurais. Esta fase de modernização conservadora foi um período de acentuada “modernização” agropecuária, mas que não foi precedido por ações efetivas para reduzir as disparidades do acesso a terra (MULLER, 1994).

Entretanto, o enfraquecimento do regime militar, no início da década de 1980, facilitou o retorno dos movimentos na sociedade civil brasileira, inclusive o das organizações e dos movimentos sociais que defendiam a necessidade da realização de reformas estruturais, incluindo a reforma agrária (Miralha, 2006). Em 1985, no primeiro governo da chamada Nova República, presidida por José Sarney, foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que se concretizou apenas parcialmente, e a maioria dos assentamentos implantados durante o governo Sarney resultaram de ocupações por trabalhadores sem terra. Ainda nesse período, os trabalhadores conquistaram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA).

Entretanto, Fernandes (2003) afirma que durante o processo de formulação da nova Constituição de 1988, a reforma agrária sofreu um duro golpe desferido pela bancada ruralista. Fernandes argumenta que, embora a reforma agrária tenha sido aprovada na Constituição, necessitava ainda de uma lei complementar

para regulamentar a sua realização, o que ocorreu somente em 1993, com a aprovação da Lei 8629, quando passou a existir o mecanismo legal para a desapropriação de terras. Todavia, mesmo com a existência da nova lei, os latifundiários conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter processos já assinados pela presidência da República. Com a vitória política dos latifundiários, o governo Sarney abandonou os objetivos do I PNRA (OLIVEIRA, 2007).

No governo de Fernando Collor de Melo, que sucedeu José Sarney, houve um aprofundamento do abandono da reforma agrária, quando se objetivou assentar 500 mil famílias, 35% menos que o governo anterior propusera e não cumprira. Assim é que, durante o curto mandato de Collor, 30 mil famílias foram assentadas, revelando que a decisão política era de não promover a reforma agrária no Brasil.

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, fato que marcou o início do diálogo do governo federal com os movimentos socioterritoriais. Com o fim da repressão e o início do diálogo entre o governo federal e o sem-terra, ocorreu um aumento do número de ocupações de terras, totalizando aproximadamente 50 mil famílias assentadas (OLIVEIRA, 2007). Durante este governo, foi aprovada a Lei Agrária (Lei n. 8.629, de 25.02.1993), que regulamentava os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

Em 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a proposta de reforma agrária foi ainda mais tímida que a de seus antecessores, prometendo assentar somente 280 mil famílias (OLIVEIRA, 2007), intensificando os conflitos agrários no país. Em função disso, Alentejano (2004) considera a política agrária do governo de FHC como antipopular e neoliberal em relação à reforma agrária. Essas políticas incluíram a criminalização das ocupações e a implantação do Banco da Terra, a extinção da assistência técnica e a mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais.

Para Fernandes (2004), o presidente FHC acreditava que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido. Demonstrou, assim, a ausência de uma política de reforma agrária no Brasil, apresentando apenas uma proposta de criação de assentamentos rurais, resultado das pressões rurais dos movimentos sociais. No segundo mandato, FHC ampliou essa estratégia e desenvolveu uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra. Criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra, e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e, por quatro anos, quando ocupada mais de uma vez (FERNANDES, 2004). Para Fernandes (2003), as políticas desenvolvidas durante os dois mandatos de FHC resultaram numa distribuição de assentamentos rurais por todas as regiões brasileiras, onde estes ficaram cercados de latifúndios. Ou seja, o governo utilizou uma lógica espacial de boicote, visto que ocorreu um isolamento estratégico desses trabalhadores.

A vitória na eleição presidencial do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, provocou uma expectativa “positiva” em relação à realização de transformações sociais significativas, começando pela realização da reforma agrária (ENGELMANN E GIL, 2012). Entretanto, apesar do discurso oficial, o processo de reforma agrária continuou enfrentando dificuldades objetivas. Um dos principais problemas foi a opção pela adoção de políticas assistencialistas de combate à pobreza, tendo, como eixo central, o programa Bolsa Família, com distribuição de renda à população mais pobre, a partir de uma política governamental compensatória, deixando de lado a realização de mudanças estruturais, entre elas a da reforma agrária.

Uma demonstração da paralisação da reforma agrária apareceu no Censo Agropecuário de 2006. Mostrou que a distribuição de terras permanece praticamente inalterada no Brasil. Assim, o índice Gini, que é usado para medir o grau de equidade na distribuição da propriedade da terra, indica que, enquanto em 1985 a concentração de terras era de 0,857, em 2006 o índice caiu somente para 0,854. Ainda segundo os dados do IBGE, nos anos de 1985, 1995 e 2006,

enquanto as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupavam apenas 2,7% da área total, as grandes propriedades, com mais de mil hectares, concentravam 43%. Esses dados demonstram que a estrutura da posse da terra no Brasil, continua concentrada, sendo uma das mais desiguais do mundo.

2.3 – O processo de Reforma Agrária: a realidade da estrutura agrária no Norte Fluminense

Desde o período colonial, grandes áreas de terra controladas por uma pequena elite agrária ocuparam uma parcela considerável do espaço do estado do Rio de Janeiro, tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas. Assim, o Rio de Janeiro sempre abrigou grandes latifúndios escravistas voltados para a monocultura, que foram os responsáveis pela herança de concentração fundiária que persiste até o presente. Para Alentejano (1997), fatores contemporâneos também contribuíram para a concentração fundiária e elevada baixa produção da terra no território fluminense, tais como a decadência da cafeicultura e do setor canavieiro, a intensa urbanização e a atuação do setor imobiliário.

Durante o século XX, após o apogeu da exportação de açúcar (1900-1930) e do café (1970-1980), a maioria das grandes propriedades passou a se caracterizar pela ausência de dinamismo das atividades agrárias, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Esse fato contribuiu para que extensas áreas do território fluminense apresentassem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo de suas terras (SILVA, 2005). Os dados censitários mostram que nesse período houve um intenso processo de desruralização¹ no estado do Rio de Janeiro, acarretando um decréscimo da população rural de 1.400.000 para 570.000 pessoas (Alentejano, 2003). Por outro lado, a Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro passou a representar um centro polarizador de recursos

¹ Entendido como esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural no interior do estado.

do estado (Ribeiro, 2002), constituindo-se ainda como uma área de grande concentração de população e de renda (Silva, 2005).

Uma análise apurada da estrutura econômica do Rio de Janeiro aponta para uma relevante perda de espaço da agricultura e um intenso crescimento das atividades industriais, comerciais e de serviços. No entanto, Alentejano (1997) ressalta que a ideia de decadência da agricultura fluminense deve ser relativizada, uma vez que alguns aspectos importantes são deixados de lado. Por isso, a imagem da decadência da agricultura fluminense está fundamentalmente ligada ao fato de que a área agrícola utilizada no Rio de Janeiro vem sendo reduzida, muito inferior à de todos os demais estados da região Sudeste, sendo que a agro industrialização muito limitada (Alentejano, 1997, p. 68-69).

Alentejano (2011) argumenta que a agricultura fluminense é caracterizada pela presença de baixos índices de produtividade, o que acaba por criar a imagem do Rio de Janeiro como um estado onde a agricultura seria impossível por inexistirem grandes áreas contínuas cultivadas. Entretanto, na contramão da desruralização dominante, os assentamentos de reforma agrária começaram a ser implementados, a partir dos anos 80. Além disso, o Rio de Janeiro possui projetos de assentamentos de responsabilidades distintas. Alguns foram criados pelo governo estadual (ITERJ- Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) e outros são resultados da ação do governo federal (INCRA). Sob jurisdição do INCRA-RJ existem 75 assentamentos, com 5.158 famílias, num total de 125.665,10 hectares (ha) desapropriados (INCRA, 2012).

No caso específico da região Norte Fluminense, a implantação dos assentamentos rurais está relacionada à crise do setor sucro-alcooleiro, com a desativação das usinas, principalmente por causa do endividamento crônico dos usineiros e de sua dependência em relação aos subsídios governamentais (NEVES, 1997). A falência das usinas propiciou a implementação do processo de desapropriação por parte do Governo Federal. No contexto do Norte Fluminense, a presença histórica da monocultura canavieira sob o domínio dos grandes latifundiários e a existência de grande concentração de terras improdutivas,

tornaram possível a realização da “reforma agrária”, tendo estimulado a chegada do MST à região, em 1996.

Os assentamentos de reforma agrária, criados no Norte Fluminense pelo INCRA, a partir das ocupações de terras realizadas em 1997, pelo MST, vêm se consolidando como espaços de produção, sociabilidade e intervenção política, apesar das condições precárias em que estão imersos por causa da inexistência de políticas estruturais que apoiem o seu desenvolvimento e consolidação. Segundo Pedlowski (2011), apesar desse contexto, vem crescendo a importância dos assentamentos de reforma agrária na produção agrícola, principalmente a de alimentos. Assim, “as experiências agroecológicas de produção e comercialização, as agroindústrias familiares e outras formas de cooperação têm sido as principais formas de resistência dos trabalhadores rurais assentados na região e a expressão da possibilidade de construção de uma nova forma de organização do espaço agrário na região, mais democrática e biodiversa” (ALENTEJANO, 2011, p. 20).

CAPÍTULO 3 – A CONFIGURAÇÃO AGRÁRIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA

Neste capítulo, são discutidos os diferentes conceitos de território, desde a desterritorialidade até a multiterritorialidade. O objetivo dessa discussão é compreender os impactos causados na produção e na comercialização pela criação de assentamentos com áreas reduzidas e dispersos dentro de territórios dominados por grandes latifúndios. De forma articulada, são analisados os efeitos da espacialização dos assentamentos em áreas de latifúndios sobre a comercialização da produção agrícola. Foi feita uma comparação entre os assentamentos criados pelo INCRA, na região Norte Fluminense, a partir de 1997. Esse aspecto aparece como fundamental, visto que a maioria dos assentamentos criados no Norte Fluminense possui uma área total relativamente pequena, o que implica dificuldade de gerar economia de escala para a maioria dos assentados. Além disso, a distância relativa entre os assentamentos também dificulta a organização de ações articuladas que possam mitigar ou mesmo eliminar os problemas causados pelas características internas de cada assentamento. Outro aspecto importante se refere à relação entre território e identidade.

3.1 – A construção do território no espaço agrário: definições e perspectivas

Para o estudo dos assentamentos rurais como elemento de construção de novos territórios é essencial diferenciar espaço e território; Raffestin (1993) explica que o espaço é anterior ao território. Para ele, o território se forma a partir do espaço, tornando-se resultado de uma ação conduzida por um ator em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço, transformando território num lugar de relações, onde através da apropriação e produção do espaço, ele reorganiza seu sistema territorial constantemente. Segundo Haesbaert (2004), não é possível definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, ou a sociedade, sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial. Paradoxalmente, Santos (1978) prefere não fazer a distinção entre espaço e território e, em vez disso, distingue,

no espaço, um sistema de fixos e um sistema de fluxos, que de forma indissociável, formam o espaço.

Por outro lado, Souza (1995) aponta o território como sendo algo que existe e se constrói ou desconstrói nas diferentes escalas espaciais e temporais, podendo ainda ter caráter permanente, periódico ou cíclico; o espaço permanece ou pode permanecer o mesmo ao longo do tempo. Além disso, Souza conceitua o território como um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, ou seja, para compreender um território é preciso compreender quem domina ou influencia quem, e como o faz.

Nessa mesma perspectiva de relações de poder, Fernandes (2009) afirma que há diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios que as reproduzem em permanente conflitualidade. Para Fernandes, afirmar que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Entretanto, essa produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes, que não se limitam à dimensão econômica. Além disso, pelo fato do território ser uma totalidade multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões. Portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2009).

De forma complementar, Guedes (2007) explica que o território é a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. Desse modo, Guedes acredita ser essencial salientar que o espaço constitui a “matéria-prima” para a produção do território, sendo a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido, sendo este formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o redefinem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças” relacionalmente emaranhado por poderes nas mais variadas intensidades e ritmos.

No entanto, é necessário distinguir os conceitos de território e territorialidade. Segundo Haesbaert (2004), território é um conceito que admite sempre uma dupla conotação. Por um lado, identifica-se o território por sua

dimensão material, física (*terra, territorium*), e, por outro, é identificado por sua dimensão simbólica, dotado de significados pelo indivíduo. Haesbaert relaciona essa distinção àquela feita por de Lefebvre, de dominação/apropriação; o sentido material e funcional do território está ligado ao conceito de dominação, entendido como posse, propriedade (LEFEBVRE, 1986). Por outro lado, territorialidade é "estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e dotamos de significado" (SACK, 1989, p. 219). Para Haesbaert o conceito de territorialidade deve abarcar as dimensões políticas, econômicas e culturais que caracterizam a relação estabelecida pelos indivíduos no e com o território.

Nesse sentido, Bombardi (2001) define o território como fruto do tripé espaço, tempo e relações sociais, onde:

"o território assume uma configuração que nada tem de linear, como a história, as relações sociais e o espaço não o são, a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo (...)"

De acordo com Buth e Correa (2006), a característica dos assentamentos sob o signo do território é mais abrangente do que a territorialização de grupos específicos e a construção de novas territorialidades. Os mesmos apresentam-se como elementos reestruturadores do campo à medida que novos assentamentos vão sendo incorporados, e conforme vão estabelecendo novas formas de produção e organização do trabalho.

3.2.1 - Os impactos da dispersão espacial sobre a consolidação dos assentamentos

O espaço social é a materialização da existência humana. Essa definição extremamente ampla de espaço, elaborada por Lefebvre (1991), colabora para diversas interpretações. O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Em função disso, Fernandes (2009) se refere aos modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato como sendo exemplos de diferentes espaços e da formação de territórios distintos. Enquanto que o primeiro se forma a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho

assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas, o segundo ocorre a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem utilização de agrotóxicos. Para Fernandes, esses modelos disputam territórios no interior do primeiro território e vice versa.

Porém, podemos considerar os assentamentos rurais como resultados de um longo processo de luta de sujeitos desterritorializados pelo processo de modernização tecnológica das atividades agropecuárias, que concentrou a terra no Brasil (BUTH & CORREA, 2006). Desse modo, os assentamentos significariam a reterritorialização dos camponeses, uma vez que conquistam o território antes dominado pelo grande latifúndio.

Na perspectiva entre a discussão de espaço e de território, pode-se considerar o assentamento como sendo um território conquistado por meio de uma luta desigual contra a grande propriedade rural, normalmente em áreas em que a grande propriedade impera, demarca claramente os limites entre o espaço dos assentados e dos grandes produtores (BUTH e CORREA, 2006). Nesse sentido, a dispersão espacial entre os assentamentos rurais afeta diretamente a vida dos que vivem em seu interior. Segundo Cardoso e Cleps Junior (2008), a dispersão imposta sobre os assentamentos de reforma agrária gera enormes dificuldades para a viabilidade dos mesmos, pois tal dispersão contribui para a desmobilização e a individualização, e ainda pode acarretar entraves no deslocamento e na comercialização da produção.

Além disso, a dispersão dos lotes e, conseqüentemente, a falta de interação entre os assentados, aliadas à inexistência de uma política pública de infraestrutura voltada para o estabelecimento de estruturas de produção e comercialização, favorecem a ação de atravessadores que se tornam a principal forma de acesso dos assentados a diferentes mercados (LEITE, 2000). Ferreira (2010) indica que, por um lado, a presença desses agentes é essencial para viabilizar a comercialização dos assentamentos; por outro lado, pressiona os preços de produtos oferecidos para baixo (FERREIRA, 2010). Nesse sentido, Pedlowski et. al. (2011) argumentam que, na ausência de canais de comercialização da produção, os atravessadores são a principal forma de acesso dos assentados a diferentes mercados.

Além disso, a distribuição espacial dos lotes de assentamentos ao redor de grandes latifúndios, como apontado por Fernandes (2001), pode resultar em outros entraves para a sua sustentabilidade socioeconômica. O fato é que a presença dos assentamentos em territórios caracterizados pela presença de grandes latifúndios determina uma diferenciação do tratamento concedido pelo Estado, especialmente em nível municipal, quando os recursos públicos destinados ao fomento da produção agrícola acabam sendo concentrados nas grandes propriedades em detrimento da agricultura familiar. Brenneisen (2002) explica que, diante, tantas dificuldades, a criação de organizações coletivas nos assentamentos rurais de reforma agrária tem sido o principal mecanismo para a sobrevivência, já que através de associações e cooperativas cria-se alternativa para permanência dos agricultores assentados, pois elas geram empregos e renda para as famílias assentadas.

Em alguns casos, os assentamentos têm provocado um redesenho da zona rural, modificando a paisagem, o padrão distributivo da população e o traçado das estradas, levando à formação de novos aglomerados populacionais e modificando o padrão produtivo da região, com a introdução de uma cultura variada de gênero agrícola, em espaços que antes, muitas vezes, era dominado pela monocultura (SOARES & PEDLOWSKI, 2009). Além disso, os assentamentos permitem uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultaram em uma melhoria nas condições de vida dos assentados, aumentando a sua capacidade de consumo, proporcionando, assim, uma maior dinâmica na economia local.

3.3 – Território e identidade: o acampamento e o assentamento como espaços de construção da subjetividade

Segundo Tuan (1980), o território propõe uma apropriação simbólica, na qual são essenciais valores relativos à identidade do indivíduo que estabelece um vínculo afetivo com o lugar. Mesquita (1995) faz menção à territorialidade como sendo uma projeção da identidade do indivíduo, que dota o território de uma

significação individual e social que abrange desde sentimentos de pertencimento a um lugar até o uso político do território.

O simples fato dos acampados e/ou assentados viverem num mesmo espaço já resulta na existência de uma identificação social, reconhecendo-se nele o espaço de vivência e de convivência. Dessa forma, define-se a região como sendo um “espaço de identidade ideológico-cultural”, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, de classes que nele reconhece sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 1988).

Por outro lado, Buth e Correa (2006) explicam que sujeitos que se encontram à margem da sociedade são excluídos pela impossibilidade de acompanhar/absorver o processo de reestruturação tecno-econômica do espaço agrário. Os indivíduos desterritorizados não foram privados apenas da posse da terra, mas também perderam os vínculos com a terra de origem, com a qual se identificavam, e sofreram um aniquilamento de sua cultura, de seus valores e de sua identidade de produtores rurais.

Do ponto de vista de Souza (2001) e Raffestin (1993), o território é considerado uma apropriação e não uma produção do espaço. Eles reconhecem o território não somente como espaço de relações de poder, mas também como palco das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço”. De forma complementar, Souza e Pedon (2007) fazem uma relação entre território e identidade, onde consideram que o território vai além das relações de poder, sobretudo, como apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural. Assim, podemos associar as famílias assentadas que passaram por processo de embate por relações de poder e mudanças socioeconômicas e culturais, envolvendo diversos movimentos e grupos sociais agrários.

É importante compreender o movimento que faz com que o território constitua o *locus* da vivência, da experiência de um dado indivíduo com seu entorno e com outros indivíduos, tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva. Dessa forma, é possível considerar que símbolos, imagens e elementos culturais são, na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que a população materialize uma identidade

incorporada aos processos cotidianos. Tal fato dá sentido de território, de pertencimento e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-culturais, que são relações de poder e de defesa de uma cultura adquirida ou em construção. Assim sendo, as dimensões econômica, política, cultural e a natureza formam uma intrincada configuração em que o território surge como elemento que dá unidade à ação dos sujeitos sociais (SOUZA & PEDON, 2007).

3.3.1 – O acampamento e o MST: origem da construção de uma identidade coletiva

À medida que as famílias passam a conviver e a participar das dinâmicas implantadas pela organização do acampamento, tornando-se parte das ações da pressão ao Estado pela reforma agrária, surge um sentimento de coletividade que pode permitir a construção de laços de união entre os acampados. Para Soares (2010), essa identidade coletiva é forjada por meio da relação com os “companheiros de luta” na busca de um mesmo ideal: a conquista da terra. Para Buth e Correa (2006), a ocupação de uma propriedade improdutiva se constitui numa das principais formas de dimensionamento das ações dos que lutam pela reforma agrária, uma vez que lhe dá notoriedade perante a sociedade brasileira como um todo. Por outro lado, as ocupações possuem uma significação relacionada à intervenção direta no espaço e, também, nas relações de poder que o permeiam, construindo um espaço de luta e de resistência pelo direito de acesso à terra.

De acordo com González et al (2002), o sentimento identificador se organiza e aparece pelo contraste frente aos outros, por meio da dialética exclusão-inclusão. A identidade dos indivíduos que escolhem fazer parte de um acampamento de sem-terra resultaria de um contraste entre semelhança e diferença em vários níveis, que vai se configurando desde o nível individual até o coletivo. Nesse sentido, González e seus colaboradores afirmam que a maior meta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é exatamente a inclusão social e econômica dos que não possuem condições de vida dignas.

A construção da identidade do "Sem Terra", segundo Vendramini (2000), foi constituída a partir da segunda metade da década de 1980, quando o MST passou a ocupar áreas improdutivas em todo o território nacional, iniciando sua constituição como sujeito coletivo, criando uma identidade entre seus militantes, opondo-se aos grandes proprietários de terras. Nesse cenário de formação de uma nova identidade coletiva, o acampamento se torna um espaço de expressão e de organização política.

De acordo com Belo (2012), o MST tem uma perspectiva identitária com enfoque na luta pela terra, por meio da formação de uma consciência comum da condição de sem-terra e da necessidade de resistência e de mobilização contra a exclusão social. Assim, o objetivo do MST seria a criação de um novo sujeito social consciente de sua responsabilidade na mudança da realidade do campo, construindo uma identidade sem-terra, que converta os trabalhadores despossuídos em uma comunidade em luta, ou seja, em sujeitos coletivos (BELO, 2012).

Em relação ao papel do MST na criação de uma “comunidade imaginada”, Wolford (2010) explica que mesmo que a maioria dos membros do movimento nunca tenha se conhecido pessoalmente, e talvez nunca venham a se conhecer mesmo assim tendem a desenvolver uma visão de coletividade que não existia anteriormente, o que torna o MST um mediador legítimo entre os assentados e o Estado. Hall (2006) considera as nações como “comunidades imaginadas” pelo fato de serem compreendidas como um sistema de representação cultural, que excede a noção de legitimidade do ser social, pois os indivíduos compartilham uma série de significados, ou seja, as diferentes pessoas de uma nação são unidas por meio de uma identidade cultural. Silva (2005) afirma:

“identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação... Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido” (p.74/75).

Por outro lado, Wolford (2010) identifica outro aspecto importante sobre a “comunidade imaginada” que seria o caráter de oposição de classes, que serviria

como um importante recurso de coesão. Assim, o caráter identitário que o MST atribui aos seus membros e militantes é que são “*uma classe em si num sistema dominado pelas elites da terra*” (Wolford, 2010). De forma adicional, Gohn (1998) sugere que o processo de construção da identidade dos membros do MST é resultado de uma ação intencional de suas lideranças, visto que a identidade formada é alimentada por símbolos como a bandeira vermelha do MST e também pela adoção de rituais – como a mística – que ocupam um papel decisivo na manutenção da identidade do movimento, mesmo entre membros que jamais se encontraram pessoalmente.

Outro elemento importante se refere à dinâmica interna, em que a existência de conflitos permeia a vida dos assentados desde o acampamento até a consolidação do assentamento. Segundo Fernandes (2000), os acampamentos se configuram em espaços e tempos de transição na luta pela terra, pois além de espaços de politização e de socialização, criam pontos de tensão. Para Brenneisen (2002) e Mejia (2003), os conflitos podem ocorrer durante o acampamento de diferentes maneiras, seja a partir da constatação das dificuldades enfrentadas ou nas contradições existentes nas relações cotidianas entre os acampados, que se revelam no confronto das representações acerca do uso do espaço e na busca por prestígio e por significação. Belo (2012) destaca que os conflitos aparecem no processo de formação política ainda dentro do acampamento e podem afetar a dinâmica dos assentamentos.

Entretanto, Fernandes (2004) sugere que o conflito é um agente importante na afirmação da identidade do Sem Terra, ou seja, o conflito possui ação recíproca, na medida em que causa ou modifica comunidades de interesses, como organizações e movimentos. Nesse sentido, os movimentos sociais surgiram para reafirmar a luta e as identidades marginalizadas, contrapondo-se à identidade dominante. Em função disso, a identidade revela-se como um fator de luta, de conflito, um modo como determinado grupo tem vontade de ser representado (WOODWARD, 2000).

Gonçalves Neto (1997) argumenta que a falta de interesse e a omissão do Estado em atuar para revolver os problemas agrários, demonstra que ele

responde pelos interesses das classes dominantes, e não da sociedade como um todo, gerando, assim, momentos e locais de tensão (GONÇALVES NETO, 1997). Nesse contexto marcado pelo confronto causado pela luta em torno do direito de acesso à terra, os assentamentos encerram um ciclo, o da territorialização dos sem-terras. No entanto, com a entrega dos lotes, é iniciada uma nova fase da luta pela permanência na terra, pela via do acesso ao crédito e infraestrutura, inaugurando o processo de reconstrução do território (BUTH & CORREA, 2006).

3.3.2 - A construção da identidade coletiva nos assentamentos no Brasil

A criação dos assentamentos rurais de reforma agrária ocorre no âmbito das políticas públicas, envolvendo diversos tipos de ações tais como a compra de terras, a desapropriação de imóveis rurais e a utilização de terras públicas (MEDEIROS E LEITE, 2004). Os diferentes tipos de intervenção nos assentamentos rurais implicam diversos tipos de beneficiários diretos (e.g.: posseiros, filhos de produtores familiares, parceiros em busca de terra própria, pequenos produtores, seringueiros, assalariados rurais, população de periferia urbana e aposentados). Além disso, o processo de formação e de consolidação dos assentamentos rurais sofre influência de diferentes entidades de representação, transformando o cenário de luta em um cenário de disputas políticas (MEDEIROS & LEITE, 2004).

Em função desse contexto, a mobilização, a organização e a constituição de identidade política determinam os atores sociais envolvidos com a luta pela terra. Os participantes da mobilização, em diferentes tempos e lugares, foram ou continuam sendo o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o sindicalismo rural, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Há, também, uma participação, nesse processo, das entidades de representação e apoio, que são atores governamentais na conformação dos assentamentos rurais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os órgãos do governo federal vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), os institutos de terra estaduais (como é o caso do Instituto de Terras do Estado do

Rio de Janeiro (ITERJ), as Secretarias de Agricultura, os órgãos de assistência técnicas (como a EMATER), as Prefeituras, o Poder Judiciário e as Organizações não governamentais (ONGs).

Os assentamentos são um verdadeiro laboratório para observações privilegiadas de múltiplas experiências com as diversas inter-relações existentes. Segundo Neves (1997), o reconhecimento econômico e político do assentado demonstram a vitória no jogo da concorrência pela implicação política de reforma agrária. No entanto, os assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra e, conseqüentemente, entre os assentados ocorre uma construção do reconhecimento das ações coletivas bem sucedidas. Por isso, os assentamentos provocam rearranjos institucionais, como explicam Medeiros e Leite (2004), pois:

1. Rebatem a necessidade de um aparelho estatal para lidar com essa nova realidade, com criação de novos organismos ou reformulação dos existentes;
2. Possibilitam a geração de empregos;
3. Aumentam o nível de renda das famílias assentadas;
4. Poder para alterar as relações do poder local.

CAPÍTULO 4 – O PAPEL DOS ATORES E DAS REDES SOCIAIS NAS PRINCIPAIS FORMAS DE ORGANIZAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Inicialmente, é feita uma discussão teórica sobre capital social e as relações de poder como questão fundamental nas organizações coletivas nas perspectivas de Bourdieu (1983), Putnam (2000), Coleman (1988) e Foucault (1992). Na segunda etapa, as ações coletivas e redes sociais como instrumentos de unificação dos assentamentos rurais. São abordadas por meio de uma análise embasada nas ideias de Melucci (1999), Touraine (1995), Scherer-Warren (2006) e Castells (1999). Por fim, comentam-se as dinâmicas organizativas no interior dos assentamentos de reforma agrária, analisando as relações sociais, experiências individuais e coletivas, além do impacto local dos assentamentos na organização política e produtiva.

4.1 – O capital social e as relações de poder como questão fundamental nas organizações coletivas

Ao estudar o capital social, é necessário verificar seus diferentes conceitos e definições. O termo "capital social" é muito utilizado nos dias atuais comprovando que o envolvimento e a participação em grupos podem ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade. Por isso, podemos considerar que o "capital social", para Putnam (2000), tem como elementos norteadores a reciprocidade e a confiança. Por sua vez, Bourdieu (1983) afirma que o "capital social" está normalmente relacionado a um determinado grupo que, posteriormente, configura-se como uma rede social. Assim, para Bourdieu, o capital social não se encontra nos indivíduos, mas, ao contrário, encontra-se embutido em relações sociais de natureza coletiva.

De acordo com Putman (2000), a incapacidade de cooperar para mútuo proveito não significa necessariamente ignorância ou irracionalidade, pois na falta de um compromisso mútuo confiável dentro de um dado grupo, cada indivíduo prefere desertar tornando-se um oportunista. Putnam entende que racionalmente cada indivíduo prefere que o outro deserte. Isso ocorreria porque indivíduos perfeitamente racionais podem produzir, sob certas circunstâncias, resultados que

não são racionais sob o ponto de vista de todos os que estão envolvidos. Assim, para que haja cooperação, é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros. O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. É um capital produtivo, pois possibilita a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. O capital social facilita a cooperação espontânea. A incerteza quanto à reputação e o risco de descumprimento são minimizados por normas rígidas e por uma densa teia de compromissos recíprocos (PUTNAM, 2000).

Do ponto de vista de Bourdieu (1983), o capital social é o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis. Ou seja, Bourdieu considera o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura.

Dessa forma, podemos diferenciar os conceitos de Putnam (2000) e Bourdieu (1983). Enquanto Putnam define o capital social como um conjunto de recursos possuído pelo grupo, Bourdieu o considera como sendo uma consequência das relações sociais percebidas pelos envolvidos *in abstracto*, isto é, o que se torna passível de ser transformado por eles em outra forma de capital. Flora (1998) comenta que existem muitas críticas à formulação de Bourdieu, pois se detém na capacidade de um indivíduo em contribuir e utilizar os recursos coletivos para seus próprios fins, por meio da transformação desse capital em outro tipo. Putnam, porém, acredita que o capital social pode ser possuído tanto

pelos indivíduos quanto pelo grupo, já levando em conta as relações entre o grupo para a produção desses recursos (reciprocidade e confiança). Assim, podemos dizer que Putnam e Bourdieu tratam o capital social como um recurso coletivo baseado nas normas e nas redes de intercâmbio entre os indivíduos.

Outro aspecto importante do capital social é apresentado por Coleman (1988) que considera as relações entre grupos em vez das relações entre indivíduos. Nessa formulação, o capital social é definido pela sua função, não sendo uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, que possuem duas características comuns: todas consistem de algum aspecto de estrutura social e facilitam certas ações - de pessoas ou atores corporativos - sobre a estrutura social vigente.

No interior desse debate, também é importante considerar as relações de poder e a questão da representatividade. Segundo Bourdieu (1998), o poder consiste na relação entre os que o exercem e os que lhe estão sujeitos, ou seja, na estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença na legitimidade das palavras e de quem as pronuncia. Assim, Foucault (1992) considera o poder como sendo uma relação, não pelas vontades conscientes ou por suas liberdades de atuação que os “indivíduos” seriam caracterizados, mas, sim, por um “conjunto de condições que os possibilitam cumprir uma função de sujeito”. Assim, por conta das características de disciplinamento exercido pela sociedade, os “indivíduos” se tornam sujeitos sociais (FOUCAULT, 1992).

A análise das relações de poder proposto nas concepções de Bourdieu e Foucault permite verificar as estratégias utilizadas para se exercer o poder, para resistir a ele, para disciplinar, para se manter ou se sobressair em um determinado espaço organizacional, em um campo analítico como o dos assentamentos rurais. Desse modo, é importante perceber que as relações de poder ocorrem num campo estruturado objetivamente, com suas características próprias e instituições e que os agentes agem em conformidade com seu *habitus*², adquirido ao longo de

2 *Habitus* é um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e regulares’ sem ser o produto de obediência a regras; objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção

sua vida e por meio das formas de socialização exercidas pela organização e pelo meio social em que vivem (BOURDIEU, 1998).

Com base nessas elaborações, é possível afirmar que os assentados inseridos no território dos assentamentos vivem num sistema de relações de poder, pois a todo momento existem atos de dominação e libertação, seja através do Estado, das lideranças e/ou da assistência técnica, visto que há interações entre os atores em suas relações cotidianas.

4.2 – As ações coletivas e as redes sociais como instrumentos de unificação dos assentamentos rurais

Uma premissa básica é de que ações coletivas orientam a construção de um sujeito de caráter coletivo. Assim, Melucci (1999) explica que os movimentos sociais se desenvolvem por meio da ação social, que é construída e ativada por atores que recorrem a bens (limitados) oferecidos pelo meio, dentro do qual interagem entre si. De acordo com Touraine (1995), determinados movimentos sociais possuem um marco característico. Não apontam diretamente ao sistema político, mas, sobretudo, tratam de construir uma identidade que lhes permita atuar sobre si mesmos e sobre a sociedade como um todo. Entretanto, isso permite que a sociedade se produza e se reproduza por meio de práticas que constituem um sistema de conhecimento e de ferramentas técnicas que admitem a sociedade atuar sobre si mesma. Assim, é possível assumir que a ação coletiva é, acima de tudo, uma construção social (MELUCCI, 1999).

Numa perspectiva individualista, Touraine (2006) explica que a organização social é ameaçada, de um lado, pela globalização e, de outro, pelo indivíduo que tenta resistir à violência. Isso se reflete na transformação do modelo de uma representação da vida coletiva e pessoal, ou seja, as coletividades voltadas para o exterior e para a conquista do mundo estão sendo substituídas por outras voltadas para o interior de si mesmas e de todos que ali vivem. Touraine (2006) acredita que os sujeitos necessitam de um conflito para que ocorra uma ação coletiva.

consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-lo, e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983).

Por sua vez, Melucci (1996) explica que a ação coletiva é o produto de orientações intencionais desenvolvidas dentro de um campo de oportunidades e restrições. Para Melucci, as estruturas sociais não produzem um efeito mecânico que leva à formação de ações coletivas, pois a sua produção requer a mediação das capacidades cognitivas dos atores individuais. Melucci, identifica nesse processo, a existência de três níveis de relações: as redes sociais, os coletivos em rede e a rede de movimentos sociais.

No tocante à análise do papel das redes, as formulações de Elias (1994) e Santos (1996). Elias compreende a relação indivíduo/sociedade, que compreenderia o todo social, como sendo, na verdade, um conjunto de relações, dentro do qual a sociedade pode ser concebida como uma rede de indivíduos em constante relação, sugerindo assim a ideia de interdependência. Para melhor esclarecer a sua posição, Elias utiliza uma metáfora para explicar sua concepção relacional da sociedade, a rede de tecido, cujos fios isolados ligam-se uns aos outros. Porém, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio. Para ele, a rede é a maneira como se ligam e a relação de reciprocidade (ELIAS, 1994).

Por sua vez, Santos faz uma correlação entre a não homogeneidade dos espaços e heterogeneidade das redes, quando num mesmo subespaço, há uma superposição de redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Em sua concepção, mediante a ação das redes, haveria uma criação paralela e eficaz de ordem e desordem no território, já que as redes se integram e desintegram, destruindo velhos recortes espaciais, e criam outros novos (SANTOS, 1996).

Segundo Scherer-Warren (2006), as redes ganham importância na sociedade moderna, pois nelas há diferentes níveis organizacionais. Em função disso, Scherer-Warren destaca a importância da articulação das redes nos níveis locais e globais, vinculando manifestações particulares a outras mais universais. Dessa forma, as redes seriam o ponto de partida das ações coletivas que a partir delas interatuam e se influenciam mutuamente.

Castells (1999), porém, argumenta que na sociedade das redes, ativistas atuando a partir de diferentes escalas percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos que possuam mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo de articulação, os participantes das redes conferem (ou não) legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado. Nesse caso, é criada uma tensão permanente no seio do movimento social entre se associar ao (e através do) Estado na formulação e implementação de políticas públicas, ou se manter apenas como agentes de pressão autônoma.

No tocante ao papel específico das redes sociais no interior da reforma agrária, Moraes e Curado (2004) argumentam que as associações comunitárias criadas por assentados podem contribuir para a criação de redes sociais coletivas, uma vez que, como espaço de interação, podem possibilitar um debate político plural, contribuindo para o desenvolvimento de uma identidade de grupo, sem que isso implique uma homogeneização alienante dos valores e das perspectivas dos diferentes atores sociais envolvidos.

4.3 – As dinâmicas organizativas no interior dos assentamentos de reforma agrária

O aprendizado no trato com terra no interior dos assentamentos estabelece, muitas vezes, novas relações sociais através de experiência de participar e coordenar reuniões, de respeitar a decisão e a opinião dos outros e de cumprir as decisões tomadas no grupo e do convívio social. Em função desses elementos, Bedelli e Medeiros (2005) destacam que as relações entre os assentados sofrem alterações importantes. As diversas relações que são construídas a partir da chegada ao acampamento (e depois no assentamento), faz com que as famílias ingressem numa nova dinâmica que é marcada pela criação de novos espaços e redes de sociabilidade, os quais são, por sua vez, construídos, desconstruídos e reconstruídos a partir das novas formas de organização. Por isso, Leite et. al. (2004) argumentam que essa nova dinâmica implica também a criação de demandas em relação aos

representantes do Estado, principalmente visando à obtenção de linhas de crédito e à instalação de infraestrutura.

Por sua vez, os processos organizativos nos assentamentos rurais ocorrem de diferentes formas e envolvem diferentes atores sociais. É importante destacar uma diferenciação que Lacerda e Malagodi (2007) encontraram na forma como o MST classifica os assentamentos que são criados a partir das ocupações que são impulsionadas por seus militantes. Segundo Lacerda e Malagodi, o MST divide os assentamentos em individual ou coletivo, tomando como base a forma como se encontra organizado. Se o assentamento estiver organizado na forma de associações, o mesmo seria classificado como individual, ou seja, não praticante da cooperação. Enquanto isso, um assentamento coletivo seria aquele onde o processo de produção está baseado no princípio da cooperação, que se reflete por meio da organização em cooperativas. Assim, Miranda (2011) afirma que as associações e as cooperativas são elementos de inserção das famílias assentadas no espaço geográfico do qual os assentamentos de reforma agrária são elementos constitutivos. Nesse contexto, as associações e as cooperativas são instrumentos de mediação e de interlocução, resultado da forma de organização social e produtiva dos assentamentos.

Por outro lado, os diversos problemas estruturais dos assentamentos (e.g., a precariedade em relação à infraestrutura, as dificuldades de estabelecimento na terra relacionadas, a distância dos assentamentos em relação aos centros urbanos, a falta de estradas e/ou a carência de transporte coletivo e a precariedade do atendimento à saúde) e outras mais gerais de reprodução da agricultura familiar, fazem com que a criação dos assentamentos, ao invés de ser um ponto final de um longo processo de lutas, seja o ponto de partida para novas demandas para sua viabilização econômica e social (HEREDIA et al., 2001). Dessa forma, a situação criada pela inserção de um assentamento obriga os assentados a vivenciarem experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam.

Mas contraditoriamente é esse processo de dificuldade que faz com que os assentados passem a se organizar para procurar os representantes do Estado para demandar, pressionar e negociar. Assim, os assentados passam a se engajar num

amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política. Em função disso, Heredia et. al (2001) argumentam que os assentamentos provocam mudanças nas relações entre os assentados e as autoridades locais, quer impondo a estas novas forma de atuação quer reforçando mecanismos tradicionais de clientelismo (comuns em situações de precariedade).

Tanto para Brenneisen (2002) como para Lacerda e Malagodi (2007), a organização dos assentamentos em torno de práticas coletivas é vista como alternativa de viabilização e de sobrevivência do modo de vida camponês. A criação de cooperativas é uma das principais formas de coletivização dentro dos assentamentos rurais. Nesse sentido, Lacerda e Malagodi comentam que os camponeses estão em um permanente processo de desenvolvimento de práticas coletivas devido à necessidade de criar estratégias de sobrevivência. Entretanto, Leite et. al. (2004) constataram que as cooperativas não são muito comuns nos assentamentos rurais brasileiro, e as que existem ocupam-se normalmente da comercialização da produção das famílias assentadas.

4.3.2 – O impacto local dos assentamentos na organização política e produtiva

Leite (2000) sugere que a experiência política da luta pela terra (qualquer que tenha sido sua forma) acaba por produzir lideranças, formas de representação, e um processo de aprendizagem sobre a importância das formas organizativas e sobre sua capacidade de produzir demandas. A existência dos assentamentos modificaria a cena política local nos municípios onde os mesmos são instalados, visto que a criação dos assentamentos, em especial quando envolve deslocamento de população de outros municípios/regiões, implica a geração de uma forte pressão sobre os serviços públicos locais, desencadeando novas reivindicações ou a agudização das já existentes. Assim, a luta pela terra e os procedimentos de constituição dos assentamentos proporcionam uma experiência de novas formas de participação e de sociabilidade entre os participantes, rearranjando e/ou recuperando redes de relações pessoais anteriores que dão origem a distintas formas de organização ou constituindo novas (Heredia et al, 2001).

Por outro lado, Medeiros et al (1998) argumentam que o fato da maioria dos assentamentos ser resultado de um processo de luta pela terra provoca num certo nível de organização e de constituição de lideranças. Essas lideranças, por sua vez, acabam por participar dos processos políticos locais após a constiuição do assentamento, tornando-se porta-vozes dos assentados e de suas demandas. O importante a ressaltar é que, apesar da diferenciação dos programas governamentais que foram levados a atuar em situações com instrumentos diversos, existe hoje um significativo segmento social, localizado nos assentamentos rurais, que dialoga com o Estado e com a sociedade, de forma específica e direcionada. Com isso, esses segmentos, indo além das marchas e contramarchas políticas, consolidam um acúmulo de experiência e de conquistas inquestionáveis e, até certo ponto, irreversíveis (MEDEIROS ET. AL., 1998).

Outro fator a se considerar é que o assentamento representa uma possibilidade de reduzir as pressões sociais e econômicas sobre as famílias assentadas, já que havendo oportunidade de trabalho no campo e integrações familiares há uma possibilidade de mudança nas condições de reprodução social. Isso ocorre porque o assentado deixa o trabalho assalariado, tendo novas alternativas de reprodução, e melhores condições de barganha para a venda de sua força de trabalho. No que diz respeito ao comércio local, segundo Medeiros et. al. (1998), os assentamentos movimentam o mercado ligado a bens de consumo (e.g.: vestimentas, calçados, alimentos, material de construção), e o de insumos agropecuários (adubos, inseticidas, entre outros), principalmente a partir da liberação de créditos para a produção. Assim, o mercado local (ou mesmo o regional) é dinamizado pela venda de produtos oriundos dos assentamentos, como os das feiras e da venda direta a supermercados.

Por outro lado, os assentamentos enfrentam uma série de dificuldades, principalmente em relação aos aspectos produtivos. Fernandes (2001) chama atenção para o fato de que a reforma agrária, no Brasil, é vista apenas como uma política compensatória de criação de assentamentos, e não como uma política de Estado. Giuliani e Castro (1996) afirmam que os projetos de assentamento não parecem ter regras uniformes para se concretizar. Giuliani e Castro mostram que,

em determinados casos, a redistribuição da terra já vem acompanhada de propostas que contêm todas as definições fundamentais tomadas pelo Estado, sem que haja qualquer diálogo prévio com as entidades representativas dos assentados. Em outros casos, o Estado demonstra não ter nenhuma política e apenas distribui a terra, deixando que os assentados organizem sua própria vida, como se as condições para eles se tornarem produtores já estivessem dadas a partir da entrega da posse da terra. Em ambos os casos, porém, o Estado sempre se relaciona com os assentados somente no plano coletivo, desconhecendo, ou evitando propositadamente conhecer, as diferenças internas que existem entre os assentamentos e os assentados que neles vivem.

Segundo Cardoso e Cleps Junior (2008), a realidade imposta pelo Estado aos assentamentos rurais gera enormes dificuldades para a sua viabilidade, visto que a dispersão dos lotes em áreas de latifúndios dificulta a organização das famílias e sua interação. Esse fato contribui ainda para a desmobilização e para a individualização dos grupos coletivos. Tal situação gera fortes entraves para o deslocamento e a comercialização da produção. Além disso, a dispersão dos assentamentos e, conseqüentemente, a falta de interação entre os assentados, aliados à inexistência de uma política pública de infraestrutura voltada para o estabelecimento de estruturas de produção e comercialização, favorecem a ação de atravessadores.

A questão da dispersão espacial dos assentamentos é vista por Fernandes (2001) como sendo um entrave significativo para a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária. Fernandes argumenta que a presença de grandes latifúndios em região dos assentamentos determina uma diferenciação do tratamento concedido pelo Estado, especialmente em nível municipal, quando os recursos públicos destinados ao fomento da produção agrícola acabam sendo concentrados na grande propriedade em detrimento da agricultura familiar.

Diversas pesquisas realizadas nos assentamentos no Norte Fluminense tais como as de Zinga (2004) e Haddad (2009) demonstraram que as dificuldades enfrentadas pelos assentamentos rurais em função de ausência de créditos e das condições adversas de produção e de inserção nos mercados terminaram levando

os assentados a adotarem os sistemas produtivos predominantes nas grandes propriedades. Essa situação é particularmente importante, pois Ferrante et. al. (2005) indicam que processos de integração econômica de caráter vertical com os latifúndios acabam colocando em questão a independência social e produtiva dos assentamentos, visto que a autonomia da produção agrícola camponesa seria um caráter essencial para a reconfiguração do espaço rural.

Um aspecto que é considerado fortemente limitador para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária e, por extensão, o seu impacto na transformação da realidade produtiva dos locais onde são instalados, é o tamanho dos lotes rurais. Neumann (2003) argumenta que o tamanho relativamente pequeno dos assentamentos é um fator restritivo para a sua manutenção, pois provoca uma menor produtividade física, resultando numa menor eficiência econômica dos lotes. De forma similar, Aragão e Malagodi (2006) afirmam que o tamanho dos lotes impõe um sério limite ao desenvolvimento pleno dos assentamentos, exigindo um planejamento muito cuidadoso das culturas a serem implantadas nele. No mesmo sentido, Guanziroli (2002) afirma que as unidades de produção agrícolas muito pequenas sofrem de um problema de economia de escala, que compromete a habilidade de reprodução dos assentados e limita as contribuições dos assentamentos para a dinamização da economia regional.

De forma adicional, são importantes as diferenças das condições eco geográficas e da fertilidade do solo. Essas características endógenas se tornam uma fonte natural de diferenciação entre os lotes que pode afetar de maneira perversa o desenvolvimento dos assentados, ao provocar uma forma interna de diferenciação no retorno do trabalho empregado pelos assentados na produção agrícola. Além do mais, é preciso considerar que os assentados chegam ao lote dispendo de bases econômicas, meios tecnológicos, preparo técnico e universo cultural em níveis desiguais, o que termina por determinar uma diferenciação nas suas futuras trajetórias (Giuliani e Castro, 1996).

Finalmente, Belo (2012) demonstra que a dinâmica interna dos assentamentos também é afetada pela convivência de famílias que moraram no período, no acampamento. Assim, é razoável supor que nos aspectos organizativo

e político, as dimensões específicas de cada assentamento reflitam o processo anterior. Em função disso, Belo argumenta que os assentamentos não são unidades internamente uniformes, mas se constituem em realidades complexas que adquirem especificidade a partir não somente de seu processo de constituição (organização do movimento e luta), mas também das diferentes dinâmicas que são estabelecidas nos acampamentos e que são refletidas na organização dos assentamentos.

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo, comenta-se a combinação dos métodos qualitativo e quantitativo, conhecido como triangulação, que orientou a coleta e análise de dados apresentados nesta dissertação. A escolha desse método visou aprofundar o conhecimento acerca do problema norteador da pesquisa, uma vez que a realidade, por sua complexibilidade, vai além da possibilidade de interpretações imediatas. As entrevistas, de caráter qualitativo, proporcionaram o acesso a informações que os dados estatísticos, obtidos no questionário, não revelaram. Segundo Minayo (1994), trabalhar com dados qualitativos privilegia a busca dos significados das ações humanas. Tendo em vista o objetivo deste estudo, que é compreender os fatos, seus significados e sua influência em uma determinada realidade de forma mais aprofundada possível, a realização de uma etapa qualitativa é de suma importância para o êxito do estudo.

5.1 – Áreas de estudo

A área de estudo da pesquisa abrangeu quatro assentamentos de reforma agrária, localizados na região Norte Fluminense: Francisco Julião, Che Guevara, Dandara dos Palmares e Ilha Grande (Figura 1). A escolha desses assentamentos se deveu à complexidade dos assentamentos e a características específicas importantes para a execução da pesquisa de campo.

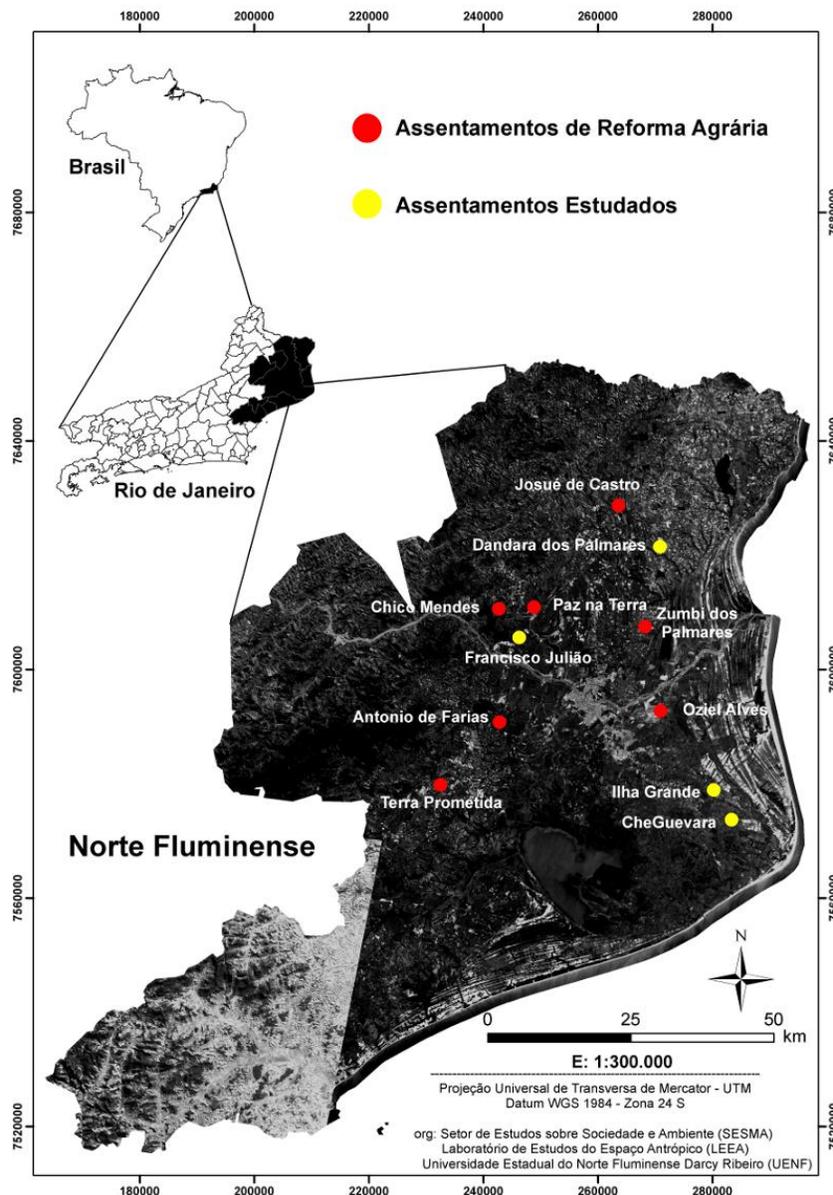


Figura 1 - Localização e identificação dos assentamentos estudados.

O Francisco Julião é um assentamento relativamente recente, criado em 04 de fevereiro de 2006. De acordo com os depoimentos, a ocupação foi feita de forma tranquila e sem conflitos. Para isso, foram mobilizadas cerca de 100 famílias de municípios da região, como Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, e também de outros estados do país, como Bahia e Espírito Santo. O nome dado ao acampamento foi uma homenagem feita ao pernambucano

Francisco Julião Arruda de Paula, advogado e líder, nos anos 60, das Ligas Camponesas. A ocupação contou com a ajuda de integrantes de outros assentamentos da região, tais como o Madre Cristina, Dandara dos Palmares, Paz na Terra, Zumbi dos Palmares e Josué de Castro (BELO, 2012). O Plano de Desenvolvimento (PDA) ainda está em fase de conclusão; assim, a transição da fase de acampamento para a de assentamento é ainda recente. Este assentamento está localizado no município de Cardoso Moreira, nas terras da antiga fazenda São José de Baixo e conta com 45 famílias. A leitura do seu PDA não revelou a existência de associação comunitária. Em termos de sistemas agrícolas, foi identificada a existência de plantios consorciados, onde o milho é o principal produto produzido pelo assentamento (PDA Francisco Julião, 2010).

Os assentamentos Che Guevara e Ilha Grande estão localizados no município de Campos dos Goytacazes. Resultam de uma ocupação organizada pelo MST em 1998, em duas fazendas do conjunto Marrecas, que pertenciam à Companhia Agrícola Baixa Grande. As fazendas eram chamadas de “Fazenda Ilha Grande” e “Fazenda Marrecas” (Aquino, 2008). O Che Guevara, que está em território da antiga “Fazenda Marrecas”, possui 73 famílias assentadas, e o Ilha Grande, localizado no território da antiga “Fazenda Ilha Grande”, possui 93 famílias assentadas. Esses assentamentos possuem, cada um, uma associação de produtores e uma cooperativa de produção.

O assentamento Dandara dos Palmares, localizado no município de São Francisco de Itabapoana, foi criado nas terras que compunham a antiga fazenda Santana do Betel, com uma área total de 325 há. O início da fase de acampamento ocorreu no dia 30 de janeiro de 2002, e o processo de ocupação da área foi liderado pelo MST, que deu o suporte inicial para a organização da ocupação da área, contabilizando 21 famílias assentadas.

5.2 – Estratégias de coleta de dados

A coleta de dados privilegiou tanto os dados quantitativos quanto os dados qualitativos. Foram aplicados 80 questionários, compostos por perguntas abertas e fechadas, junto aos assentados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas

com algumas lideranças do Movimento dos Sem Terra (MST), com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e com as lideranças e os coordenadores das diferentes associações e cooperativas existentes nos assentamentos, além dos participantes da feira semanal. Os roteiros das entrevistas foram formulados especificamente para essas lideranças, com objetivo de captar a ótica dos entrevistados acerca do desenvolvimento das diferentes organizações coletivas, buscando ainda identificar os principais elementos limitadores das ações coletivas nos assentamentos, especificamente no que se refere ao envolvimento no processo de participação e mobilização. Assim, foi necessário analisar os motivos que determinam por que algumas organizações são bem sucedidas e outras não, além das redes de interdependência construída pelos próprios assentados.

O objetivo da realização dos questionários e das entrevistas foi o de buscar dados que permitissem a realização de uma análise do processo de organização entre os assentados e entre os assentamentos de reforma agrária na região, de modo a compreender a dinâmica política, econômica, social e espacial. Com isso, tornou-se possível identificar as formas de organização política, as relações sociais e como essas relações são entendidas pelas famílias assentadas, as redes de interdependência, os meios de produção e escoamento, bem como determinar se existe presença de organizações coletivas dentro dos assentamentos e como se configuram as organizações. Além disso, a coleta de dados buscou elementos para a identificação da existência ou não de ações coletivas que minimizem as distâncias espaciais entre os assentamentos, além dos mecanismos que são utilizados para produzir e comercializar os produtos dos assentamentos.

5.3 – Processo de amostragem

Para a realização desta pesquisa, as amostras dos assentamentos foram divididas de forma estratificada e aleatória, e de maneira proporcional com média de 34,2% dos assentados, totalizando 80 questionários aplicados (Tabela 1). O tamanho da amostra se justifica em função do número de variáveis que serão estudadas.

Tabela 1 - Amostra das famílias selecionadas para pesquisa

Assentamentos	Famílias Assentadas	Tamanho da Amostra	% em relação ao nº de lotes/assentamento
Ilha Grande	93	16	17,2
Che Guevara	73	29	39,7
Dandara dos Palmares	21	11	52,4
Francisco Julião	47	24	51,1
Total	234	80	34,2

No processo de seleção dos participantes do estudo, foi utilizado um mapa de cada assentamento no qual cada assentamento inicialmente teria 50% dos assentados. Porém, por fatores específicos – baixa frequência de assentados vivendo em seu próprio lote – os assentamentos Ilha Grande e Che Guevara tiveram uma amostra menor. A coleta dos dados foi realizada, em sua maioria, com o titular do lote.

5.4 – Procedimentos Analíticos

O método de análise utilizado foi o Método Quali-Quantitativo, combinando as pesquisas qualitativa e quantitativa. Por meio de instrumentos diferenciados. O principal instrumento utilizado de característica quantitativa foi o questionário, e a abordagem qualitativa foi feita com de entrevistas. Esse método de investigação se classifica como quali-quantitativo por apresentar características contrastantes quanto à forma e ênfase. Entretanto não são métodos excludentes, pois essa classificação não significa que se deva optar por um ou por outro. Assim, por um lado, usar-se-á da vantagem de poder explicitar os dados obtidos através dos questionários e, por outro, da análise do discurso das entrevistas realizadas.

A distribuição da amostra dos questionários por assentamento em relação ao número total de assentados entrevistados ficou assim; Che Guevara, com uma representatividade de 36,3%%; Francisco Julião, com 30%, Ilha Grande, com 20%

e Dandara dos Palmares, com 13,7% do total de assentados entrevistados (Figura 2).

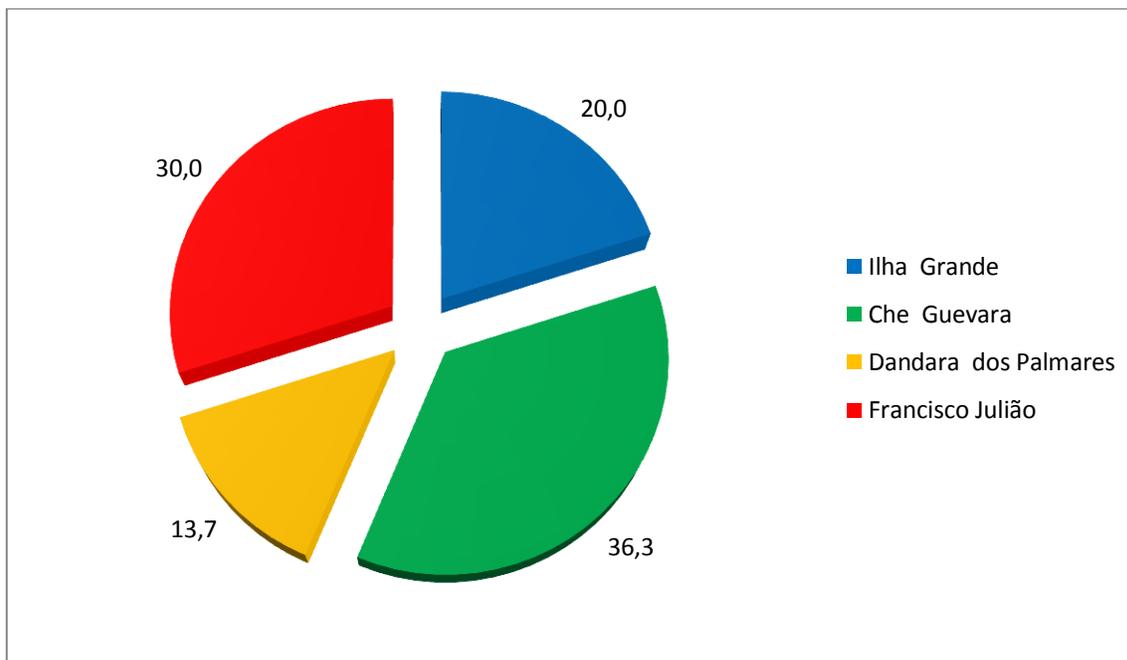


Figura 2 - Distribuição da amostra por assentamento em relação ao total (%).

5.4.1 – Questionário

Na primeira etapa dessa pesquisa, desenvolveu-se um questionário, composto por perguntas abertas e fechadas, incluindo informações sobre idade, escolaridade, renda, grau de participação nas associações de assentados, estrutura fundiária, infraestrutura, acesso a serviços de saúde e educação, redes sociais existentes no assentamento (ANEXO 1). Os questionários foram aplicados em 34,2% do total de famílias dos quatros assentamentos estudados (Tabela 1).

O questionário visou também estabelecer em que medida a conquista da terra modificou a vida dessas famílias e quais as principais dificuldades em termos de produção e comercialização, quais organizações sociais surgiram para minimizar as distâncias espaciais entre os assentamentos e diversas outras dificuldades existentes. Antes da aplicação dos questionários, fez-se um pré-teste para verificação de possíveis erros e para aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados.

Após a aplicação dos questionários, os dados foram revisados. Em seguida, houve tabulação dos dados no *software* estatístico (SPSS), em base de dados criada especificamente para armazenar as informações. De forma a facilitar a monitoração da qualidade do processo de tabulação, um livro de códigos foi elaborado para a codificação prévia dos dados. No caso dos dados oriundos das questões fechadas, foram criados códigos para todas as categorias pré-estabelecidas, para tratamento estatístico, analítico e descritivo. As questões abertas foram tabuladas e depois categorizadas para um padrão resposta com maior facilidade de tratamento. No caso das variáveis que permitiram o uso de tratamento estatístico, foram conduzidas análises paramétricas e não paramétricas, procurando evidenciar padrões de frequência e distribuição, e também as associações.

5.4.2 – Entrevistas

A entrevista semiestruturada foi um instrumento utilizado na segunda etapa de coleta de dados (ANEXO 2), direcionada a nove principais líderes das organizações coletivas na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro: representantes do MST, CPT, as associações e cooperativas.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro pré-estabelecido para compreender o ponto de vista de todos os atores envolvidos na dinâmica dos assentamentos, além de captar e compreender as atitudes, as condutas, os valores e as motivações dos assentados envolvidos nas ações coletivas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas para um banco de dados e categorizadas para realizar a análise das respostas com um enfoque às suas pertinências ao estudo em questão; também buscou estabelecer pontos confluentes e conflitantes entre os entrevistados. As variáveis que foram analisadas incluíram as características coletivas dos assentamentos, os principais mecanismos utilizados pelos assentados para minimizar as distâncias espaciais, a rede de comercialização com outras organizações fora do assentamento, os diferentes redes sociais com outros e aspectos identitários dos assentamentos.

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo foi dividido em duas partes: a primeira destina-se à análise dos questionários, abrangendo os dados relativos às organizações internas, ações coletivas, participação política e problemas que afetam a vida dos assentados. A segunda parte trará a análise das entrevistas, com o objetivo de compreender os grupos coletivos existentes nos assentamentos e as relações sociais presentes na vida dos assentados. A análise dos dados procurou fazer uma construção das organizações, dos problemas enfrentados por todos assentados na visão dos próprios assentados e dos líderes de Reforma Agrária de diferentes assentamentos existentes na região norte fluminense do Rio de Janeiro.

Em relação às famílias assentadas, as primeiras variáveis apresentadas têm como objetivo caracterizar os atores sociais presentes no assentamento, no que tange à faixa etária, renda, nível de escolaridade dos responsáveis pelos lotes, origem dos assentados, a intensidade de experiência com agricultura e atividades principais anteriormente realizadas. Em seguida são analisadas as variáveis que tratam das características sociopolíticas e da organização interna dos assentamentos, incluindo participação no acampamento, as ações coletivas realizadas, o período de luta pela terra, os grupos coletivos existentes nos assentamentos. Outros fatores analisados foram o sistema de produção e de interação entre os assentamentos do norte fluminense, Nesse grupo de variáveis também estão presentes aquelas referentes ao processo produtivo e aos canais de escoamento utilizados para sua comercialização e sua diversidade de culturas plantadas. Finalmente, será analisada a questão da distância como elemento básico para aferir as dificuldades de organização de ações coletivas entre os diferentes assentamentos.

6.1 – O perfil demográfico e socioeconômico dos assentamentos Ilha Grande, Che Guevara, Dandara dos Palmares e Francisco Julião.

O perfil demográfico e socioeconômico dos assentamentos entrevistados revelou que mais da metade dos assentados são do gênero masculino, com exceção do Dandara dos Palmares, onde 81,8% dos entrevistados foram do gênero feminino. Assim, apesar de nos assentamentos Che Guevara e do Ilha Grande a maior parte dos entrevistados serem homens, os lotes estavam em nome das mulheres. O crescente consenso, entre todos os movimentos sociais rurais, sobre a importância em assegurar o direito da mulher à terra, encorajou o Estado, em 2001, a adotar mecanismos específicos para a inclusão de mulheres na reforma agrária.

Em relação à faixa etária predominante entre os assentados, Abramovay et al. (1997) relatam que nas regiões com predomínio da agricultura familiar, o êxodo rural atingiu principalmente as populações jovens, o que provocou um envelhecimento da população que permaneceu nas áreas rurais. Essa tipologia de envelhecimento da população rural pode ser comprovada em dois dos assentamentos estudados, Che Guevara (54,5%) e Ilha Grande (75,1%). No Francisco Julião e no Dandara dos Palmares, a maioria dos assentados entrevistados possui entre 16 a 45 anos de idade, em mais de 50% da população estudada. Ao analisarmos a relação entre idade e sexo em todos os assentamentos, foi possível verificar a frequência absoluta dos entrevistados. Dos 80 entrevistados, 50 estão entre 46 e 60 anos e 37 destes representam a população masculina do assentamento.

Tabela 2 – Relação entre idade e sexo (%)

	Sexo			
	Feminino	Masculino	Total	
Faixa etária	16-30 anos	7	6	13
	31-45 anos	12	5	17
	46-60 anos	10	24	34
	> 60	3	13	16
	Total	32	48	80

De acordo com Brummer et al. (2005), a continuidade da agricultura familiar está associada à disposição dos jovens filhos dos agricultores familiares, em suceder seus pais, ou seja, o processo de êxodo de jovens do rural para as cidades é um entrave para o desenvolvimento da agricultura familiar.

No tocante ao tamanho das famílias assentadas, os resultados mostram que há uma grande variação no tamanho das famílias assentadas em todos os assentamentos. A maioria das famílias assentadas no Francisco Julião (62,4%) e Dandara dos Palmares (81,9%) possui entre três e oito membros, o que corresponde a mais da metade das respostas obtidas. Esse resultado é significativo no processo de concretização dos assentamentos e na continuidade da demanda por terra, já que as famílias com um número maior de membros normalmente podem diversificar suas atividades produtivas.

Por outro lado, os dados relativos ao Ilha Grande e o Che Guevara revelaram que 81,3% e 51,7%, respectivamente, dos lotes possuem entre um e dois assentados, o que indica uma grande quantidade de assentados que vivem sozinho ou somente com um companheiro. É nesses assentamentos que se encontra a população de maior faixa etária, impactando a diversidade e o sucesso da produção dentro dos lotes desses assentamentos (Figura 3).

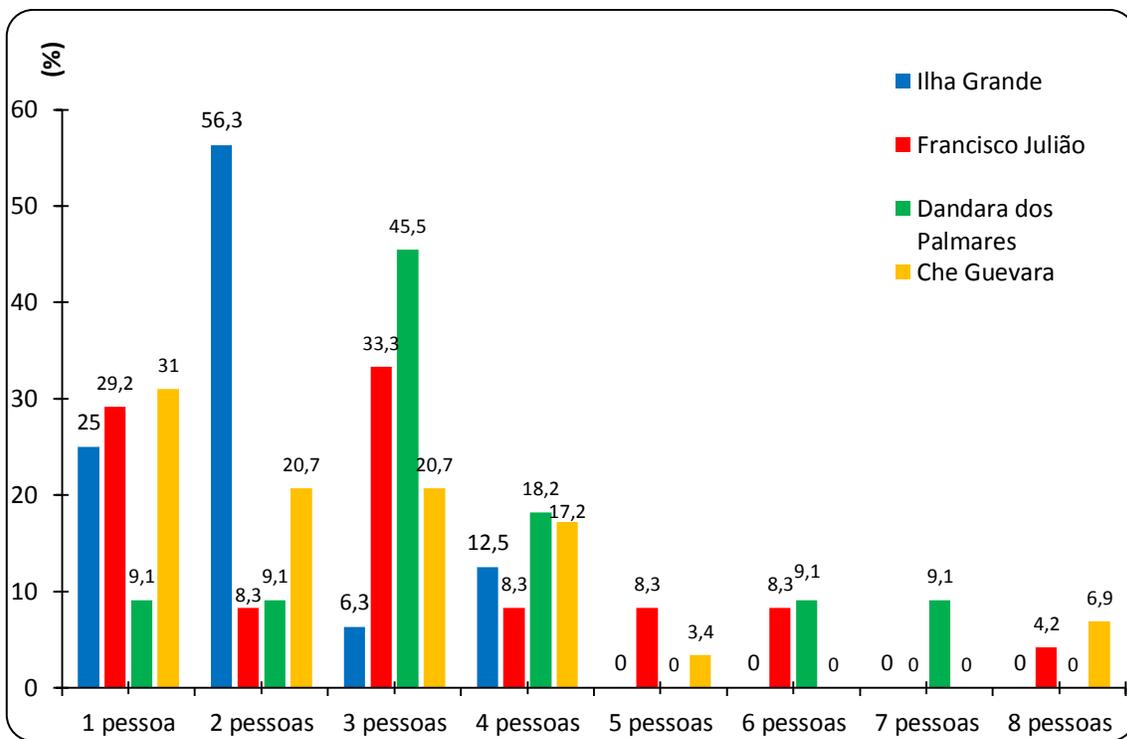


Figura 3 - Número de pessoas por família.

Além do número de pessoas por família, outro fator importante é que a maioria da população assentada é de analfabetos ou possui o Ensino Fundamental incompleto: 93,8% no Ilha Grande, 83,4% no Francisco Julião, 72,7% no Dandara dos Palmares e 69,0% no Che Guevara. Quase 20% dos assentados no Dandara dos Palmares e no Che Guevara possuem o Ensino Médio Completo ou Incompleto (Figura 4).

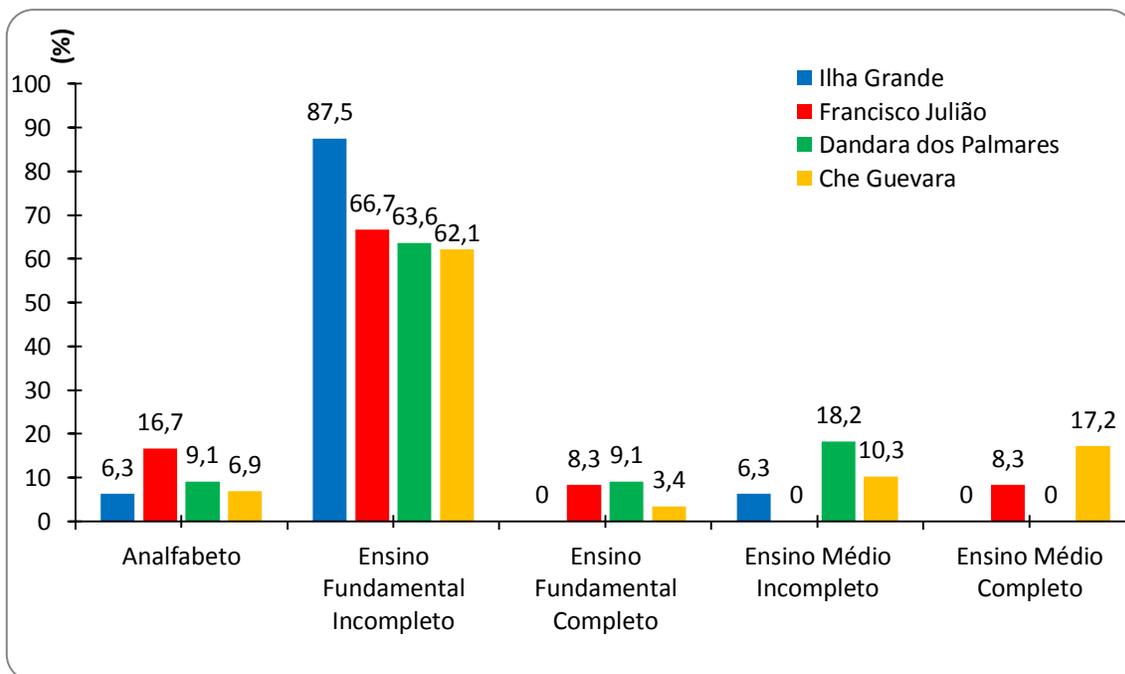


Figura 4 - Nível de escolaridade dos assentados.

Por um lado, é interessante notar a presença de um contingente de assentados com um grau maior de educação oferecendo possibilidades interessantes para o desenvolvimento do assentamento, revelando um potencial positivo para a diversificação produtiva dentro do assentamento. Por outro lado, o grande índice de pessoas nos assentamentos rurais sem acesso à educação constitui-se uma conjuntura crítica. Nesse sentido, podemos visualizar a importância dos assentamentos.

Em relação à origem espacial imediata dos assentados, os dados mostram que em todos os assentamentos a maioria dos assentados residia em áreas rurais, especialmente em localidades próximas ao assentamento do qual se tornaram parte posteriormente (Figura 5).

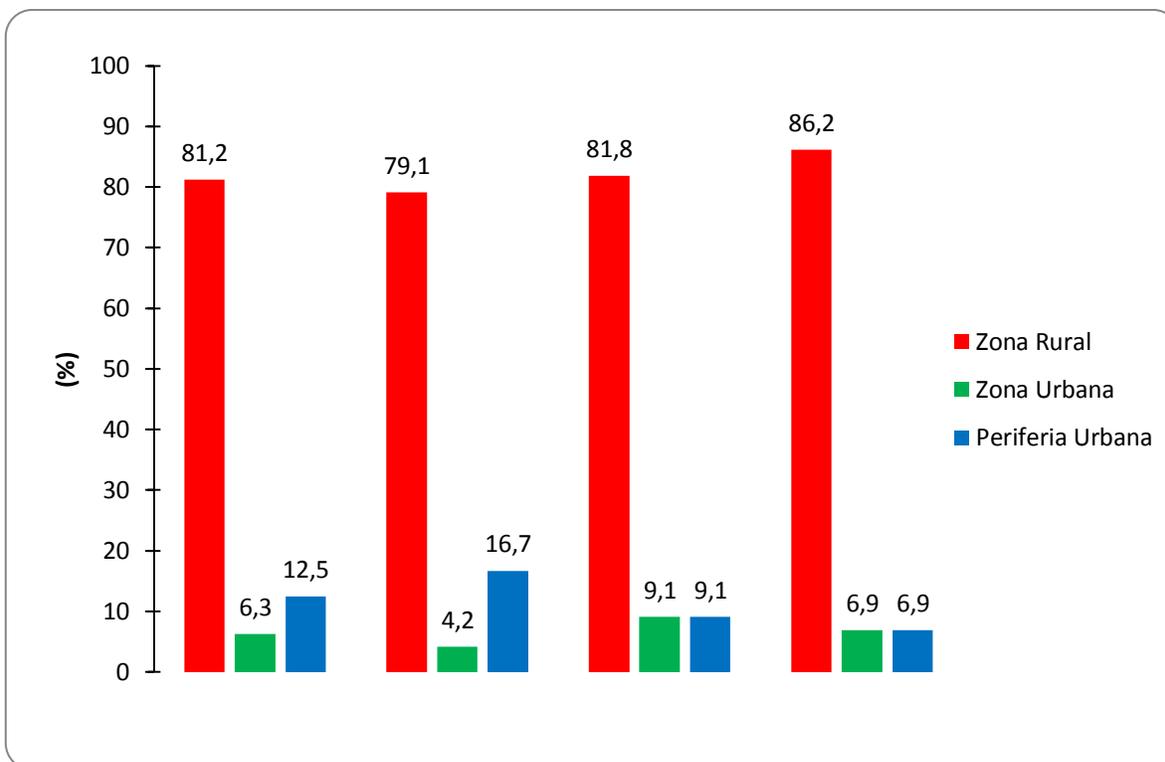


Figura 5 - Origem espacial dos assentados.

A reforma agrária, por meio dos assentamentos, disponibiliza o espaço preciso para que a população seja instalada havendo, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola (BERGAMASCO, 1997). É nesse momento que ocorre a territorialização dos espaços conquistados. Dessa forma, o território cria diferentes significados remetendo à fixação do trabalhador na agricultura. Isso envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. A origem dos assentados, em sua maioria, sendo da zona rural, permite que o contato com a terra seja mais adequado e eficiente.

Ainda em relação à origem dos assentados, constatou-se que uma quantidade significativa de assentados nasceram nos municípios onde os assentamentos se encontram, o que está em consonância com uma tendência observada por Heredia et al. (2001). Eles verificaram que aproximadamente de 80% dos assentados vinham de regiões muito próximas ao local do assentamento.

Por outro lado, o fato de que uma parte dos assentados tenha vindo de outras localidades demonstra que existe uma influência no processo migratório, no processo de recrutamento de interessados em participar da reforma agrária. Assim, os resultados apontam para um processo de manutenção ou de retorno ao campo, propiciado pela criação desses assentamentos, tendência que contradiz aqueles que se voltam para uma irreversibilidade do urbano no Brasil que, em última instância, tornaria desnecessária a realização da reforma agrária.

Um aspecto é rotineiramente apontado como sendo importante na evolução dos assentamentos, é a experiência anterior dos assentados em atividades agrícolas. Os resultados demonstram que a maior parte dos assentados (Ilha Grande, 56,0%, Francisco Julião, 58,3%, Dandara dos Palmares, 54,4%, e Che Guevara, 51,8%) estava exercendo atividades de natureza rural, como cortador de cana nas usinas, arrendatário, campeiro e/ou lavrador, imediatamente antes do seu engajamento na reforma agrária, ou seja, as atividades agrícolas relacionadas principalmente à pecuária e à cultura de cana-de-açúcar (Tabela 3).

Tabela 3 – Atividades profissionais exercidas antes da chegada ao assentamento.

Ocupação anterior	Assentamentos			
	Ilha Grande (%)	Francisco Julião (%)	Dandara dos Palmares (%)	Che Guevara (%)
Cortador de cana na Usina	37,1	20,6	27,2	27,6
Doméstica	12,5	8,4	18,2	3,4
Estudante			9,4	3,4
Fábrica de farinha			9,0	
Comerciante	6,3		9,0	3,4
Ajudante de pedreiro	6,3	4,2		3,4
Do lar	6,3	4,2		
Manicure	6,3			
Agente comunitário da dengue		4,2		
Arrendatário		4,2		
Campeiro		4,2		
Eletricista industrial		4,2		
Lavrador	18,9	29	27,2	24,2
Mecânico montador		4,2		
Pedreiro	6,3	4,2		
Açougueiro				6,8
Balconista				3,4
Costureira				3,4
Operário				3,4
Fiscal				3,4
Motorista		8,4		6,8
Vigia				3,4
Pescador				3,4
Limpeza pública				3,4

Em relação a esses dados, percebe-se que as atividades socioeconômicas exercidas pelos assentados, em sua maioria, estavam relacionadas à agropecuária. Porém, quase metade dos assentados exerciam atividades de periferias urbanas: no Ilha Grande, 44%; no Francisco Julião, 42%; no Dandara dos Palmares, 45,6%, e no Che Guevara, 48,2%. Isso demonstra que os assentamentos rurais incentivam um retorno ao exercício de atividades rurais. Como explica Cunha (2005), a urbanização que antes era vista como algo

irreversível e inabalável, foi abalada pelas novas formas de assentamentos que surgiram, revelando mudanças nas relações econômicas e sociais entre o campo e a cidade.

No tocante à ocupação principal dos assentados, pode-se afirmar que existe uma pluriatividade. Desse modo, esses assentados, ao se fixarem à terra, acabam recriando um rural que é fortemente marcado pelas experiências anteriores em áreas urbanas (ainda que periféricas). Esse processo estaria mais visível em novas formas de empregabilidade e na realização de atividades não agrícolas que se expandem em espaços rurais (Figura 6).

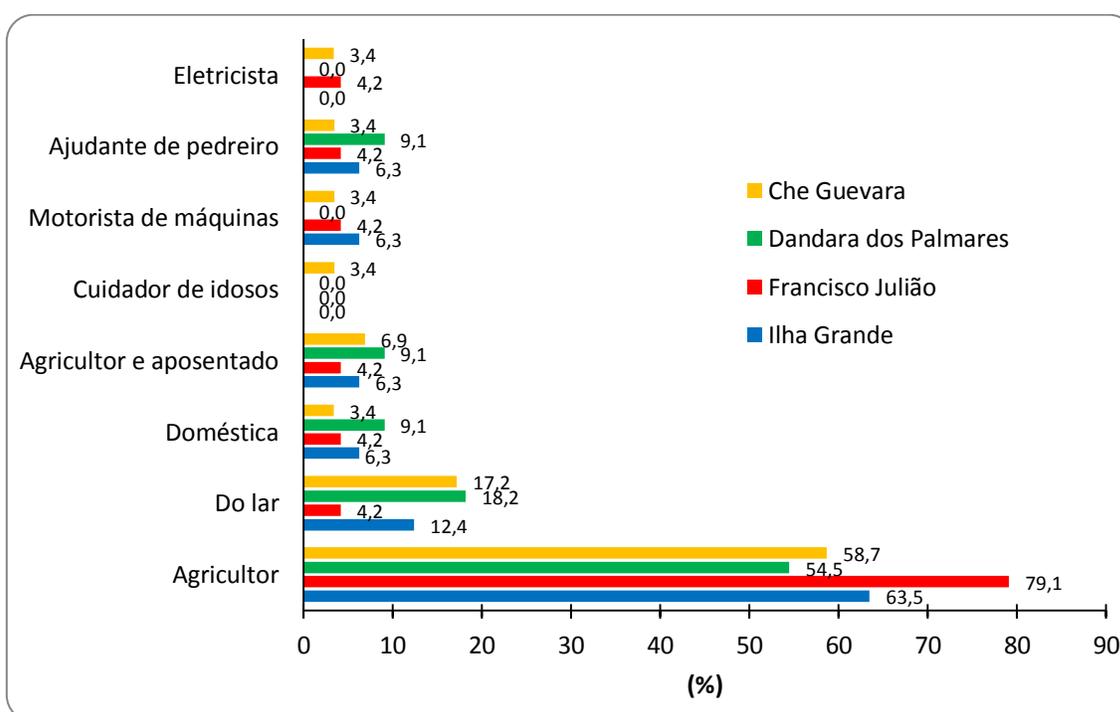


Figura 6 - Atividade principal dos assentados (%).

A existência de uma relação entre atividades pretéritas, as ocupações profissionais atuais e a habilidade de estabelecer fontes de renda tanto de atividades agrícolas como de não agrícolas é corroborada pelos resultados obtidos, visto que há uma grande variação entre os assentamentos estudados. Primeiro, é interessante observar que a renda mensal dos assentados, nos quatro assentamentos, concentra-se entre um e dois salários mínimos (Figura 7).

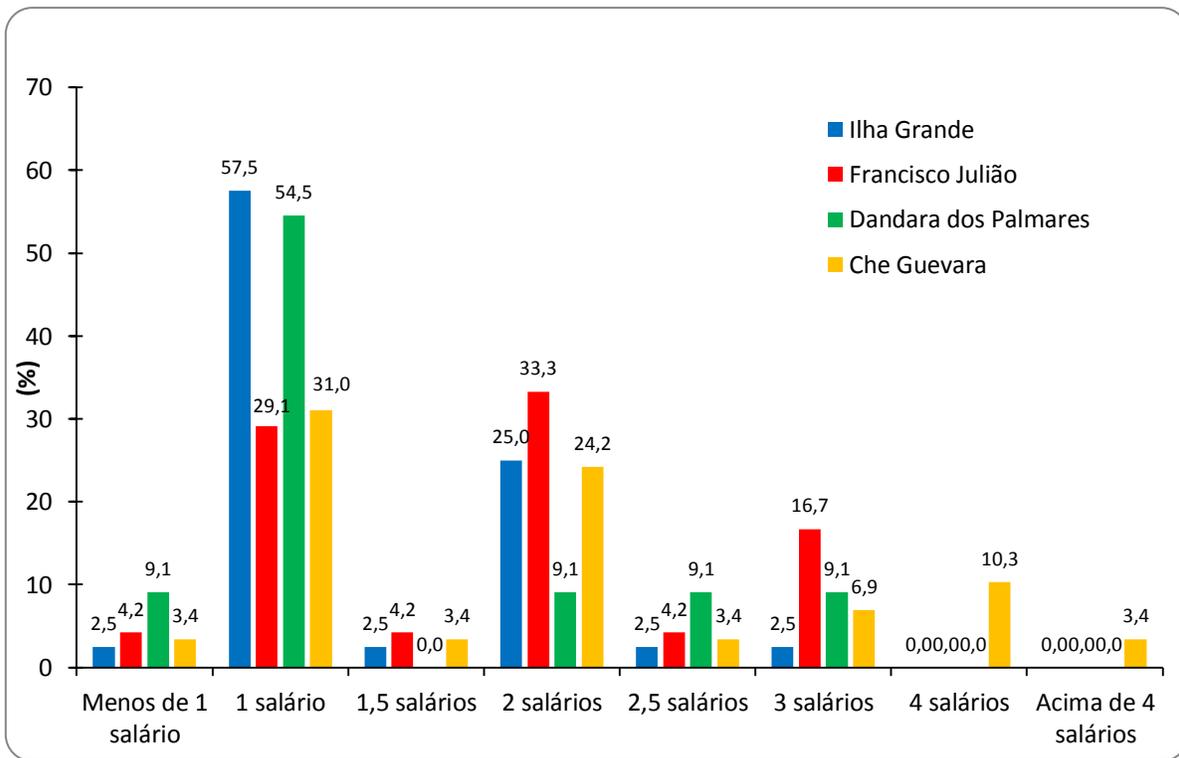


Figura 7 - Renda mensal dos assentados por S.M. (R\$680,00).

É necessário considerarmos que, a maioria das famílias assentadas modificam a relação com a terra ao transformar sua produção em alimentos para o autoconsumo. Essa prática colabora da renda mensal e muda a relação da família com a terra, proporcionando uma agricultura sustentável e com uma diversidade de alimentos.

6.2 – Principais características sociopolíticas e organização interna dos assentamentos

O processo de ocupação foi analisado quanto à participação ou não dos assentados na fase de ocupação da terra. Nesse caso, a maioria dos assentados declarou ter participado do acampamento que deu origem ao assentamento em que vivem, apesar da maioria não pertencer ao quadro organizativo do MST (Figura 8).

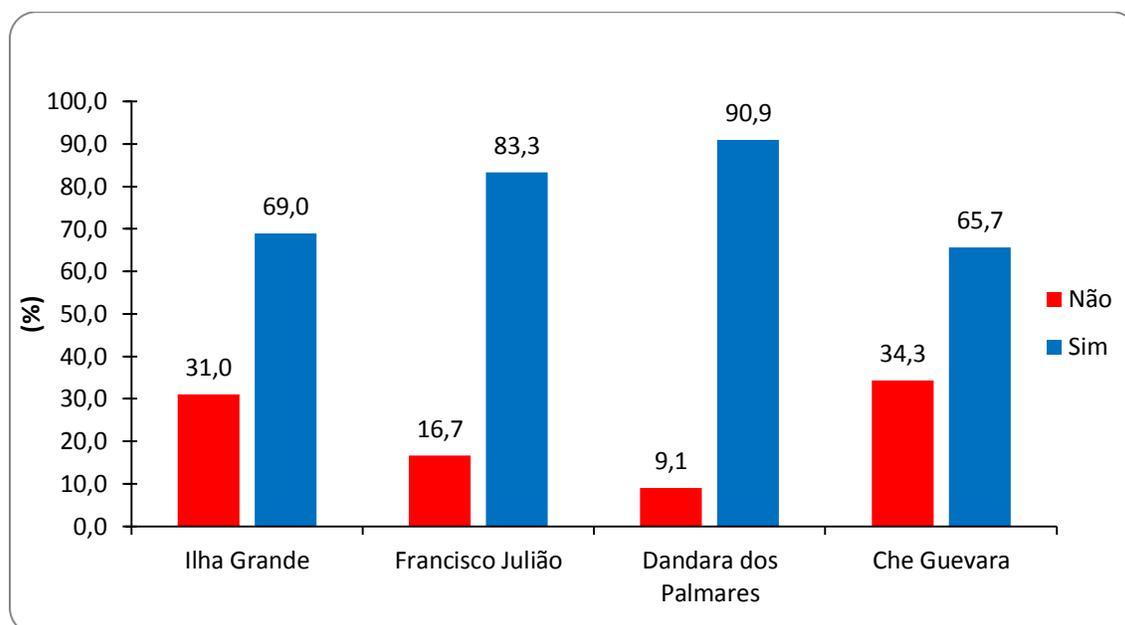


Figura 8 – Participação no acampamento (%).

Aqui é possível verificar uma proximidade com a perspectiva de Belo (2012), que afirma que o MST realiza uma formação de consciência comum da condição de sem-terra e da necessidade de resistência e de mobilização contra a exclusão social. Assim, o MST constrói um novo sujeito social, transformando-o em sujeitos coletivos. Verificou-se essa condição de sujeitos coletivos, com a análise das ações coletivas desenvolvidas no período de acampamento (Figura 9).

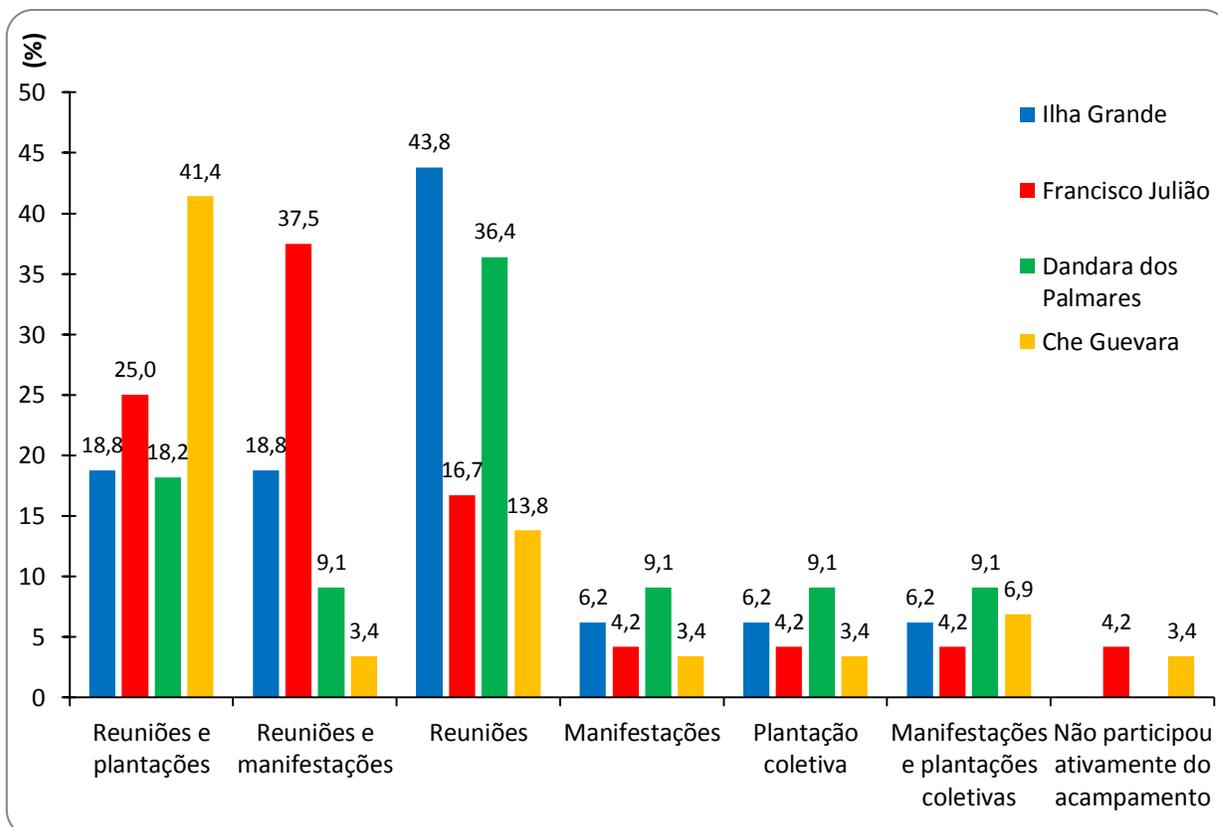


Figura 9 - Ações coletivas no acampamento (%).

No período do acampamento, os assentados destacaram que as reuniões, as manifestações e as plantações coletivas foram as principais atividades rotineiras da vida de todos os que viveram embaixo da lona preta. No assentamento Che Guevara, 41,4% dos assentados afirmaram ter participado de reuniões e de plantações coletivas. No assentamento Francisco Julião, a participação primordial foi em reuniões e manifestações para 37,5% deles; no Ilha Grande, 43,8%, e no Dandara dos Palmares, 36,4%.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que o processo de acampamento dos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande foi bastante conflituoso, visto que à época, a Usina de Baixa Grande estava sob o domínio do “Cubano” (Fernando de La Riva), e embora tenha empregado mais de 6 mil pessoas em toda a região, estava chegando à falência. Assim, muitas famílias ficariam desempregadas, e na dúvida se iriam receber seus direitos trabalhistas ou não, resolveram participar do processo de Reforma Agrária, por meio do acampamento. Porém, havia muito

receio devido às ameaças por parte do usineiro. Por isso, a maior parte dos lotes desses assentamentos foram nomeados às mulheres dos ex-funcionários da usina. Outro aspecto importante, relatado por alguns assentados é que, para muitos trabalhadores, a usina compensava a sua não participação nas atividades no acampamento doando-lhes cestas básicas, desconfigurando a ideia do sujeito coletivo, o que reflete negativamente na consolidação dos assentamentos.

Quando indagados sobre os motivos que os levaram a participar do processo de Reforma Agrária, grande parte dos assentados afirmou que “conquistar um pedaço de terra era um sonho”, mas também uma alternativa de trabalho (Figura 10).

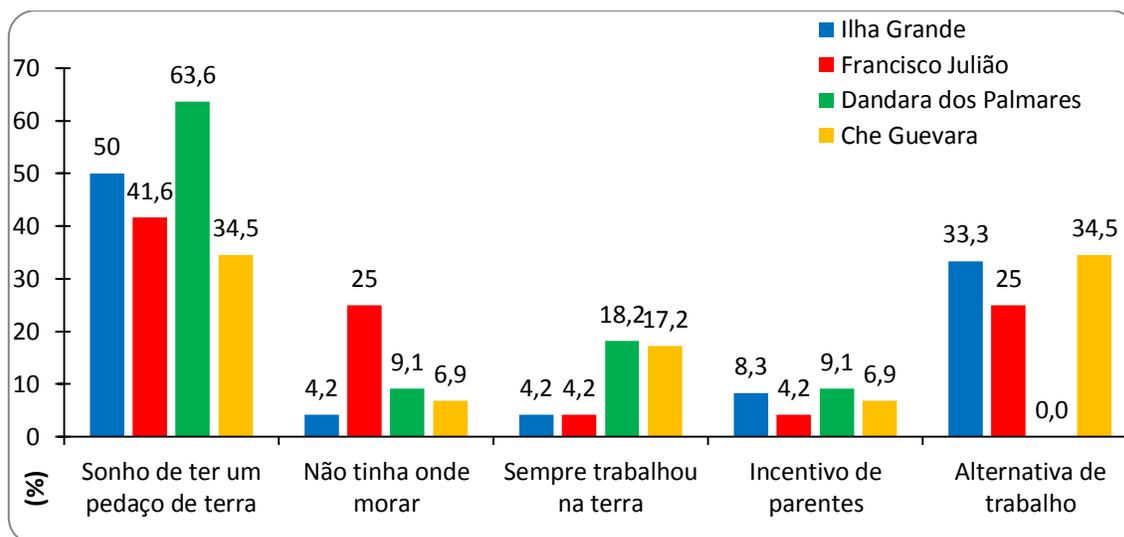


Figura 10 – Motivos para participação do processo de reforma agrária (%).

No momento desta pesquisa, esses motivos ainda mantinham muitos dos assentados em suas terras. Assim, temos de considerar se a participação em grupos coletivos antes de se tornar um assentado influenciou na participação da coletividade do assentamento em que vivem.

O fato é que a maioria dos assentados possuía contato com grupos religiosos, associações, partidos, sindicatos ou movimentos sociais antes de entrarem no assentamento. A participação pretérita em grupos religiosos predominou em todos os assentamentos (Figura 11).

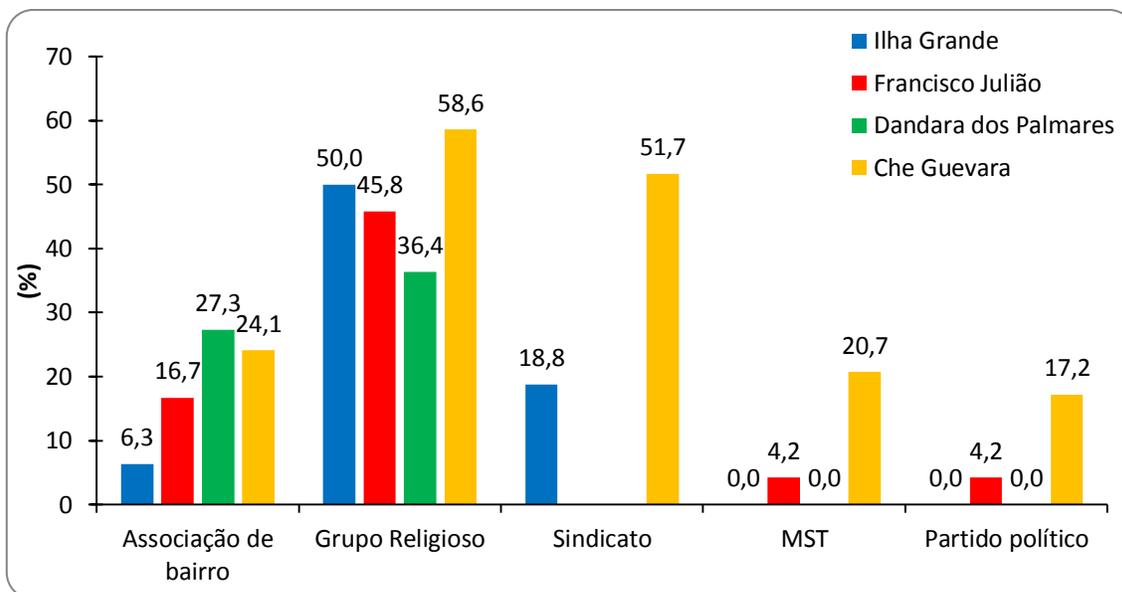


Figura 11 – Participação em grupos antes de se tornar um assentado (%).

As entrevistas feitas com algumas lideranças permitiram o conhecimento da vida cotidiana dos assentados, da convivência social e do trabalho no assentamento. Alguns grupos formais colaboram para a coletividade dos assentamentos, uns mais, outros menos. Para avaliar a participação dos assentados nesses grupos, foi necessário conhecer quais organizações existiam efetivamente nos assentamentos e qual a frequência de participação dos assentados nas organizações. Foi possível identificar as principais organizações existentes nos assentamento: associações, cooperativas, reuniões entre os próprios líderes e presença forte de grupos religiosos e feiras (Figura12).



Figura 12 - Grupos existente nos assentamentos estudados.

Nos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, houve a experiência de criação de uma cooperativa, a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentamentos Ilha Grande e Che Guevara (COOPERPROCI), em 2002. O objetivo era construir coletivamente um espaço de trabalho e de geração de renda, por meio da produção de cachaça e de açúcar mascavo. Porém, não teve sucesso, já que não está em funcionamento, por motivos que Davi, presidente da associação, descreve:

[...] Na verdade, como o povo nosso não tem experiência de cooperação, tentamos com quem queria ter esta experiência – mesmo sem conhecer a cooperação. Todos se propuseram a procurar entender o que é cooperação, o que é trabalho coletivo, o que é organização. Criar a cooperativa foi exatamente organizar a produção, a comercialização e para a gente fugir dos atravessadores. Na cooperativa estão 22 pessoas assentadas e outras não assentadas. São filhos, irmãos de assentados que participaram dessa experiência de cooperação.

Assim, podemos dizer que experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos é fruto tanto do amadurecimento político, do nível de organização, quanto da própria experiência e amadurecimento – com

pontos positivos e negativos - de cada grupo em particular (GOERGEN E STEDILE, 1991).

No que se refere à infraestrutura de serviços públicos, os quatro assentamentos têm enfrentado uma série de dificuldades, principalmente em relação a transporte. A ausência de transporte público próximo ou até mesmo dentro do assentamento foi mencionada como o que mais dificulta a vida de todos os assentados. No Dandara dos Palmares, foi citado por 100,0% dos entrevistados; no Che Guevara, por 72,4%; no Ilha Grande, por 93,8%, e no Francisco Julião, 41,7%. Os serviços de transporte são considerados pelos assentados bastante precários, não apenas porque não possuem meios de transportes próprios, mas também devido à precariedade das estradas existentes no interior dos assentamentos, com relato dos entrevistados de 90,9% no Dandara dos Palmares; 89,7% no Che Guevara; 87,5% no Ilha Grande e 70,8% no Francisco Julião. Esses problemas foram citados como um dos aspectos que mais dificultam a vida dos assentados.

Também afeta a vida dos assentados a ausência de máquinas, a falta de recurso e a falta de união. Em todos os assentamentos, os relatos confirmaram que as máquinas são cedidas pelas prefeituras locais com maior frequência somente em anos eleitorais. Dessa forma, nos assentamentos do Dandara dos Palmares (90,9%) e no Francisco Julião (58,3%), mais da metade dos assentados questiona a falta de máquinas para o trabalho. Nos assentamentos Francisco Julião e Che Guevara, 79,1% e 51,7%, respectivamente, a maioria dos assentados questiona a falta de recurso financeiro para produzir e para viver bem dentro de seus lotes. A falta de mecanismos para o escoamento da produção foi considerada um problema para muitos assentados do Ilha Grande (62,5%) e do Che Guevara (41,4%) (Figura 13).

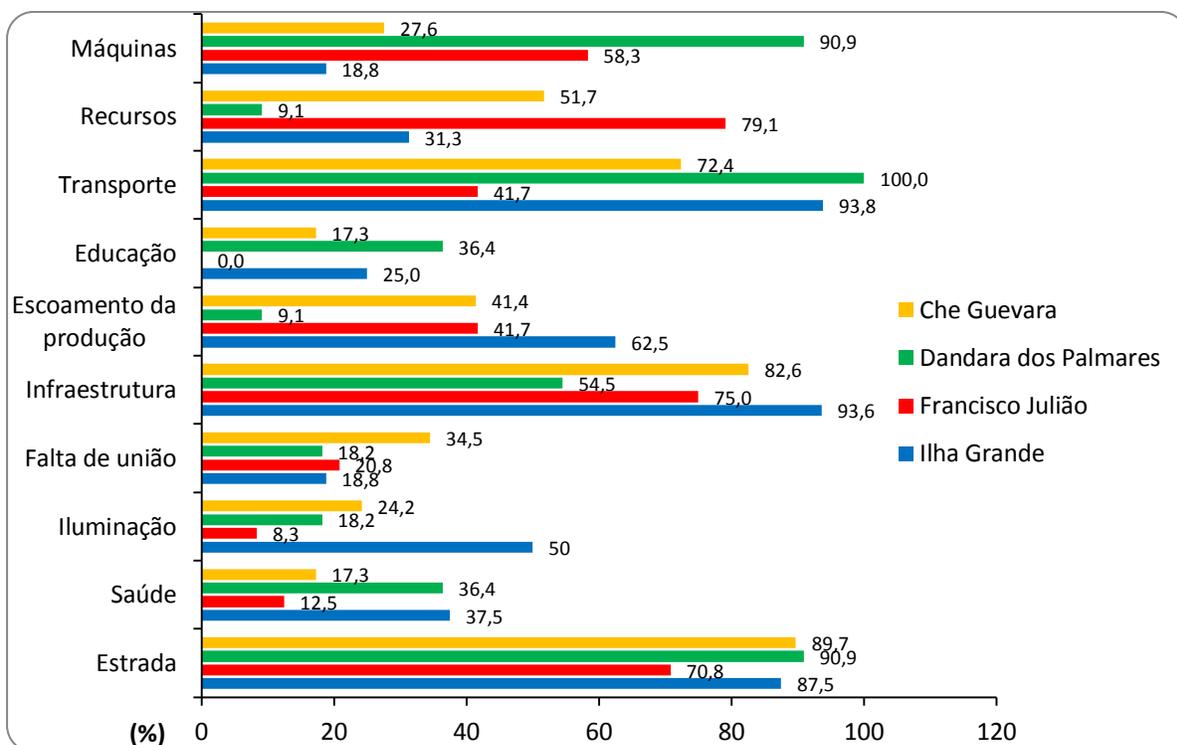


Figura 13 – Principais problemas dos assentamentos (%).

Em relação à resolução desses problemas, em todos os assentamentos os assentados afirmaram que ocorrem reuniões para tentar elaborar ações coletivas. Enfim, falta de infraestrutura, má qualidade do solo, acesso restrito ao financiamento da produção, falta de mecanismos de escoamento da produção, falta de estradas e de transportes são fatores que impõem limitações à agricultura familiar dentro dos assentamentos estudados.

Ao se analisar a organização dos agricultores em torno de práticas coletivas, pode-se considerar que é um mecanismo para amenizar os problemas internos e externos dos assentamentos, mas não pode ser considerada como a solução para todos os problemas dos assentamentos rurais. Há fatores como a “trajetória de vida de cada sujeito, de diferentes contextos sociais, geográficos, econômicos e de práticas de trabalho que devem ser considerados nas realidades destes assentamentos, o que em geral resultam, entre outras, na grande dificuldade da cooperação” (LACERDA; MALAGODI, 2007). Nesse sentido, ao serem questionados sobre a existência de ações coletivas para melhorar a vida

dentro dos assentamentos, mais da metade dos entrevistados reconheceram a existência das ações coletivas (Figura 14).

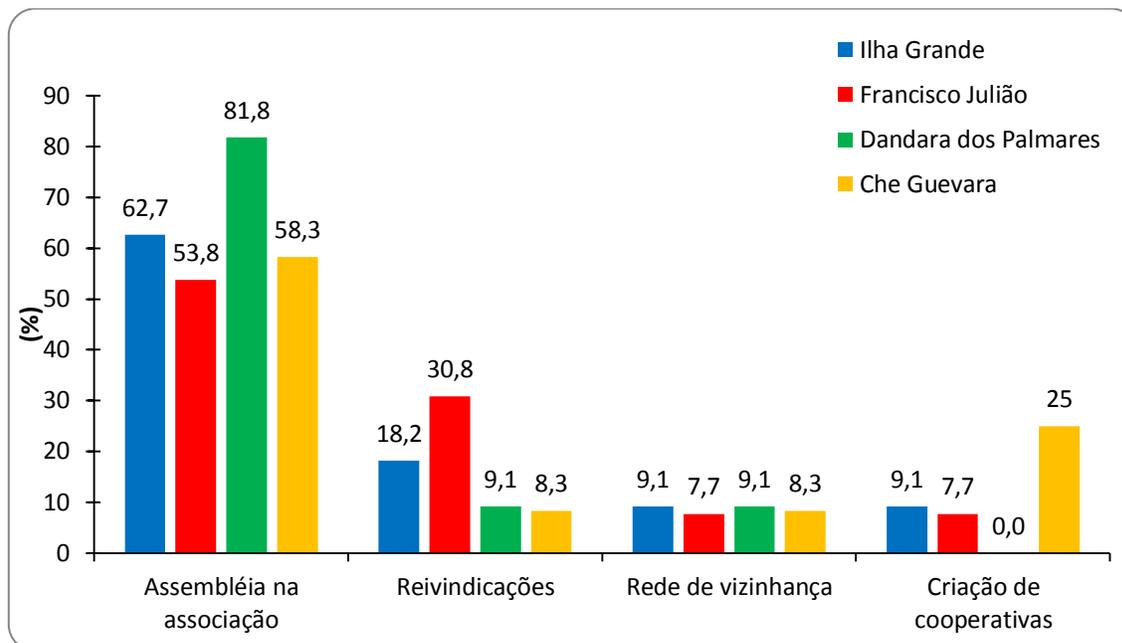


Figura 14 - Tipologia de ações coletivas existentes nos assentamentos (%).

Os principais tipos de ações coletivas identificadas no interior dos assentamentos e sintetizadas na Figura 14 foram: as assembleias nas associações, a participação em reivindicações, a rede de vizinhança e a tentativa de criação de cooperativas. A maioria dos assentados reconheceu que a assembleia nas associações é o tipo de ação coletiva mais significativa no cotidiano dos assentados. No Francisco Julião, 30,8% dos assentados afirmam que as reivindicações são uma forma de ação coletiva, enquanto que 25,0% dos assentados do Che Guevara acreditam que a tentativa da criação da cooperativa foi uma forma significativa de ação coletiva. Entretanto, na concepção de Sherer-Warren (2006), os conceitos de ações coletivas não podem ser generalizados como qualquer forma de ação reivindicativa ou de protesto realizados por meio de grupos sociais, tais como associações civis, agrupamentos para defesa de interesses civis ou públicos comuns, organizações de interesse público.

Considerando que são os assentados que reconstroem o espaço dentro dos assentamentos em que estão inseridos, dando-lhe novos significados e novas

territorializações, criando novos laços e novas redes, é importante analisar os tipos de redes sociais existentes dentro dos assentamentos de Reforma Agrária. Os dados revelam que, em todos os assentamentos estudados, os assentados mantiveram uma interação com parentes, líderes, grupos religiosos e grupos coletivos (Figura 15).

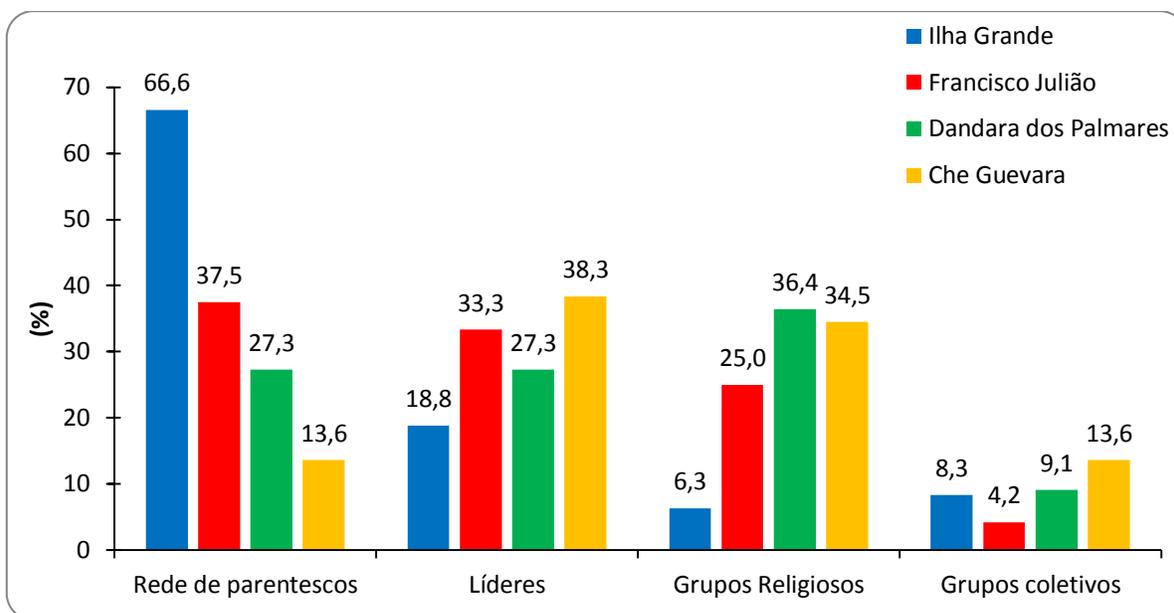


Figura 15 - Interação dentro dos assentamentos (%).

De acordo com os resultados obtidos, a principal ação que contribuiria para que houvesse uma maior coletividade dentro dos assentamentos seria a união entre os assentados, que nos assentamentos Ilha Grande e Francisco Julião representam mais da metade das respostas, 62,5% e 58,3, respectivamente. No Dandara dos Palmares e no Che Guevara, além da união entre os assentados, os dados revelam grandes questionamentos sobre o apoio governamental, a participação de todos nas reuniões, os resultados bem sucedidos das ações coletivas anteriores e as lideranças ativas (Figura 16).

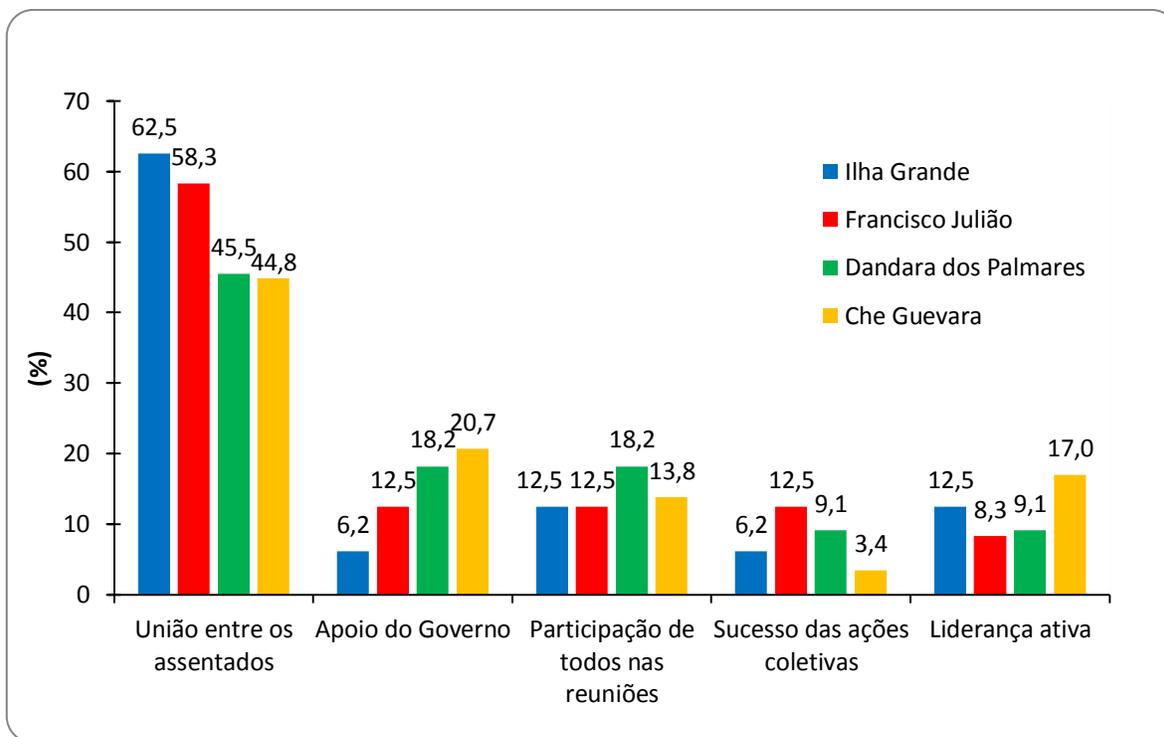


Figura 16 - Ações que colaborariam com a coletividade dentro dos assentamentos (%).

Podemos dizer que cada instituição, cada organização e/ou sujeito constroem o seu território desde que tenham poder político para mantê-los. Assim, se as comunidades camponesas possuírem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas (FERNANDES, 2004). Dessa forma, verificamos que existe há uma necessidade de coesão coletiva dentro do próprio assentamento, demonstrando que, apesar de encontrarmos relações de cooperação, há muitas relações de conflitos.

6.3 – Sistemas de produção e de interação entre os assentamentos do norte fluminense

Uma estratégia que foi identificada como uma solução encontrada pelas famílias para minimizar o problema da falta ou mesmo inexistência de mão de

obra própria foi a utilização de mecanismos de cooperação entre os assentados para a realização das atividades do lote (Figura 17).

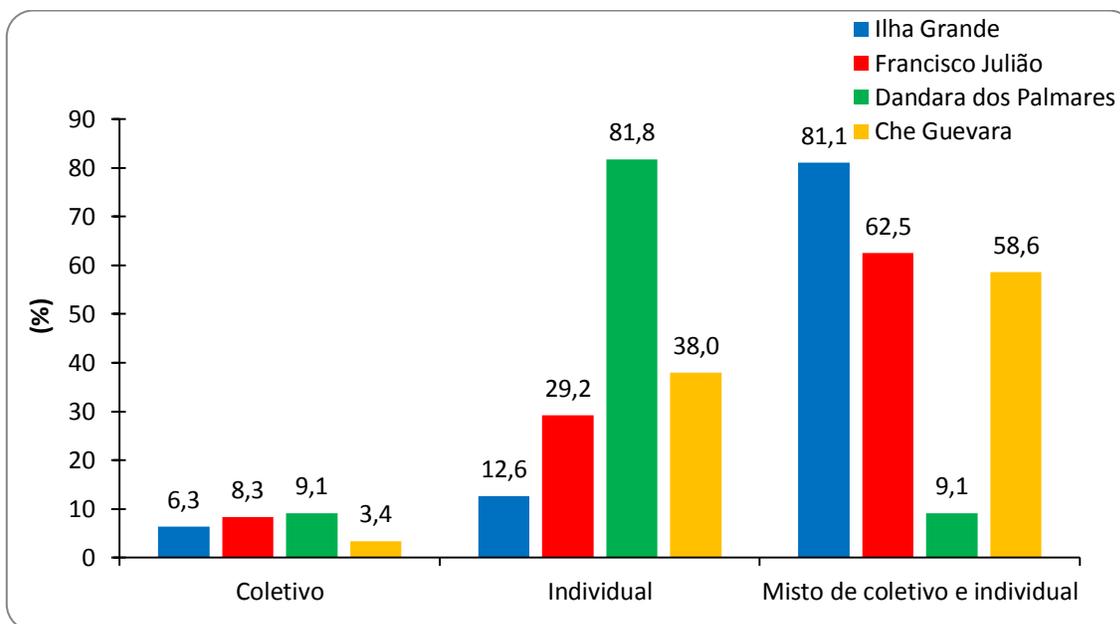


Figura 17 - Sistema de trabalho dentro do lote dos assentados (%).

Nesse caso, não chega a ser surpreendente o fato de que nos assentamentos Francisco Julião, Che Guevara e Ilha Grande haja um alto número de casos predominando a forma de trabalho mista, e que, no Dandara dos Palmares, o uso desse tipo de recurso seja bem menos significativo, tendo 81,8% das famílias trabalhando de forma individual. Com uma representatividade de 81,1% do Ilha Grande, 62,5% do Francisco Julião e 58,6% do Che Guevara observa-se um grau avançado de cooperação, confiança e reciprocidade. Nas palavras de Putnam (2000), tanto a reciprocidade/confiança quanto a dependência/exploração podem manter unida a sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e de desempenho institucional, ou seja, uma vez inseridos num desses dois contextos, os atores racionais têm motivos para agir conforme suas regras. Assim, podemos identificar as características de cada assentamento, alguns mais individualistas e outros com características significativas de coletividade.

A efetividade do uso de estratégias, que combinam trabalho individual e coletivo, acaba se refletindo na capacidade relativamente alta que as famílias estudadas mostram, conseguindo implantar sistemas agrícolas com características que extrapolam o domínio histórico que a monocultura da cana-de-açúcar detém na região Norte Fluminense (Figura 18).

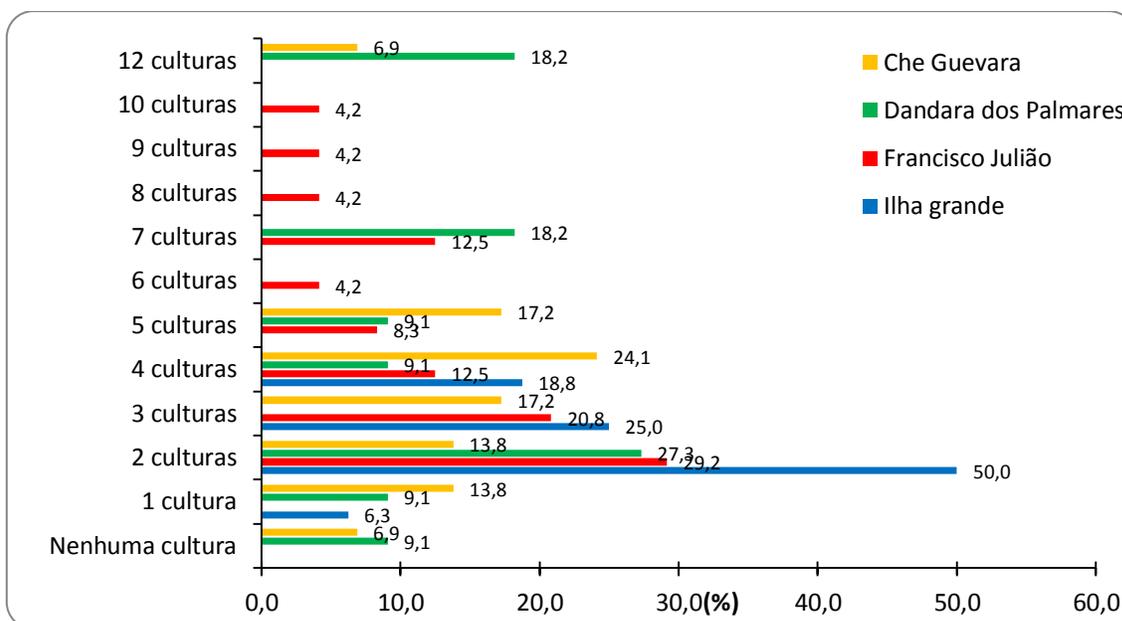


Figura 18 - Quantidade de culturas nos assentamentos.

Em relação aos sistemas produtivos adotados pelos assentados, os resultados deste estudo apontam para um processo de diversificação, sobretudo em relação às culturas que não são destinadas à comercialização, mas, sim, ao autoconsumo dos assentados e seus familiares, dentro e fora do lote original (Tabela 4).

Tabela 4 - Variedades de culturas plantadas nos assentamentos.

Culturas	Assentamentos			
	Che Guevara (%)	Francisco Julião (%)	Dandara dos Palmares (%)	Ilha Grande (%)
Cana	86,2	4,2	72,7	100,0
Banana	48,3	50,0	36,4	0,0
Laranja	27,6	20,8	27,3	12,5
Aipim	27,6	91,6	63,6	18,8
Quiabo	41,4	37,5	0,0	37,5
Coco	27,6	8,3	0,0	12,5
Abobora	20,7	54,2	45,5	43,8
Milho	10,3	66,7	18,2	18,8
Limão	10,3	12,5	0,0	0,0
Pinha	6,9	0,0	9,1	0,0
Salsinha	6,9	0,0	0,0	0,0
Couve	6,9	4,2	0,0	0,0
Ciriguela	6,9	0,0	0,0	0,0
Graviola	6,9	4,2	9,1	0,0
Maxixe	3,4	0,0	0,0	0,0
Caju	3,4	0,0	0,0	0,0
Eucalipto	3,4	0,0	0,0	0,0
Feijão	3,4	20,8	18,2	0,0
Goiaba	3,4	0,0	9,1	0,0
Mamão	0,0	8,3	0,0	0,0
Abobrinha	0,0	4,2	0,0	0,0
Figo	0,0	4,2	0,0	0,0
Manga	0,0	8,3	9,1	0,0
Maracujá	0,0	8,3	9,1	0,0
Pessego	0,0	4,2	9,1	0,0
Batata	0,0	8,4	0,0	0,0
Ingá	0,0	4,2	0,0	0,0
Horta	0,0	4,2	9,1	0,0
Fava	0,0	4,2	0,0	0,0
Amendoim	0,0	4,2	0,0	0,0
Berinjela	0,0	4,2	0,0	0,0
Abacaxi	0,0	0,0	36,4	0,0
Acerola	0,0	0,0	9,1	0,0
Maçã	0,0	0,0	9,1	0,0
Jaca	0,0	0,0	9,1	0,0
Pera	0,0	0,0	9,1	0,0
Carambola	0,0	0,0	9,1	0,0
Café	0,0	0,0	9,1	0,0
Abacate	0,0	0,0	9,1	0,0

As culturas identificadas não se encontram distribuídas de forma proporcional nos assentamentos rurais estudados, ainda que haja a presença de cana-de-açúcar em todos os assentamentos. Um elemento adicional no tocante aos sistemas produtivos refere-se ao fato de que algumas culturas que estavam previstas no PDA, preparado pelo ITERJ ou pelo INCRA, não prosperaram, como a laranja, que não se adaptou às condições de solo e à disponibilidade hídrica predominantes em alguns assentamentos.

De forma corrente, a questão da precariedade da infraestrutura dos assentamentos de reforma agrária é apontada como uma das causas do insucesso desse tipo de empreendimento. A visão dominante entre os assentados reduz a caracterização do que constituiria a infraestrutura dos assentamentos, que geralmente está ligada ao fornecimento de serviços públicos como escolas e postos de saúde, à criação de estruturas de estocagem e comercialização, e mesmo ao estabelecimento de unidades de beneficiamento da produção. Por outro lado, uma atenção menor é dada aos efeitos da ausência de serviços de assistência técnica que permitam a organização e o planejamento em longo prazo dos assentamentos. No caso dos assentamentos estudados, foi possível verificar uma grande precariedade em relação à assistência técnica que deveria estar sendo prestada para auxiliar os assentados no estabelecimento e no trato das lavouras, na criação de formas coletivas de comercialização, no controle do investimento feito na produção, e em outras áreas essenciais para a consolidação dos assentamentos.

Ao contrário do que se poderia esperar, os dados coletados indicam que as visitas técnicas são inconstantes, ocorrendo semestralmente ou até mesmo anualmente, e muitos assentados alegaram que jamais foram visitados por um técnico extensionista. Além disso, quando os assentados indicaram ter recebido assistência técnica, foi possível estabelecer que as orientações recebidas estivessem direcionadas a aspectos de caráter burocrático para o recebimento de créditos como os do PRONAF e crédito para habitação.

Quanto ao assentamento Che Guevara, há uma presença mais visível de técnicos da EMATER e CEDRO³ no assentamento, ainda que com uma periodicidade bastante irregular e concentrada em um pequeno número de assentados. Nesse caso, a presença da assistência técnica da EMATER parece contribuir para um clima de animosidade entre os assentados, com apenas os 14,2% dos assentados reconhecendo alguma utilidade nos serviços prestados por seus técnicos. Além disso, esses serviços ficaram concentrados na preparação de projetos técnicos e na vistoria do uso dos créditos recebidos através do PRONAF.

A assistência técnica prestada aos assentados do Dandara dos Palmares se deu no período imediatamente após o parcelamento da terra, e foi feita por técnicos da empresa de consultoria “Estruturar”, que havia sido contratada por meio de uma parceria entre o MST e o INCRA. A parceria Estruturar/INCRA tinha como objetivo inicial, auxiliar os assentados com o projeto da construção das casas por meio da linha de crédito de habitação (que, aliás, era única que fora liberada para os assentados do Dandara dos Palmares até o período da coleta de dados). Os técnicos da Estruturar também realizaram uma análise inicial da qualidade dos solos do assentamento. No entanto, a assistência dos técnicos da Estruturar foi suspensa em função da não renovação do convênio que permitia a atuação da empresa no Dandara dos Palmares, o que resultou no fato de que os assentados ficaram desprovidos de outro tipo de assistência técnica por um longo tempo, até a Cooperar assumir a responsabilidade de assistência técnica do assentamento.

Outro aspecto importante para a análise do sistema produtivo é a questão do acesso ao crédito. Para Feder (1990 apud PEREIRA et al., 2006) o crédito é necessário para viabilizar a produção, uma vez que o agricultor possui um ciclo de renda sazonal e precisa de antecipação de recursos para compra de insumos e equipamentos necessários para produzir.

3 A Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda. – CEDRO, fundada em 23 de maio de 1999 por 26 (vinte e seis) profissionais autônomos com formação nas áreas das ciências agrárias e ciências sociais vincula-se, desde sua origem, ao referencial de construção de uma nova sociedade, alicerçada no Cooperativismo, na Agroecologia, no processo de valorização e de fomento à autonomia das comunidades com que trabalha e que venham a ser assistidas por nosso quadro de profissionais (Cooperativa CEDRO – Núcleo Operacional Casimiro de Abreu - <http://cooperativacedro.blogspot.com.br/>).

No Francisco Julião, observou-se que 83,3% dos assentados teve acesso ao Fomento (R\$ 2.000,00) e 16,7% não teve acesso a nenhum tipo de crédito. Nos assentamentos Che Guevara 82,8% dos assentados, e no Dandara dos Palmares, 72,7% dos assentados receberam os três tipos de crédito: o Fomento e Habitação, no valor médio de R\$ 2.500,00, e o PRONAF, no valor médio de R\$12.000,00. Os dados deste estudo revelam também que no Ilha Grande, além de uma grande parte dos assentados entrevistados (62,5%) terem recebido todos os créditos (Fomento, Habitação e Pronaf I), receberam também o crédito para reforma da habitação (37,5%), (Figura 19).

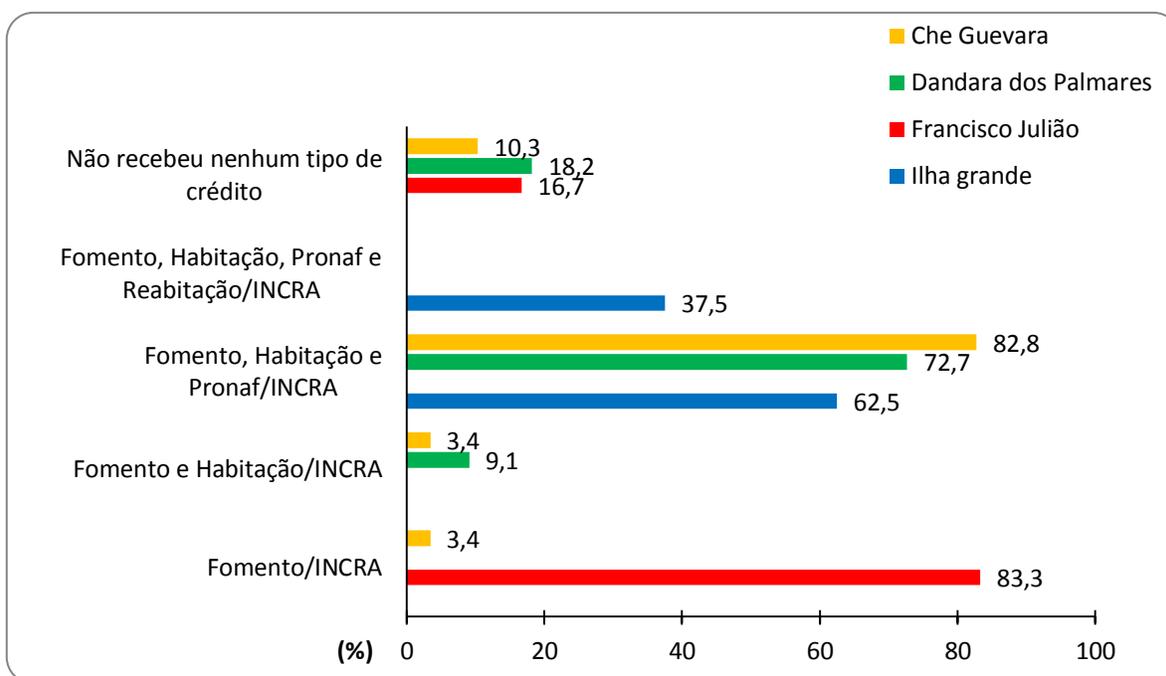


Figura 19 – Formas de acesso a créditos por parte dos assentados (%).

Por outro lado, os dados também mostram que, apesar do assentamento Francisco Julião ainda não ter tido acesso aos benefícios de créditos do PRONAF, lá existem uma organização coletiva e uma produtividade bastante significativa. Assim, apesar do baixo nível de capitalização dos agricultores e da falta de novos recursos, os assentados apresentam grandes resultados em suas produções, e sua mobilização interna e externa ao assentamento.

Quando comparados os níveis de satisfação e de insatisfação em relação aos mecanismos de comercialização, os dados evidenciaram alto nível de insatisfação, tanto em relação aos impactos negativos advindos da dependência em relação aos intermediários/atravessadores, quanto à inexistência de canais alternativos (e coletivos) de comercialização. Na maioria das vezes, o assentado lamenta o fato de não existir outra possibilidade de comercialização da produção, e, por isso, ficar à mercê dos atravessadores. A maioria dos assentados está satisfeito com a produção, apesar de toda a dificuldade enfrentada. Entretanto, quando perguntados sobre seu grau de satisfação em relação aos resultados da produção obtida nos lotes, uma parcela dos assentados declarou-se pouco satisfeita (Figura 20).

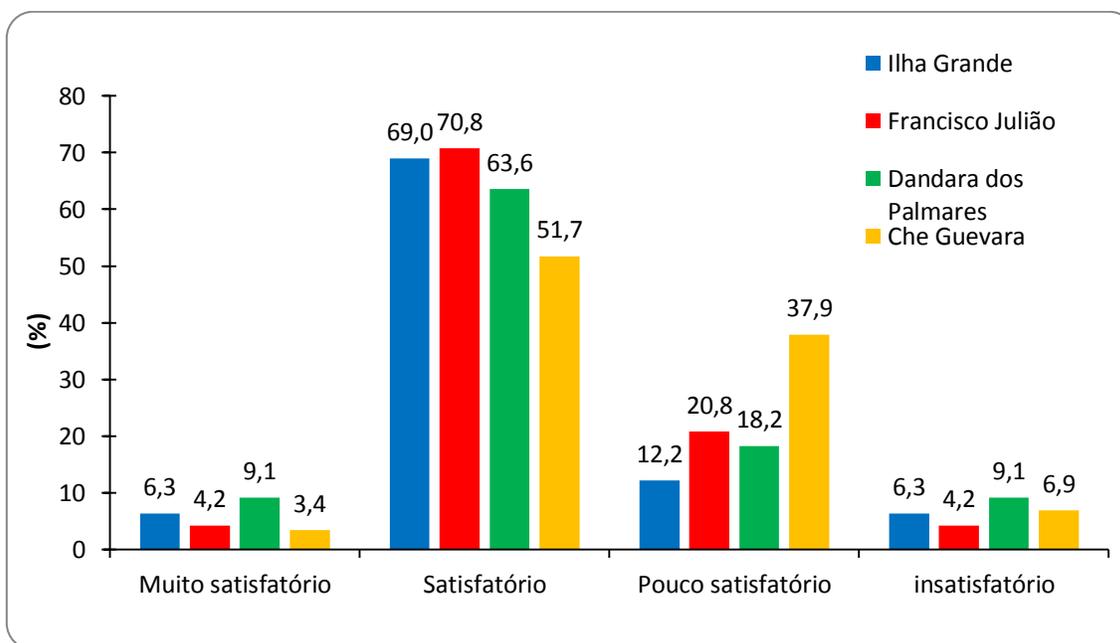


Figura 20 – Grau de satisfação com os resultados da produção (%).

Como relata Chiquinho, um dos coordenadores do MST e assentado do Zumbi dos Palmares (Núcleo 4):

[...] gente vive numa região historicamente de monocultivo de cana. Então, não só o assentamento Zumbi dos Palmares, mas em outros assentamentos nossos, eles comercializam a cana indiretamente pras usinas de Campos e região. Depois a gente tem um grande número de atravessadores que historicamente comercializam também e por ultimo, as associações que a gente desenvolve os programas do PAA (programa de doação da CONAB) e do PNAE (merenda escolar). E duas feiras livres que a gente faz uma anualmente no RJ e outra na UENF que é uma feira agroecológica é símbolo da nossa luta, símbolo do modelo de nossa de agricultura.

Para este líder e assentado, apesar de toda dificuldade espacial, eles lutam por meio de organizações, nas quais os próprios assentados desenvolvem elementos para sua própria reprodução.

Um aspecto que também contribui para que existam perspectivas positivas para a superação dos problemas que estão dificultando a consolidação e desenvolvimento dos assentamentos, é um nível de satisfação bastante alto com a vida e o trabalho dentro dos assentamentos (Figura 21).

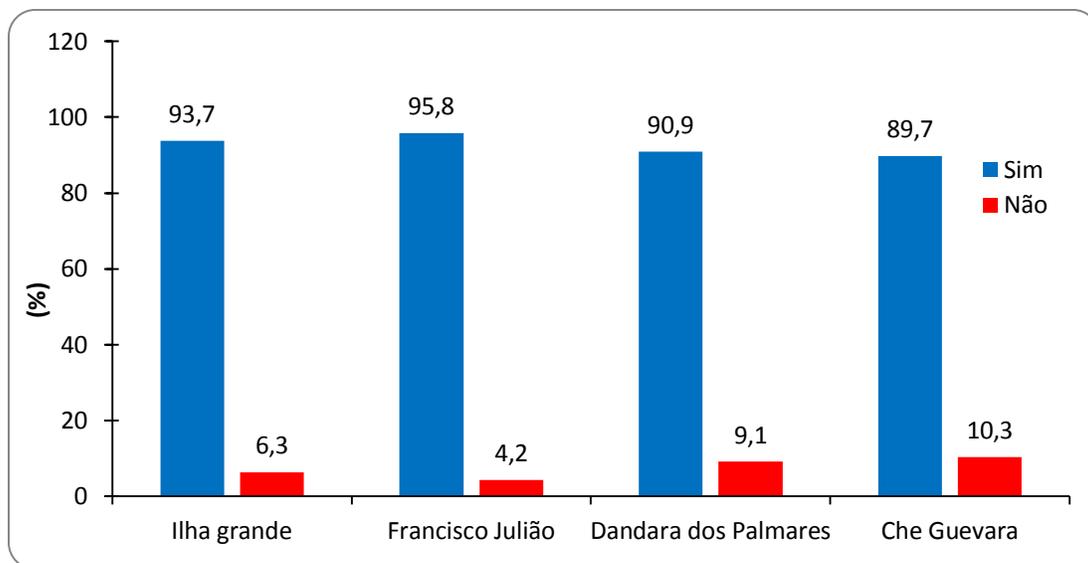


Figura 21 – Satisfação com o seu lote (%).

As relações interpessoais ou interfamiliares prescindem, na maioria dos casos, de mediação por uma associação. A participação majoritária dos assentados em reuniões da associação demonstra uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados em todos os assentamentos estudados: Che Guevara (96,6%), Dandara dos Palmares (90,9%), Francisco Julião (75,0%) e Ilha Grande (87,5%).

Nos assentamentos, há tanto a produção para o mercado – produtos com valor de troca – com intenção de plantio e/ou criação para a venda da totalidade do produto e subprodutos obtidos no mercado, quanto a produção para a subsistência. Assim, as atividades agrícolas têm uma representação significativa, resgataram pessoas que viviam aprisionadas no trabalho temporário ou assalariado, levando-as para o meio rural onde, mesmo sem nenhum tipo de assistência governamental completa, conseguem “enxergar” uma melhoria na qualidade de vida. O principal apoio do governo nos assentamentos Che Guevara (65,5%), Ilha Grande (87,5%) e Francisco Julião (65,5%) é o fornecimento de máquinas, tratores e caminhões, mais frequente em anos eleitorais. Porém, no Dandara dos Palmares (72,7%), o apoio da prefeitura é mais presente, com transporte escolar dentro do assentamento (Figura 22).

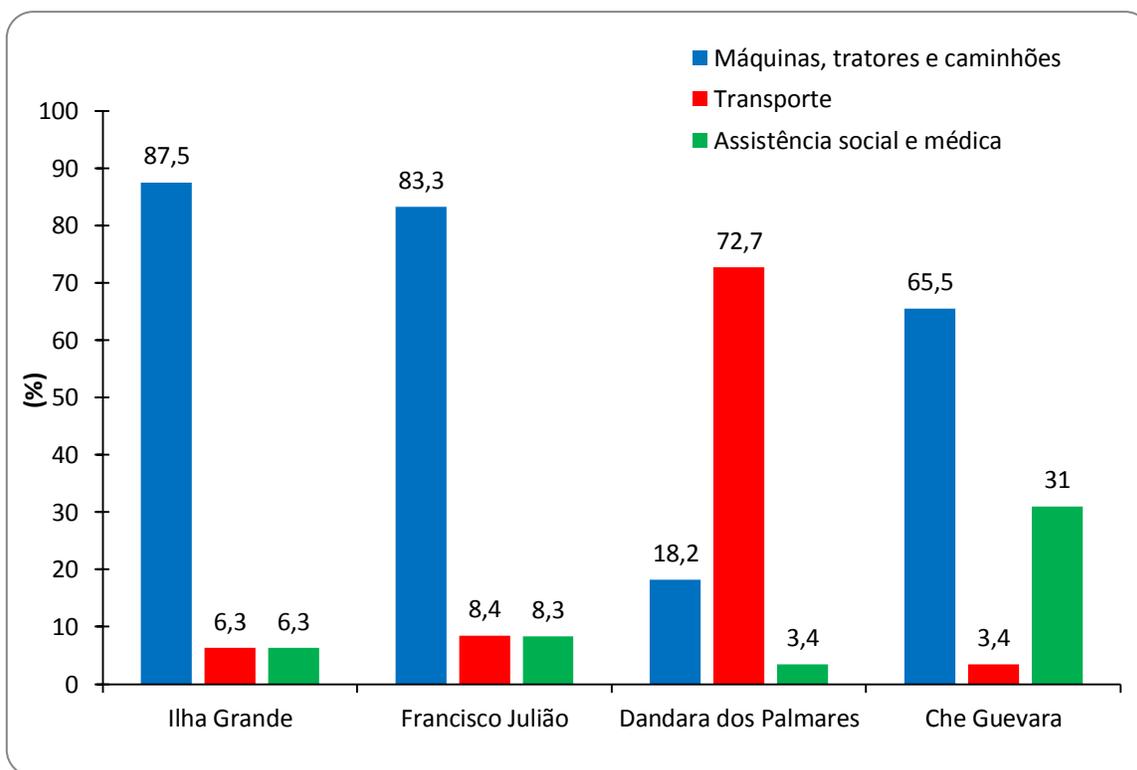


Figura 22 - Tipo de apoio governamental existente dentro dos assentamentos (%).

Moraes e Curado (2004) comentam que a construção das redes de solidariedades nos projetos de assentamento seria uma alternativa para a interação de diferentes grupos sociais que têm interesse na mudança dos padrões de decisão, elevando as possibilidades de autonomia cultural das comunidades rurais, uma vez que é essa a melhor solução para uma efetiva gestão participativa e democrática dos espaços rurais. Frey (2003) argumenta que há uma possibilidade viável de fomento mais sustentável por meio do fortalecimento das redes sociais e por sua inserção progressiva nos processos político-administrativos locais. Nesse sentido, os dados mostraram a atuação de grupos externos ao assentamento no tocante à organização coletiva (Figura 23).

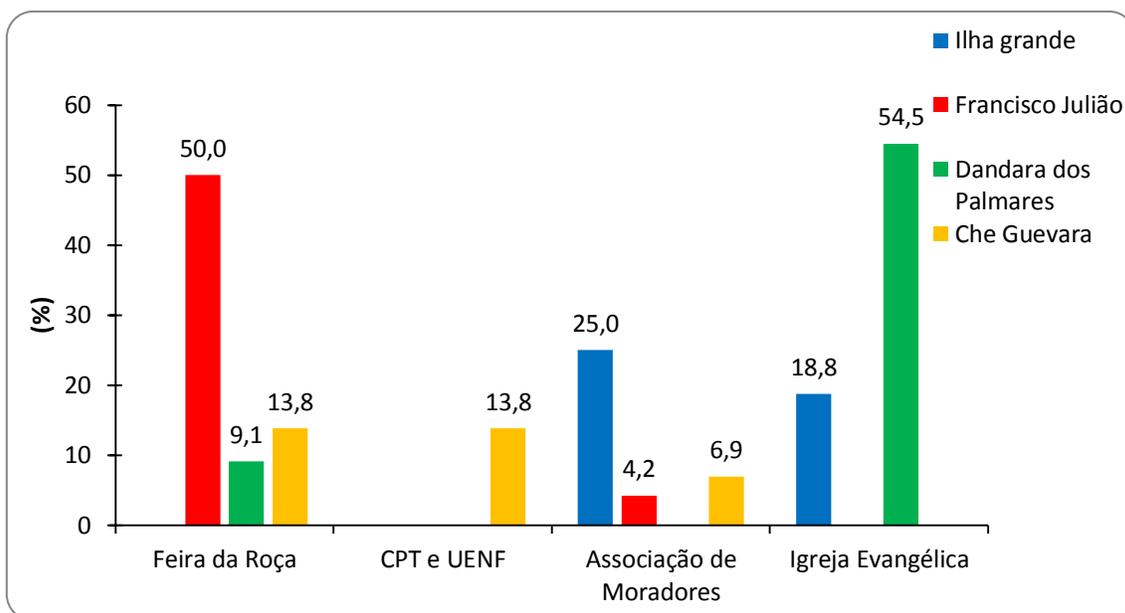


Figura 23 – Presença de grupos externos nos assentamentos (%).

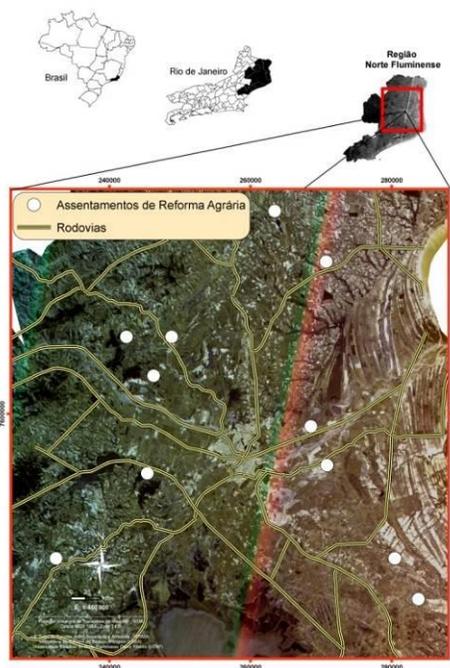
Essas organizações internas ou externas incentivam os camponeses a realizar ações coletivas. Para Fabrini (2002), as ações coletivas podem ser verificadas nas lutas para entrar na terra e nela permanecer. Assim, verifica-se que as igrejas, as associações de moradores e as feiras configuram outras formas de associativismo dos quais participam os assentados. Durante o transcorrer da pesquisa, foi evidenciado que o “espírito coletivo” existente durante os conflitos pela conquista da terra não continua o mesmo, conforme ilustrado pelo relato de seu Vovô, líder do MST, assentado do Francisco Julião:

Que existia, né? Porque está meio difícil, com a decadência do apoio do MST na região. Nossas normas, nossa harmonia, nossas organicidades, nossos pertences, isso tudo se perdeu. Às vezes não é culpa de nós, líderes que vivemos o dia a dia. Foram os próprios companheiros que permitiram esfriar, assim eles vão se acomodando e se perdem. Na época do acampamento havia uma harmonia e ações coletivas no dia a dia; hoje isso já não acontece mais.

6.4 – A questão da distância como elemento básico para aferir as dificuldades de organização de ações coletivas entre os diferentes assentamentos

O primeiro aspecto estudado no tocante à dispersão dos assentamentos numa paisagem marcada pelo predomínio da monocultura foi em relação à distância existente entre os assentamentos criados e a rodovia mais próxima (Tabela 5).

Tabela 5 - Distância do ponto de entrada dos assentamentos em relação à rodovia mais próxima (Km).



Assentamento	Rodovia	Distância (km)
Antonio de Farias	RJ-208	1,0
Che Guevara	RJ-216	6,0
Chico Mendes	BR-356	5,0
Dandara dos Palmares	RJ-224	1,5
Francisco Julião	BR-356	5,5
Ilha Grande	RJ-216	6,0
Josué de Castro	BR-101	8,0
Oziel Alves	BR-356	2,5
Paz na Terra	BR-356	1,0
Terra Prometida	BR-101	1,5
Zumbi dos Palmares	RJ-194	1,5

Segundo os relatos, o estabelecimento de acampamentos próximos a estradas facilita o processo de solidariedade e de defesa das áreas ocupadas em face de possíveis reações do Estado ou dos indivíduos ou empresas que possuam algum tipo de relação de propriedade ou posse das mesmas. Porém, mesmo a proximidade de rodovias não minimiza os problemas em relação à circulação interna nos territórios, visto que a maioria dos assentados não possui meios próprios de locomoção e, raramente, as áreas são servidas por serviços de transporte público. Outro fator importante, explicitado durante as entrevistas e

questionários, é que existe uma grande “distância interna⁴” que prejudica a coletividade, as dinâmicas entre os assentados do mesmo assentamento e entre os diferentes assentamentos. Essas distâncias, muitas vezes, estão invisíveis aos olhos da maioria, porém é bem percebida pela liderança.

A perda da densidade coletiva do acampamento para o assentamento é nítida e, muitas vezes, justifica essa “distância interna”. Existe uma dialética entre o processo transitório do acampamento para assentamento. Souza e Pedon (2007) explicam que durante o acampamento o território se torna um lugar de vivência, e experiência com outros indivíduos, tendo a identidade como elemento de unidade para a mobilização coletiva. E o assentamento como espaço das relações sociais, revela as relações de tensões e conflitos que podem ser desvendados nas práticas sociais, nas estratégias de luta, carregada de diferentes significados, encontros e reencontros de culturas, espaço de legitimação e representação dos sujeitos sociais envolvidos no processo de formação e organização do território.

Assim, visualizamos que os conflitos e as tensões internas, em alguns assentamentos, contribuem para os processos de desenvolvimento e luta; porém, em outros, contribuem para a disseminação das lutas coletivas.

O problema referente à capacidade de circulação da produção fica mais evidente quando se calcula a distância de cada um dos assentamentos ao Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes, um dos principais pontos de acolhimento do que é produzido no interior dos assentamentos (Tabela 6).

Ao se considerar a distância existente entre os assentamentos e o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes⁵, fica evidente que há uma variação significativa (numa faixa compreendida entre 12,5 e 45,0 Km). É um fator importante pois a maioria dos assentados não possui veículo próprio e, por isso, são obrigados a adotar uma série de estratégias de comercialização, quando se

4 Este termo foi utilizado pelo militante Davi, ao expressar que as “distâncias internas” dentro dos assentamentos são maiores que a distância física entre os diferentes assentamentos da região norte fluminense..

5 O Mercado Municipal é utilizado aqui como referência em função do fato de que pesquisas anteriores feitas por este grupo de pesquisa determinaram que uma parte considerável da produção destes assentamentos acaba sendo comercializada neste local.

destaca a ação dos atravessadores (Ferreira, 2010). No que se refere às distâncias entre os assentamentos, estas variam ainda mais dentro de uma faixa compreendida entre 0,0 e 50,0 km.

Tabela 6 - Distância linear entre assentamentos e com o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes (Km).

Assentamentos	JC	DP	CM	PT	FJ	ZP	OZ	AF	TP	IG	CH	MMCG
Josué de Castro (JC)	-	39,5	61,0	69,0	68,5	56,5	65,5	66,0	77,5	86,0	91	45,0
Dandara dos Palmares (DP)		-	64,5	57,5	57,0	46,0	54,0	55,5	69,0	81,0	86	33,5
Chico Mendes (CM)			-	9,0	18,0	41,5	50,5	53,0	66,5	76,0	81	29,0
Paz na Terra (PT)				-	10,5	35,5	41,3	43,0	59,5	70,0	75	23,0
Francisco Julião (FJ)					-	37,0	43,0	43,5	60,0	66,0	71	25,5
Zumbi dos Palmares (ZP)						-	36,0	31,5	48,0	57,0	62	12,5
Oziel Alves (OZ)							-	34,5	48,0	48,0	53	20,5
Antonio de Farias (AF)								-	37,5	60,0	65	21,0
Terra Prometida (TP)									-	74,0	79	38,5
Ilha Grande (IG)										-	3,4	40,0
Che Guevara (CH)											-	44,0
Mercado Municipal Campos dos Goytacazes (MMCG)												-

Nesse caso, os impactos mais diretos da distância associada à falta de estrutura de transporte incorrem sobre a capacidade dos assentados de se organizarem para vender sua produção coletivamente. Um exemplo foi relatado por assentados do Assentamento Zumbi dos Palmares e do Francisco Julião que estavam tentando comercializar parte de sua produção junto ao Programa Fome Zero, no município de Campos dos Goytacazes. Assim Alcemaro e Seu Adail expõem a dificuldade claramente, ao afirmar que:

A maior dificuldade que a gente tem é má vontade política dos poderes públicos de a gente ter acesso através do transporte, ter acesso a uma série de ações de fortalecimento da agricultura, de comercialização (Alcemaro, Zumbi).

A estratégia para amenizar os problemas da distancia é tentarmos fazer um projeto, porque quando fornecemos para o projeto, há um custo muito grande perdemos mais 20% para manter as despesas, de transporte com caminhão, funcionários para escoar mercadoria, etc. (Adail, Francisco Julião).

Outro aspecto que agrava a situação da distância relativa é a precariedade das vias internas de acesso aos lotes, pois nenhum dos assentados relatou ter calçamento em quaisquer delas. Assim o trânsito, que já é precário durante o período seco, torna-se praticamente inviável durante o período chuvoso.

A análise das entrevistas com os informantes principais revelou aspectos que se referem à questão do efeito da distância sobre a organização coletiva e das estratégias sendo utilizadas pelos assentados para superar os problemas criados por esse fator. Os resultados mostram que a dispersão espacial efetivamente dificulta a articulação de esforços no sentido de melhorar os canais de comercialização e, desse modo, melhorar o retorno econômico obtido pelos assentados a partir da venda da produção obtida em seus lotes (Tabela 7).

Tabela 7 - Mecanismos de comercialização existentes e os esforços em curso para diminuir as distâncias.

ASSENTAMENTO/INFORMANTE PRINCIPAL						
	Che Guevara	Zumbi dos Palmares	Francisco Julião	Francisco Julião	Antonino de Faria	Dandara dos Palmares D. Sonia
	Davi Barbosa Nascimento	Alcemaro Honório Martins e Chiquinho	Vovô e D. Renilda	Ricardo dos Santos Pinto (Seu Adail)	Hermes Cipriano	
Mecanismos utilizados para comercializar a produção	Comercialização no Pavilhão 30 do CEASA do Rio. Organização de feiras livres.	Venda direta nas comunidades. Feiras Uenf e rodoviária Venda para Usina de cana de açúcar Venda para os atravessadores Venda PAA e PNAE	Venda para Atravessadores. Feirinha da Roça em Cardoso Moreira Venda direta no Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes.	Venda para a Merenda escolar em Cardoso Moreira. Venda para o Programa Fome ZERO de Cardoso Moreira e em Campos dos Goytacazes.	Venda direta nas comunidades Venda ao Super Bom. Feira da roça perto da Rodoviária. Feira da Uenf.	Venda na comunidade. Venda para os atravessadores
Organização de Venda com outros Assentamentos	Não	Sim	Sim. Articulação com assentados do Zumbi dos Palmares para venda conjunta no Programa Fome Zero.	Sim. Articulação com assentados do Zumbi dos Palmares para venda conjunta no Programa de Aquisição de Alimentos do MDS.	Sim. Venda ao Super Bom e ao Programa Fome Zero e Merenda Escolar.	Sim. Através da tentativa de mobilização do PAA e do PNAE
Estratégias utilizadas para diminuir distâncias	Não existem estratégias neste sentido.	Realização de reuniões na área central de Campos dos Goytacazes. Organização da Escola de Agroecologia pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Uso de linhas de telefones celulares da mesma empresa para diminuir custos de comunicação.	Reuniões periódicas entre os assentados.	Organização de projetos coletivos para gerar recursos.	As reuniões e a igreja são instrumentos que facilitam e colaboram para uma união.	Reuniões e funções com atividades diferentes nos núcleos assentamentos.

Por outro lado, é importante notar que existem desequilíbrios na cooperação entre os diferentes assentamentos no tocante à viabilização de venda articulada da produção, como a inserção dos assentados em programas públicos tais como Programa Fome Zero e do Programa de Merenda Escolar. Esses desequilíbrios parecem estar associados não apenas à questão da distância, mas também aos diferentes níveis de organização existentes dentro dos diferentes assentamentos. Nas entrevistas, surgiu o relato de que a intervenção do MST e da CPT tende a se concentrar em assentamentos específicos (como o Zumbi dos Palmares e o Francisco Julião) e, por esse motivo, as experiências de organização coletiva em prol da ampliação dos canais de comercialização estão ficando concentradas, dificultando o processo de aprendizagem nos demais assentamentos.

Também ficou evidente que, apesar de todas as limitações impostas pela falta de infraestrutura e apoio governamental, os assentados estão fazendo esforços claros para ampliar tanto a articulação interna quanto a externa entre os assentamentos; o apoio e o fato de a maioria dos entrevistados possuírem contato com outros assentamentos colaboram para uma melhor circulação. O motivo que leva os assentados a visitarem outros assentamentos é a visita recreativa aos amigos e parentes. Há de se destacar também que a troca de serviços com ajuda na mão de obra se dá entre os assentamentos mais próximos ao assentamento em que vivem. Entretanto, o grande número de culturas acaba por aumentar as dificuldades dos assentados no processo de comercialização, devido à ausência de estruturas coletivas de comercialização, tanto dentro de cada um dos assentamentos como entre os diferentes assentamentos existentes na região Norte Fluminense (Figura 24).

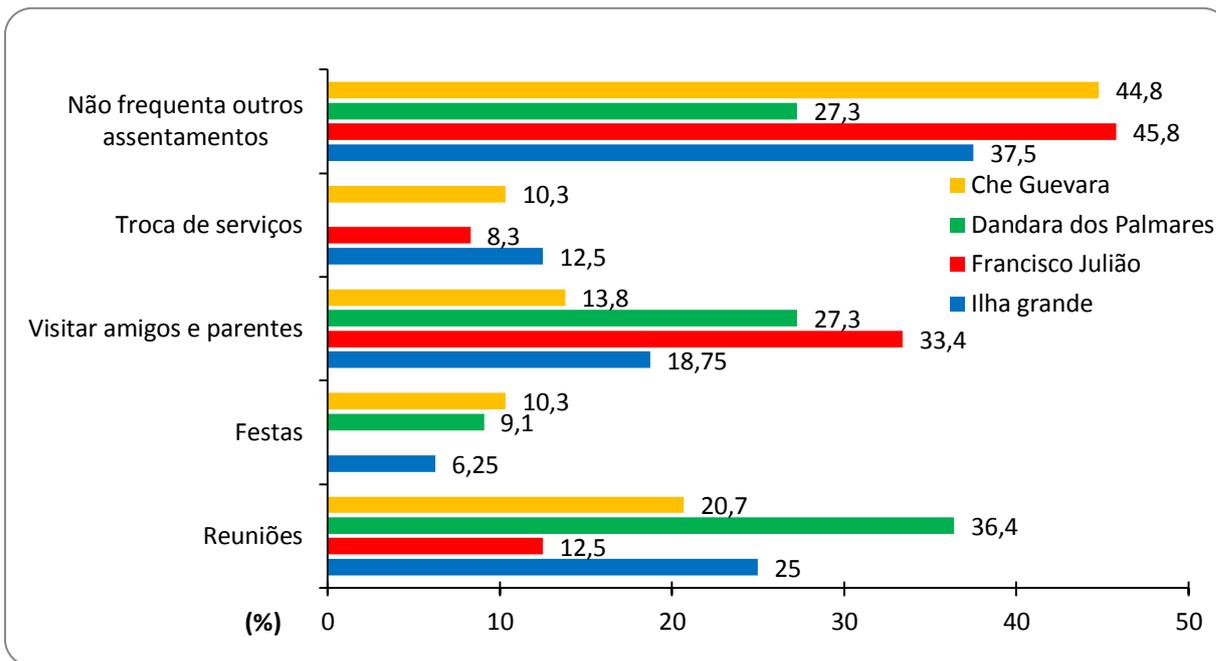


Figura 24 - Realização de contatos com assentados de outras áreas na região Norte Fluminense e a finalidade de visitar outros assentamentos (%).

A ideia de laços fortes e laços fracos de Granovetter (2000) contribuiu para a análise de interação entre os assentados. Segundo, o autor, os laços podem ser fortes ou fracos, de acordo com a qualidade de interação e das trocas sociais realizadas entre os atores. Entende-se por laços fracos, alguém com quem a pessoa é familiar, mas que circula em diferentes meios; por laços fortes, um amigo íntimo que está conectado a várias pessoas com que você também se relaciona. Os dados revelaram que os laços fortes mais evidentes estão na interação entre os amigos e parentes, ou seja, que se caracterizam pela intimidade e pela proximidade entre eles. Os laços fracos, são aqueles que estabelecem um vínculo disperso e com pouca relevância, idas as festas sem nenhuma interação forte e falta de trocas de serviço com outros assentados.

Com a ausência de canais coletivos eficazes, os assentados acabam dependendo dos atravessadores para escoarem a sua produção (Figura 25).

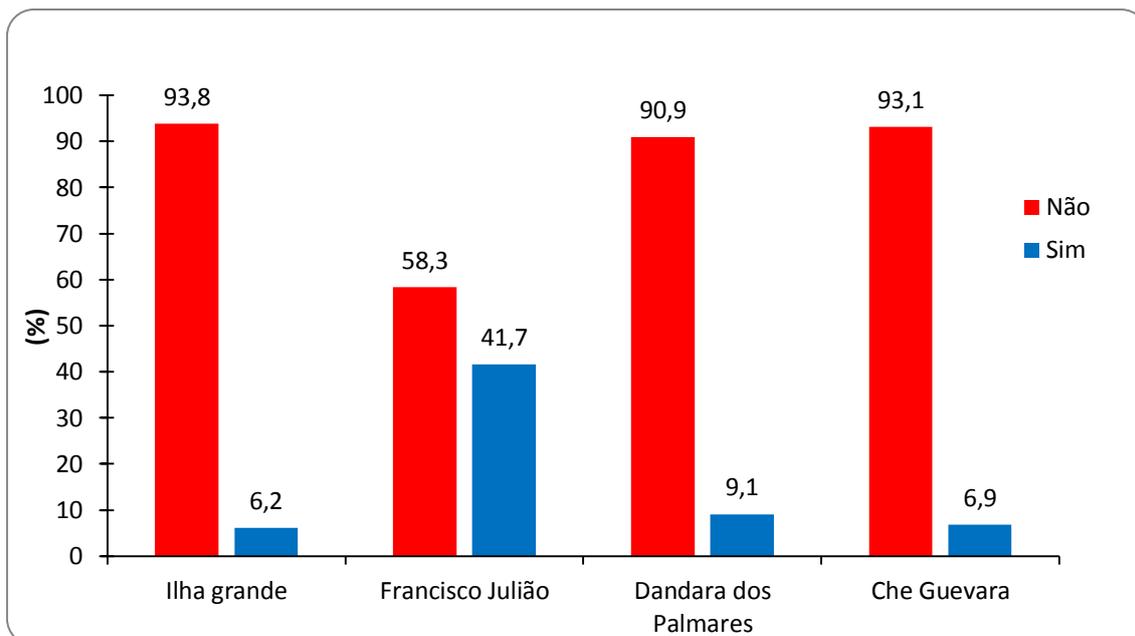


Figura 25 - Canais coletivos de comercialização com outros assentamentos.

Além disso, mesmo no caso do Francisco Julião, o uso de canais de comercialização envolvendo outros assentamentos ainda se encontra numa fase inicial, e a evolução positiva desses canais parece estar diretamente ligada à consolidação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), está sendo executado de forma ainda precária nos municípios do Norte Fluminense. Assim, um aspecto positivo evidenciado nesta pesquisa é que os assentados estão, de fato, interagindo com assentados de outros assentamentos a partir de visitas e de reuniões que ajudam a elevar o grau de cooperação.

Apesar da maioria dos assentados afirmar que a distância entre os assentamentos não prejudica o desenvolvimento de ações de cooperação entre eles, percebeu-se que a troca de informações é incipiente. Um exemplo disso diz respeito ao conhecimento existente sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um mecanismo complementar ao Programa Nacional Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) na vertente de comercialização da produção: o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e destina parte dele para doação a pessoas em risco alimentar, ou

também para a formação de estoques estratégicos. Assim, o programa atua tanto na geração de renda para as famílias assentadas quanto para o acesso a alimentos pela população em situação de insegurança alimentar e nutricional. Contudo, a pesquisa evidenciou que parte significativa dos assentados estudados desconhece o PAA; a outra parte dos assentados ouviram falar por meio de reuniões nos assentamentos onde vivem (Figura 26).

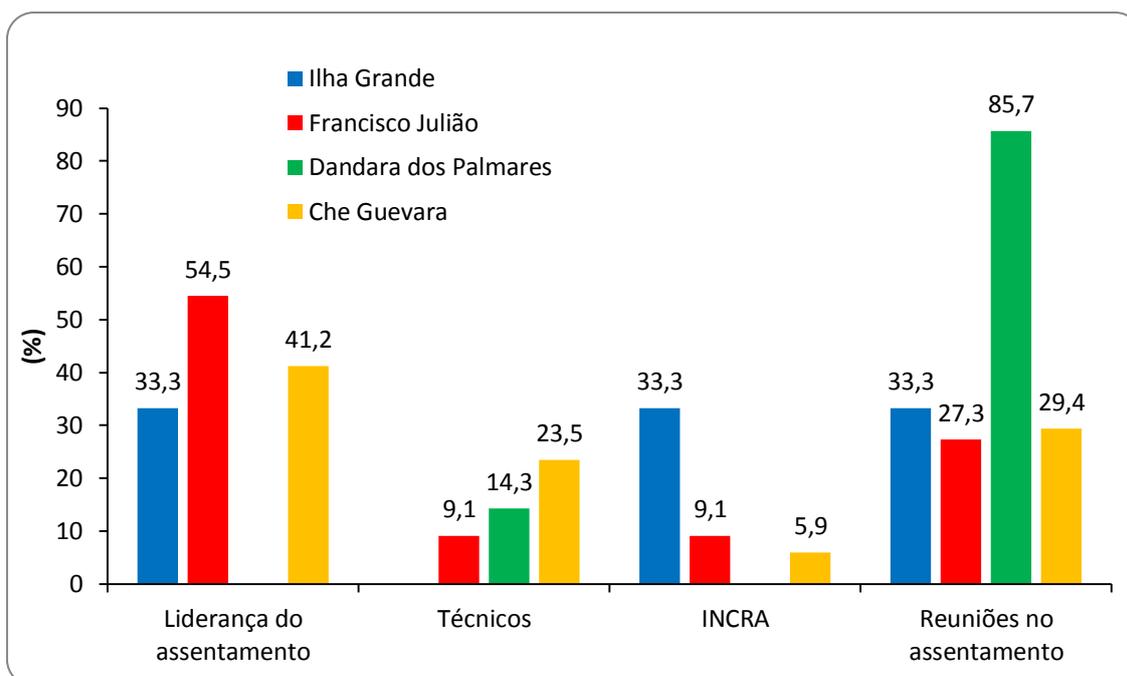


Figura 26 – Conhecimento sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As lideranças dos assentamentos, muitas vezes, é tida como referência tornando-se porta voz de muitos mecanismos que o Estado oferece para a população assentada, com representação significativa no Ilha Grande (33,3%), no Che Guevara (41,2%) e no Francisco Julião (54,5%). Os representantes atuam como facilitadores para a informação do PAA aos assentados.

As reuniões nos assentamentos foram um instrumento importante para os assentados, interagindo com lideranças e colegas, tendo informações sobre o PAA, tendo representatividade de 27,3% no Francisco Julião, 29,4 no Che Guevara, 33,3% no Ilha Grande e 85,7% no Dandara dos Palmares.

Os técnicos ao possuir uma dimensão constitutiva da viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais e da própria agricultura familiar,

enxergam os impasses e as dificuldades enfrentadas pelos assentados como as dificuldades para a execução de créditos e os recursos, muitas vezes informam outros meios para os assentados escoarem sua produção, como foi o caso de explicar o PAA para alguns assentados entrevistados.

E o INCRA, para alguns assentados entrevistados, é o informante-chave sobre a implementação do Programa de Aquisição de Alimento nos assentamentos rurais, representando 33,3% do Ilha Grande, 9,1% do Francisco Julião e 5,9% do Che Guevara.

Os assentados foram indagados sobre os elementos facilitadores da participação coletiva entre os diferentes assentamentos. Assim, os dados revelaram que entre os elementos facilitadores, a “união” dos assentados em diferentes assentamentos da região é o mais significativo entre os assentados,. Há quem acredite que a criação de cooperativas e a organização entre os assentados são os fatores que colaborariam para a organização dos assentamentos no Norte Fluminense (Figura 27).

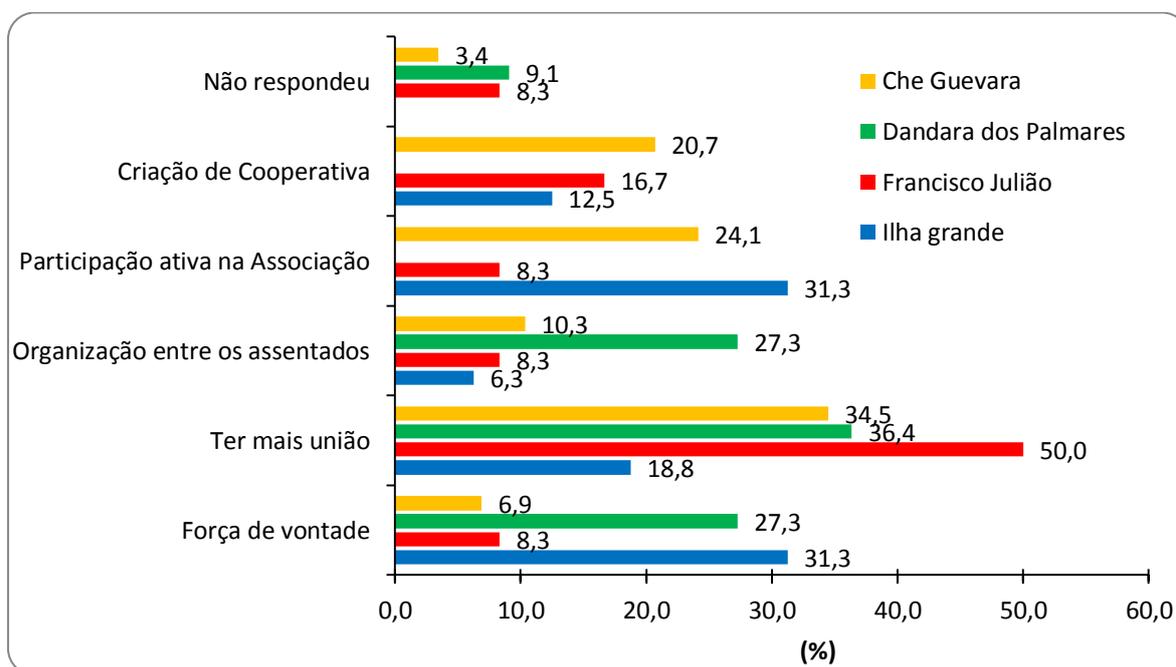


Figura 27 – Facilitadores para a participação coletiva entre os assentamentos da região (%).

Em relação aos elementos dificultadores da organização coletiva entre os assentados, verificou-se que há uma falta de união entre os assentados. A

falta de uma organização eficaz foi citada pelos assentados, bem como a desmotivação causada pela ausência de resultado nas lutas antigas. Além desses fatores, a falta de autonomia para comercializar a produção é um dos aspectos que impedem a unificação entre os assentamentos da região, visto que não há mecanismo eficaz de escoamento de produção nos diferentes assentamentos (Figura 28).

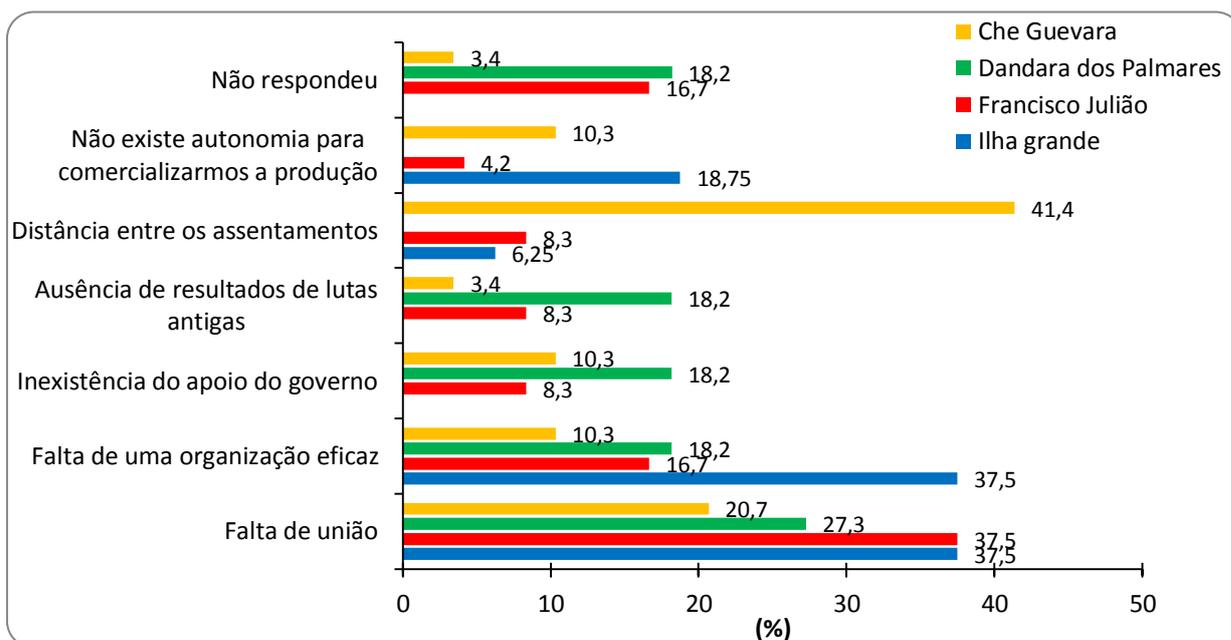


Figura 28 – Dificultadores para participação coletiva entre os assentamentos da região.

Goergen e Stédille (1991) afirmam que o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos depende das condições objetivas tais como aspectos físicos da terra, mercado, maquinário; e subjetivas, tais como grau- de consciência, nível de cultura, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e métodos administrativos, presentes na comunidade. Nesse contexto, os entrevistados foram indagados em relação à questão da distância entre os assentamentos como elemento dificultador do fortalecimento da organização coletiva, no sentido de investigar se o problema maior estava dentro ou fora dos assentamentos. Quanto a isto, Davi relatou que:

O problema está nos dois espaços, por mais que o cenário seja difícil complicado, politicamente falando. Os assentados

deveriam ter um espírito solidário de luta, porque há muitas coisas que a gente faz na vida sem precisar do dinheiro, basta usar a força de trabalho. Nesse sentido, se o assentamento, se todos os assentados tivessem essa visão de cooperação, acho que daríamos um salto muito grande, porque o objetivo não é você ter lucro (lucro para mim é uma palavra muito pesada, vem de uma visão muito capitalista), mas que tenha sobra.

É importante notar que uma explicação comum para a decisão de inserção na reforma agrária e para o retorno ao campo deveu-se ao fato dessa decisão ser vista por muitos assentados como uma garantia da posse de um pedaço de terra que garantiria o trabalho por conta própria, sem que precisassem continuar sujeitos à exploração de patrões, tendência já identificada em outros estudos realizados em assentamentos localizados no Norte Fluminense (Pedlowski et. al., 2007).

Apesar de o grande poder coletivo presente nos assentamentos, em relação à participação dos assentados em encontros e em reuniões há uma grande desmotivação. Grande parte das lideranças expõe que não existe uma participação consistente, visto que *a cultura da cidade não trabalha a questão de organização da sua base, prejudicando uma participação efetiva* (Davi, Entrevistado 1). Outro fator usado como justificativa para a baixa participação dos assentados é a esperança diminuída de conquistar algo novo, já que com as reuniões que eles fazem frequentemente não veem resultados. Há quem diga que existe uma participação efetiva, mas, muitas vezes, depende do assunto abordado, tal como quando se trata de crédito, momento em que o quantitativo de presença na reunião sobe. Porém, é visível uma interação entre os assentamentos rurais (Figura 29).

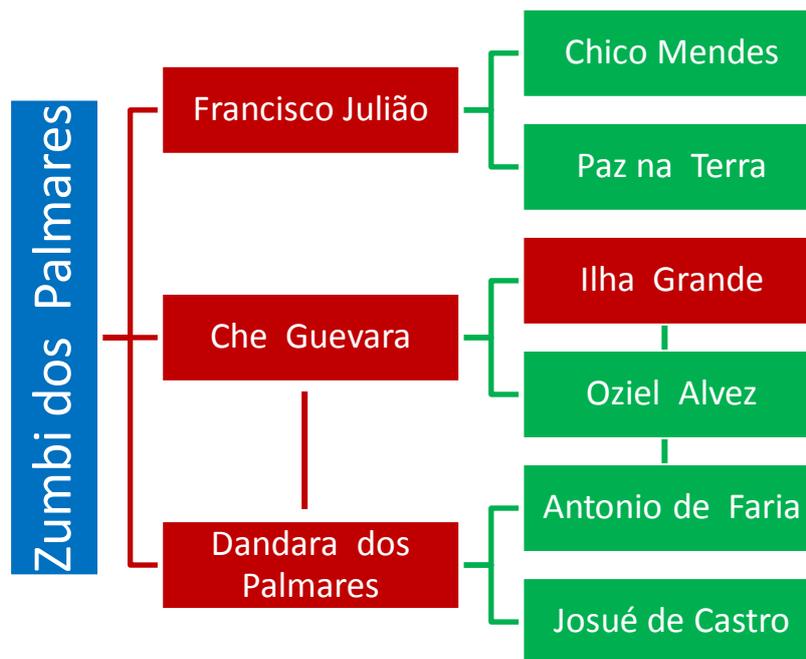


Figura 29 – Os principais assentamentos que mantêm entre si uma relação econômica e social.

É importante compreender como a inserção dos indivíduos nas organizações coletivas determinará a relação de diferentes assentamentos para a valorização e a manutenção da vida nos assentamentos de reforma agrária. Os resultados mostram que a inserção na luta pela reforma agrária permitiu a manutenção ou até mesmo o retorno desses indivíduos ao campo, embora haja aspectos limitadores tais como as distâncias espaciais em que os assentamentos estão inseridos e o exercício da coletividade como forma de alcançar metas e objetivos significativos para a maioria dos assentados. Isso ficou mais evidente quando os líderes ressaltaram a forte relação externa dos assentamentos da região com objetivo de melhorias econômicas e sociais, quando do acesso a alguns programas de aquisição de alimentos como PAA e PNAE, cuja inserção se deu devido a ações coletivas. É perceptível que o Zumbi dos Palmares, por ser o maior e mais antigo, centraliza as relações entre os assentamentos da região. A maioria dos líderes relatou que há uma relação com o Zumbi. Os outros assentamentos são os que ficam próximo ao assentamento, porém há uma conexão entre Che Guevara, Dandara dos Palmares, Zumbi dos Palmares e o Oziel que, apesar da distância, mantêm uma relação.

Nos relatos das lideranças, é o atravessador o mais recorrente canal de comercialização nos assentamentos da região norte fluminense do Rio de Janeiro, representando 40% da forma de escoamento de produção. Porém, os assentados vêm buscando formas alternativas para combater os principais problemas da venda com o atravessador, como inadimplência e baixo preço. Assim, há uma significativa busca por inserção em Feiras da Roça e o uso das barracas em beira da estrada como forma de escoamento dos produtos mais perecíveis, além da venda em conjunto com outros assentados e outros assentamentos.

CONCLUSÃO

A discussão sobre as organizações existentes nos assentamentos rurais, as ações coletivas e a questão espacial, constituem são uma preocupação no processo de reforma agrária, e também da forma como ocorre a realização dessa reforma agrária. A distância espacial gera entraves em todo processo de desenvolvimento dos assentamentos estudados, cada um com sua peculiaridade, agravados com o descumprimento do papel do Estado. Com a falta de implementação de políticas públicas nos assentamentos rurais, há dinamização dos assentados dentro e fora dos assentamentos, gerando diferentes mecanismos de interação como a organização política, de produção, os grupos coletivos internos com as associações, as tentativas de cooperativas, além dos intercâmbios com outros assentados centrais.

Este estudo permitiu responder as duas questões de pesquisa. A primeira, ao verificar que as ações coletivas dos assentados interferem no nível de organização, nos sistemas de produção e de comercialização implementados dentro dos assentamentos de Reforma Agrária. O assentamento Francisco Julião, onde os assentados são, em sua maioria, trabalhadores rurais, apesar de não terem recebido os créditos para o desenvolvimento de infraestrutura e produção demonstram alto nível de produção, com grande variedade de culturas, com organizações de feiras comunitárias, de barracas na beira da estrada, comercialização na merenda escolar e no PAA. Isso é justificado pela forte interação com outros assentamentos, buscando mecanismos de organização internos e externos para melhoria de vida dos assentados. Assim, o crédito é considerado um fator importante, porém não determinante para o desenvolvimento adequando dos assentados. Confirmando essa análise, D’Incao e Roy (1995) acreditam que o interesse coletivo se construirá a partir do encontro e da negociação dos interesses individuais. Entretanto, também devemos considerar que o assentamento Francisco Julião se localiza num favorável ambiente natural, isto é, terra de boa qualidade para produção.

Dessa forma, podemos afirmar que dentro dos assentamentos estudados visualizamos a importância do capital social na concepção de Putnam (2000), articulada diretamente com essa realidade visto que o grau de

confiança, as normas e os sistemas de participação tendem a ser cumulativos e reforçarem-se mutuamente, gerando círculos virtuosos gerando equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Isso é verificado nos assentados que são pró-MST. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade também é algo que tende a reforçar, nos assentados que não são pró-MST, um grau de individualismo alto, afetando assim a coletividade. Nas palavras de Putnam (2000), tanto a reciprocidade/confiança quanto a dependência/exploração podem manter unida a sociedade, mas com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional, ou seja, uma vez inseridos num desses dois contextos, os atores racionais têm motivos para agir conforme suas regras. Assim, podemos identificar as características de cada assentamento, alguns mais individualistas e outros com características significativas de coletividade. Pode-se verificar que as famílias estudadas possuíam características individuais diferenciadas, já que cada uma tem uma trajetória de vida e trabalho, uma composição familiar, uma origem espacial, uma faixa etária e um nível de participação em grupos coletivos.

Existem relações de poder e diversas formas de representatividade dentro dos assentamentos estudados, que geram conflitos entre os interesses coletivos e individuais. Existem também distâncias internas nos assentamentos estudados que ultrapassam as distâncias espaciais. Os agentes da CPT, COOPERAR, EMATER e INCRA assumem um compromisso social, econômico e político com os assentados, buscando uma integração deles com o território, visando à permissão de uma autosustentação dentro dos assentamentos. Dessa forma, verificamos a presença de lideranças, militantes do MST, assentados pró e contra MST, agentes da assistência técnica e do INCRA como representantes dessas relações de poder dentro dos assentamentos estudados.

A segunda questão de pesquisa respondida refere-se às estratégias de organização coletiva que colaboram para minimizar os efeitos da dispersão espacial dos assentamentos rurais na região Norte Fluminense. Isso ocorre por meio da organização produtiva quando os assentamentos contribuem para aumentar a diversidade dos produtos agropecuários produzidos por uma dada região, introduzindo novos cultivos e incrementando significativamente a produção

(HEREDIA ET AL., 2001). O processo produtivo implementado pelos assentados tem um efeito multiplicador, com pequenos produtores de regiões próximas passando a desenvolver práticas adotadas com sucesso nos assentamentos.

Assim, a discussão sobre as ações coletivas e os mecanismos de organização e sobre o impacto da dispersão espacial nos assentamentos rurais revelou três elementos importantes: o primeiro é que apesar das distâncias entre os assentamentos criados pelo INCRA, na região Norte/Noroeste Fluminense, é a realidade de cada uma das unidades que acaba contribuindo para ampliar ou minimizar os impactos da dispersão espacial. Além disso, os resultados obtidos também mostram que as experiências ocorridas dentro dos acampamentos podem facilitar ou dificultar a organização dos assentamentos e, conseqüentemente, o processo de articulação, seja interno ou com os demais assentamentos.

O segundo elemento apontado, neste estudo, é que os diferentes níveis de organização existentes dentro de cada assentamento acabam colaborando para facilitar ou dificultar os esforços realizados para minimizar o processo de dispersão, especialmente no que se refere à participação dos assentamentos no fornecimento para programas governamentais como os programas Aquisição de Alimentos (PAA) e o da Merenda Escolar (PNAE). O papel das organizações que apoiam o esforço dos assentados acaba também colaborando para uma realidade diferenciada, visto que tendem a concentrar seus esforços naquelas áreas onde existam militantes ou simpatizantes de cada uma delas, como é o caso do MST e da CPT.

Um terceiro elemento é que apesar de todas as dificuldades e as barreiras existentes para a colaboração entre os diferentes assentamentos, há efetivamente um esforço coletivo ocorrendo nesse momento para viabilizar a criação de canais solidários de comercialização, cuja finalidade precípua é aumentar o grau de autonomia dos assentados frente aos atravessadores que são os principais canais de escoamento da produção dos assentamentos. Ainda que os esforços em curso estejam apenas num estágio embrionário, a simples existência de instâncias de articulação indica que há um processo de aprendizagem em curso. Assim, caberia ao INCRA tornar-se um articulador de esforços de ampliação da organização dos assentamentos. Se isso efetivamente ocorrer, é provável que haja uma aceleração do processo de

organização dos assentados que, em última instância, serviria para diminuir as distâncias entre os assentados, seja as existentes dentro de cada assentamento ou entre cada um deles.

Além disso, a origem espacial e ocupacional dos assentados e o acesso ao crédito afetam a questão do nível de organização dos assentados. Assim sendo, averiguamos que os assentados do Che Guevara e do Ilha Grande - a maioria recebeu grande parte dos créditos, inclusive o PRONAF - vieram de zonas rurais e periferias urbanas. Alguns eram trabalhadores rurais, outros cortadores de cana, porém a maioria são ex-funcionários da usina. Todos declararam que recorreram ao acampamento para adquirir um pedaço de terra como um "seguro" de indenizações trabalhistas da usina falida. Isto reflete na organização interna desses dois assentamentos, onde muitos não vivem em seus lotes. No entanto, há um exemplo de tentativa de organização coletiva por meio da criação de uma cooperativa.

De toda forma, é possível afirmar que apesar da distância espacial ser efetivamente um elemento considerável, os principais problemas afetando o desenvolvimento dos assentamentos estão relacionados ao seu processo de organização política, e à falta de um apoio efetivo por parte do Estado para que as dificuldades existentes sejam superadas de forma interna e autônoma pelos próprios assentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, mimeo, 1997.
- _____. **A Política de Assentamentos Rurais do Governo FHC e os desafios da Reforma Agrária no Brasil do século XXI**. AGRÁRIA, nº 1, pp. 2-15, 2004.
- _____. **O norte fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro**. In: PEDLOWSKI, M. A.; OLIVEIRA, J. C. P.; KURY, K. A. **Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense**. Ed. Apicuri, Rio de Janeiro, 2011.
- MALAGODI, Edgar; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. **O desenvolvimento territorial como abordagem para a avaliação dos assentamentos de Reforma Agrária nas áreas de conversão produtiva**. VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 20-24 de novembro de 2006, Equador, Quito, p.20.
- BELEDELLI, Serina.; MEDEIROS, Rosa Maria V. **Assentamento, sua cultura, identidade e organização**. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo:Universidade de São Paulo. Mar. 2005.
- BELO, Diego C. **O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região norte fluminense**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Ciência do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes, 2012.
- BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; NORDER, Luís A.C. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)**. In: MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **A análise geográfica da reforma agrária**. Revista USP, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias**. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel, Edunioeste, 2002.
- BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela Castro; CORADINI, Lucas. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência, poder. Florianópolis, 2005.
- BUAINAIN, Antonio Marcio ; PIRES, Daniela Silva. **Reflexões sobre a Reforma Agrária e questão social no Brasil**. In: I Seminário Internacional Justiça Agrária e Cidadania, 47 p., 2003.

- BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Krüger. **A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS.** Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, (p. 152-172), 2006.
- CAMARGO, Aspásia. Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977.
- CARDOSO, Lucimeire de Fátima. e CLEPS JUNIOR, João. **Alternativas e viabilidades da economia popular solidária em projeto de assentamento rural: avaliação da experiência da Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG).** 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 798-817, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e terra, 1999.
- _____. **O poder da identidade.** 5ª. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- COLEMAN, James. **The creation and destruction of Social Capital: implications for the Law,** Journal of Law, Ethics and Public Policy, 3 (375-404), 1988.
- CUNHA, J. M. P. **Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise.** Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, v.19, n.4, out./dez.2005.
- D'INCAO, Maria Conceição; e ROY, Gerard. **Nós cidadãos.** SP:Paz e Terra. 1995.
- ELIAS, Norbert, **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENGELMANN, Solange I.; GIL, Ido Duran. **A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST.** Revista Eletrônica do CEMOP -Nº 02 - setembro de 2012 Acesso: www.memoriaoperaria.org.br -ISSN 2238-443X.
- FABRINI, João. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Cento Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa,** Presidente Prudente, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo lula: a esperança,** 2003.
- _____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004.
- _____. **O MST e os desafios para a realização da Reforma Agrária no Governo de Lula.** OSAL, ano 4, número11, 2003.

- _____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- _____. **Sobre a tipologia de territórios**. São Paulo, 2009.
- FERRANTE, Vera L. S. B.; BARONE, L. A.; CAMPOI, A. M. **Desenvolvimento Rural e Assentamentos: impasses e perspectivas na Califórnia Brasileira e nas terras do Nelore mocho**. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005.
- FERREIRA, Pedro C. **Desafios e gargalos do processo de comercialização da produção agrícola em assentamentos de reforma agrária**. ALASRU, 2010.
- FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. UFRGS, 2006.
- FLORA, Jan L. **Social Capital and Communities of Place**. In: Rural Sociology, 63., 1998. p. 481-506. Disponível em <http://poverty.worldbank.org/files/4183_flora1.pdf>. Acesso em 29/03/2013.
- FOUCAULT, Michel. Poder-Corpo. In: Microfísica do Poder. 1988. Rio de Janeiro, Graal, pp. 145-53.
- _____. O que é um autor? 1992. Lisboa, Passagens.
- FREY, Klaus. **Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação**. Rev. Sociol. Polit., Nov. 2003, no.21, p.165-185.
- GIULIANI, Gian Mário.; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro**. Estudos Sociedade e Agricultura, p.138-169, 1996.
- GOERGEN, Frei Sérgio.; STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis, SP: Vozes, 1991.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GONZÁLEZ, Leopoldo J, Fernández; AMOËDO, Estrela D. C. e DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. **MST: Migração, identidade e inserção social**, 2002. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/leopoldo_fernandez.htm Acesso em: 30 de maio de 2011.
- GRANOVETTER, Mark. **La fuerza de los vínculos débiles**. Tradução de Maria Ángeles García Verdasco. Política y Sociedad, Madrid. N.33, p.570-590.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. **O Porquê da Reforma Agrária**. Niterói: Econômica, Departamento de Economia da UFF, 4(1), 2002.
- GUEDES, João Tavares. **Formação e dinâmica territorial do assentamento rural de Imbiras: contribuição ao estudo geográfico dos**

- assentamentos rurais de reforma agrária.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade federal da Paraíba: João Pessoa, 2007.
- GUIMARAES, Juarez. **A reforma agrária e o desafio da nova agenda democrática O Fórum Mundial da Reforma Agrária pode ser interpretado como um passo histórico decisivo no sentido de inscrever esta reivindicação na agenda democrática em formação na nova cena internacional.** 2004.
- HADDAD, Ludmila N. **Analisando as tensões entre produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos de Reforma Agrária, Campos dos Goytacazes, RJ.** 2009
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** 2004. Disponível em:
<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/C ONFERENCE Rogerio HAESBAERT.pdf> (Acessado em: 20/03/2013)
-
- _____. **RS: Latifúndio e Identidade Regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HEREDIA, Beatriz.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; PALMEIRA, Moacir.; LEITE, Sérgio; CINTRÃO, Rosângela.; (coords.). **Os impactos regionais da Reforma Agrária: um estudo sobre Áreas selecionadas.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/ UFRJ (mimeo), 2001.
- HEREDIA, Beatriz et al. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil.** In *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Zahar Editoras, 1981.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Proposta, São Paulo, 1980.
- LACERDA, A. G. de.; MALAGODI, E. **Formas de cooperação e reforma agrária.** Raízes: Vol. 26, nº 1 e 2, jan.-dez./2007.
- LARANJEIRA, R. **Colonização e reforma agrária no Brasil.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção.** Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião–Cadernos O Homem e a Sociedade, 1986.
-
- _____. **The Production of Space.** Tradução (translated): Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991. p. 454 p.
- LEITE, Sérgio (Org.); GARCIA JR., Afranio Raul; MEDEIROS, Leonilde.; GRYSZPAN, M. **Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental.** Debates CPDA, nº 4. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, dez/2004.
- LEITE, Sérgio. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais.** In: **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 37-53, 2000.

- LEITE, Sérgio.; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 777-805, jul/set 2007.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Abril cultural, São Paulo, 1982.
- MALAGODI, Edgar; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. **O Desenvolvimento territorial como abordagem para a avaliação dos assentamentos de reforma agrária nas áreas de conversão produtiva**. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU. Quito, 2006.
- MARAFON, Glaúcio J.; RIBEIRO, Miguel A. **Agricultura Familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. Rev. Rio de Janeiro, n 18-19 (p. 111-130), 2006.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo.; LEITE, Sérgio. (Org.). **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo.; SOUSA, Inês Cabanilha.; ALENTEJANO, Paulo. **O promissor Brasil dos assentamentos rurais**. Proposta, Rio de Janeiro, v. 77, n. 8, p. 54-63, jun./ago. 1998.
- MEJIA, Margarida Rosa Gaviria. **Identidades e representações do espaço na construção de territórios sociais num assentamento do Incra em Paraty**. CPDA, UFRRJ, 2003.
- MELO, Acácio Tarciso Moreira de. **Ação coletiva entre assentados da reforma agraria**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará: Belém, 2010.
- MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Centro de Estudios Sociológicos, México, 1999.
- _____. **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. Cambridge University Press, Cambridge, 1996.
- MESQUITA, Zilá. **Do território à consciência territorial**. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos R. (org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/UNISC, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Ed. Vozes. 1992.
- MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nara – Ano 9, N. 8 – Janeiro/Junho de 2006
- MORAES, Ênio G. de Moraes; CURADO, Fernando Fleury. **Os limites do associativismo na agricultura familiar nos assentamentos rurais em Corumbá, MS**. In: Simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal. Corumbá/MS, 2004.
- MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.

- MÜLLER, Geraldo. **São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, pp. 221-237.
- NEUMANN, Pedro Selvino. **O Impacto da Fragmentação e do Formato das Terras nos Sistemas**. Familiares de Produção. Florianópolis, 2003.
- NEVES, Delma P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007..
- PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio C.P.; KURY, Karla A. **Desconstruindo o latifúndio: a saga da Reforma Agrária no Norte Fluminense**. Ed. Apicuri: Rio de Janeiro, 2011.
- PEREIRA, Sebastião Eustáquio; FIGUEIREDO, Adelaide dos Santos; LOUREIRO, Paulo R. **A. Avaliação do impacto da utilização de crédito, da educação e da escolha do canal de comercialização na horticultura: caso do núcleo rural do Distrito Federal**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 44, no. 04 out/dez, 2006.
- PIMENTEL, Vania Costa. **Assentamento é mais que um “projeto”: a assistência técnica nos assentamentos rurais**. CPDA. Rio de Janeiro, fevereiro de 2009.
- PORTES, Alejandro. **Capital social: origens e aplicações na sociologia**. Sociologia, problemas e práticas, n.º 33, 2000, pp. 133-158.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Editora FGV, Capítulo 6, p. 173 a 194, 2000.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SACK, Robert David. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo : Hucitec, 1978.
- _____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. RBCS, volume 18 nº 51(p. 99-121), 2003.
- SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista NERA – Ano 8, N. 7 – Julho/Dezembro, 2005.
- SHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**, 2006.
- SILVA, Eduardo. **Conceitos e Desempenho Político – Econômico da Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro: o Noroeste Fluminense como Estudo de Caso**. 104 f. Monografia (Graduação em Geografia), IGEO – Departamento de Geografia, UERJ, 2005.
- SOARES, Kíssila N.; PEDLOWSKI, Marcos A. **Tensão entre o rural e o urbano: análise das trajetórias de vida dos assentados e a inserção no processo de reforma agrária no norte fluminense**. Alasru, Porto de Galinha/PE, 2010.

- SORJ, Bernardo. 1980. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido Souza; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.
- SOUZA, Marcelo José L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia **Conceitos e Temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. ¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1995.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo:Difel, 1980, 288p.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **Assentamentos do MST e identidade coletiva**, 2000.
- WOLFORD, Wendy. **Producing Community: The MST Land Reform Settlements in Brazil**. Journal of Agrarian Change, vol. 3, no. 4, October 2003, pp.500-520.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu Da. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Vozes, Petrópolis, 2000.
- ZINGA, Miguel R. M. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes,RJ**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de ciências do Homem da Universidade Estadual Fluminense: Campos dos Goytacazes, 2004.

ANEXOS

Questionário



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DAS AÇÕES COLETIVAS E DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NA CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE

Questionário Nº _____/2012

Data: ____/____/____

1. Assentamento: _____
2. Nome do entrevistado: _____
3. Sexo: () Feminino () Masculino
4. Idade: _____
5. Data da chegada no lote: ____/____/____
6. Núcleo: _____
7. Lote: _____
8. Área: _____
9. Quantos donos este lote já teve? _____

=====

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

=====

10. Quantas pessoas moram neste lote: _____

Nome	Sexo	Idade	Anos de escola	Ocupação principal	Renda mensal (s.m.)

11. Local de moradia anterior a chegada do assentamento (bairro, município, estado):

() Zona Rural () Zona Urbana () Periferia Urbana

12. Em quantos locais morou antes de vir para o assentamento? _____

12a. Quais (bairro, município e estado)?

13. Qual era a sua ocupação antes de chegar no assentamento? _____

14. Seus pais ou avós possuem alguma propriedade rural?

() 0. Não () 1. Sim () 2. NR/NS

15. Você tem parentes morando em outros lotes deste assentamento?

() 0. Não () 1. Sim () 2. NR/NS

15a. Se sim, em quantos lotes você tem parentes? _____

=====

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-POLÍTICA

=====

16. Você fez parte do acampamento que deu origem ao assentamento?

() 0. Não () 1. Sim () 2. NR/NS

16a. Se sim, quanto tempo você ficou acampado? _____

16b. Quais ações coletivas eram desenvolvidas no período de acampamento? _____

17. Porque você decidiu fazer parte desta luta e tornar um assentado?

18. Antes do assentamento, você já participou:

a. Associação de bairro? () não () sim

b. Grupo religioso? () não () sim

c. Sindicato? () não () sim

d. MST? () não () sim

e. Partido político? () não () sim

f. outro: _____(especificar)

19. Quais os principais problemas que afetam hoje sua vida no assentamento?

20. De que forma são resolvidos os problemas existentes no interior do assentamento?

21. Existem ações coletivas para melhorar a vida dentro do assentamento?

() 0. Não () 1. Sim () 2. NR/NS

22. Se sim, quais? Se não, por que não existem?

23. Em sua opinião, os assentados participam efetivamente em encontros e reuniões coletivas?

() 0. Não () 1. Sim () 2. NR/NS

24. Se sim, como? Se não, quais são as causas?

25. Com quem você tem mais interação dentro do assentamento? (vizinhos, líderes, grupos coletivos, organizações, grupos religiosos, ...)

26. Em sua opinião, quais os elementos facilitadores e dificultadores para participação coletiva dentro do seu assentamento?

FACILITADOR	DIFICULTADOR

=====

ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

=====

27. Você trabalha no sistema:

() 1. Coletivo () 2. Individual () 3. Misto de coletivo e individual

Você participa de alguma associação dentro do assentamento?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

Se sim, como? Se não, por quê?

28. Algum órgão municipal tem prestado apoio aqui no assentamento?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

Se sim, quais? Se não, por que não existem?

29. Existe alguma assistência técnica no seu lote ou no assentamento?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

Se sim, quem presta?

() 1. Emater

() 2. Secretaria Municipal de Agricultura

() 3. Cooperar

() 4. Outro (Especificar): _____

30. Existem grupos externos ao assentamento que colaboram para uma organização coletiva neste assentamento? (Ex.: CPT, igrejas, escolas, feiras, etc.)

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

Se sim, que grupos são esses?

=====

CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA

=====

31. Você recebeu algum tipo de crédito desde que chegou ao assentamento?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

31a. Se sim, Qual órgão concedeu o crédito? _____

31b. Se não; Por quê? _____

32. Quanto recebeu via financiamentos até hoje? R\$ _____

37. Você tem familiares que estão assentados em outros assentamentos aqui no norte fluminense?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

37a. Se sim, em qual ou quais?

38. Você tem algum tipo de interação com assentados vivendo em outros assentamentos aqui no norte fluminense?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

38a. Se sim, que tipo de interação?

39. Existe algum tipo comercialização da sua produção junto com outros assentamentos da região?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

39a. Se sim,

Cultura vendida coletivamente	Produção do seu lote	Comprador	Tipo de transporte

40. Em sua opinião a distância entre os assentamentos prejudicam o desenvolvimento de ações de cooperação entre os assentados?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

40a. Caso sim, como?

41. Nos últimos 06 meses esteve em algum outro assentamento aqui no norte fluminense?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

41a. Se sim, qual foi à finalidade?

42. Tem conhecimento de algum tipo de esforço para juntar a produção de diferentes assentamentos para melhorar a renda dos assentados?

43. Já ouviu falar do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal?

() 0. Não () 0. Sim () 2. NR/NS

43a. Se sim, quem lhe informou sobre o PAA?

44. Em sua opinião, quais os elementos facilitadores e dificultadores para participação coletiva entre os diferentes assentamentos existentes aqui na região?

FACILITADOR	DIFICULTADOR

45. Tem algo que você gostaria de falar sobre a sua vida aqui no assentamento (qualquer coisa) que não foi perguntado ainda por mim?



**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS DA PESQUISA SOBRE OS
IMPACTOS DAS AÇÕES COLETIVAS E DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NA
CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS REFORMA AGRÁRIA NO NORTE
FLUMINENSE**

Entrevista nº _____ Data: ____/____/2012

=====

PERFIL DA LÍDERANÇA

=====

1. Assentamento: _____
2. Nome do entrevistado: _____
3. Idade: _____
4. Local de Nascimento: _____
5. Local de moradia anterior à chegada do assentamento: _____
6. Morou em mais de um lugar antes de chegar ao assentamento? _____
Caso sim, quais? _____
7. Quando chegou no assentamento? _____
8. Qual era a sua profissão antes de chegar no assentamento? _____
9. Ocupa cargo de direção? Desde quando? _____

=====

CARACTERÍSTICA COLETIVA

=====

10. Quais são as organizações comunitárias existentes aqui no assentamento?
11. Tem ideia de quando essas organizações foram criadas e quantos assentados participam ativamente de cada uma delas?
12. Existem ações coletivas para melhorar a vida dentro do assentamento? Se sim, quais? Se não, por que não existem?
13. Como e por quem são resolvidos os problemas existentes no interior do assentamento?
14. Em sua opinião, existe uma participação consistente dos assentados em encontros e reuniões coletivas? Se sim, como? Se não, quais são as causas?

15. Identifique os principais assentamentos que mantêm uma relação econômica e social com este assentamento? De que forma isso acontece?
16. Quantos assentados você estima que participem de forma ativa e contínua das ações coletivas?
17. Quais seriam as causas do engajamento ou não das pessoas em ações de natureza coletiva dentro do assentamento?
18. Em sua opinião, quais os elementos facilitadores e dificultadores para participação coletiva?
19. O que você leva a acreditar nas ações coletivas?
20. Quais estratégias os assentados utilizam para minimizar as distâncias espaciais entre os assentamentos para articular a luta pela melhoria das condições em que vivem?
21. Pensando na questão da distância em relação aos esforços para fortalecer a organização coletiva, você acredita que o maior problema está dentro dos assentamentos ou fora deles? Por favor, explique.
22. Como você vê o papel do INCRA e da EMATER na consolidação das organizações comunitárias? Positivo ou negativo? Por quê?
23. Quais mecanismos são utilizados para comercializar a produção dos assentamentos?
24. Existe alguma rede de comercialização com outras organizações fora do assentamento? Se sim, como funcionam?
25. Tem ideia de para onde é vendida a produção daqui do assentamento?
26. Essa venda é feita de forma “casada” com a produção de outros assentamentos?
27. Existe algum esforço para juntar a produção de diferentes assentamentos para melhorar o ganho coletivo? Se sim, como? Se não, quais motivos impedem que isso ocorra?
28. O MST exerce ou exerceu algum papel importante no assentamento relacionado à coletividade?
29. Existem grupos externos ao assentamento que colaboram para uma organização coletiva neste assentamento? (Ex.: CPT, igrejas, escolas, feiras, etc.)
30. Teria algo que não foi perguntado e que você gostaria de falar?

Fotos dos assentamentos estudados



Assentado vendendo sua produção às margens da BR-356 que passa em frente do Assentamento Ilha Grande.



Assentados do Assentamento Francisco Julião trabalhando de forma coletiva.



Casal de assentados do Assentamento Che Guevara em frente a sua residência.



Produção de abóboras de assentado do Assentamento Francisco Julião sendo comercializada em feira da roça organizada pela EMATER/RJ na cidade de Cardoso Moreira, RJ.



Assentado Davi Barbosa do Nascimento, presidente da cooperativa de produtores dos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, próximo da unidade de destilação de aguardante que é o principal empreendimento realizado pela instituição.



Lavoura de abacaxi no Assentamento Dandara dos Palmares



Colheita realizada coletivamente no assentamento Francisco Julião para distribuição de alimentos para o programa Fome Zero.



Crianças do assentamento Francisco Julião



Produção de banana de assentado do Assentamento Francisco Julião, sendo comercializada em feira da roça organizada pela EMATER/RJ na cidade de Cardoso Moreira, RJ.



Assentados do Assentamento Francisco Julião trabalhando de forma coletiva.



Casal de assentados do Assentamento Ilha Grande em frente a sua residência.



Plantação de milho e abóbora do assentamento Francisco Julião, à margem do Rio Muriaé.



Feira Agroecológica da UENF da qual diversos assentados de diferentes assentamentos da região participam.



Técnicos da COOPERAR no lote do líder Vovô, no assentamento Francisco Julião



Assentada do assentamento Dandara dos Palmares em seu lote.



Trabalho solidário no controle de pragas na plantação de abacaxi no assentamento Dandara dos Palmares.